



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 83

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 26 de Janeiro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos com a apresentação de diversos votos.

- Voto de Saudação – Reeleição do Presidente da República, apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado António Marinho, seguindo-se as intervenções dos Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por maioria.

- Voto de Congratulação 75º Aniversário do Club Náutico de Angra do Heroísmo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Domingos Cunha usou posteriormente da palavra o Sr. Deputado António Ventura (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Pesar pelo falecimento da Dra. Maria Odete Dourado, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado António Pedro Costa, o voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Fernando Aires, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado pela Sra. Deputada Piedade Lalanda, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Fernando Aires, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, após a apresentação feita pelo Sr. Deputado António Pedro Costa.

No período dedicado a Declarações Políticas usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*) e Berto Messias (*PS*).

Sobre a primeira, usaram da palavra os Srs. Deputados Domingos Cunha (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

Sobre a segunda usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), António Marinho (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Agenda da Reunião

1- Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/2010 – “Cria a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores”;

Usaram da palavra os Srs. Deputados Zuraída Soares (*BE*), Pedro Gomes (*PSD*), Isabel Rodrigues (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

O diploma foi aprovado por maioria.

2- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/2010 – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009/A, de 30 de Novembro, que Cria o Vale Saúde”;

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*), iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Ricardo Cabral (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

3- Projecto de Resolução n.º 38/2010 – “Visitas Estatutárias”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, seguindo-se as intervenções dos Deputados Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Clélio Meneses (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Mark Marques (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Rogério Veiros (*PS*), Mário Moniz (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda do Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

4- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010 – “Regime Jurídico das Farmácias de Oficina na Região Autónoma dos Açores”;

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*), e por iniciativa do PSD, deu entrada na mesa um requerimento de baixa à Comissão, o qual foi rejeitado por maioria.

O debate de diploma transitou para o dia seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 17 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia.

Vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje. Agradecia que ocupassem os vossos lugares para procedermos à chamada.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hernâni Hélio Jorge

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 51 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar na apresentação dos votos.

Deu entrada um Voto de Saudação relativo à reeleição do Presidente do Governo, subscrito pelos Srs. Deputados António Marinho e Artur Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Foi reeleito no passado domingo o Presidente da República de Portugal, o Prof. Aníbal Cavaco Silva, num acto que decorreu com total civismo e normalidade democrática na Região Autónoma dos Açores.

Eleito à primeira volta, o Professor Aníbal Cavaco Silva mereceu o apoio significativo e amplo dos portugueses, que, assim, voltaram a demonstrar confiança nas suas capacidades políticas para o exercício do mais alto cargo da nação e a convicção de que o seu desempenho constituirá um factor de estabilidade política e social para o país.

Os açorianos manifestaram-se expressivamente a favor do candidato vencedor, que recebeu na Região um apoio relativo superior à média nacional.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o Presidente da República eleito, formulando votos de que no decorrer do seu mandato se constitua num garante das autonomias constitucionais, contribuindo para a superação das dificuldades por que passam o País e a Região.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados apresentam um voto de Saudação pela reeleição do Presidente da República.

Horta, Sala das Sessões, 26 de Janeiro de 2011

Os Deputados: António Marinho e Artur Lima.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer, em nome da bancada deste Grupo Parlamentar, que naturalmente aceitamos e respeitamos os resultados das últimas eleições presidenciais, em nome das dinâmicas democráticas normais que estes combates eleitorais têm, mas também para reafirmar que, como é sabido de todos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (o Partido Socialista!) não apoiava o candidato que ganhou as eleições.

Este voto manifesta que o resultado foi acima da média nacional.

O resultado obtido poderá ter obviamente várias leituras, mas, e reafirmando o facto de apoiarmos outro candidato que perdeu as eleições, respeitando os resultados e respeitando naturalmente aquilo que os portugueses entenderam, esta bancada vai abster-se na votação deste voto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente a Representação Parlamentar do PCP respeita a vontade soberana dos eleitores na escolha que fizeram do novo Presidente da República, mas como é sabido não era a nossa opção, não era o nosso candidato, por isso não nos podemos associar a este voto e vamos abster-nos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o respeito pelos resultados democraticamente expressos é uma coisa, congratulação é outra.

Não subscrevemos a hipocrisia!

É público e notório que o Bloco de Esquerda apoiou outra candidatura.

Não concordava com esta candidatura do Prof. Cavaco Silva. Ganhou! Muito bem!

Mas não nos congratulamos, por isso não nos vamos abster, vamos votar contra.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar para felicitar a coragem da Deputada Zuraida Soares. Não concorda, vota contra.

Os senhores ficam ali no “nim”.

Deputado Berto Messias (PS): Não é no “nim”!

Deputada Catarina Furtado (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Não apoiam, abstêm-se!

Aprecio a coerência!

É preciso ter espírito altruísta e democrata, que é coisa que os senhores não mostram aqui.

É um voto de saudação pela eleição do primeiro magistrado de Portugal, do Comandante Supremo das Forças Armadas, que muito vos incomodou e incomoda. Tivessem ouvido a vossa Eurodeputada. Ela explicou e disse o que é que esperava se Manuel Alegre fosse eleito, que era defender e restaurar o estado social que José Sócrates e este Governo deram cabo.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Desbarataram!

O Orador: Textualmente foi o que ela disse.

O povo português escolheu a estabilidade e a serenidade.

Por isso tinha ficado bem a esta casa saudar Sua Excelência pela sua eleição. Tão somente isto, mais nada do que isto! É o que diz o voto, mais nada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como monárquico sou daqueles que considera que devemos participar na vida política democrática do país e devemos participar nas diferentes eleições.

Deputado António Toste (PS): Seja democrático e respeite a opinião das pessoas!

O Orador: É esta a minha opinião, como assim sucedeu também com outros republicanos históricos. Lembro, por exemplo, Manuel de Arriaga. Foi um deputado do Parlamento Monárquico. Teófilo de Braga também foi um deputado que desempenhou funções durante a monarquia constitucional.

Nesse sentido, considero que devemos participar na vida política do país, embora não seja este o enquadramento constitucional desejável para o país e que eu defendo.

Em relação ao voto de saudação eu sou coerente com as minhas posições. Considero que o Prof. Aníbal Cavaco Silva não tem servido a Autonomia dos Açores. Tem sido um adversário político da Autonomia dos Açores.

Portanto, não estou contente com a eleição do Prof. Aníbal Cavaco Silva.

Esta é a coerência que faço constar na minha vida política e é por isso que não vou votar favoravelmente este voto de saudação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Mais do que isso.

Em relação à referência à estabilidade política eu espero que o Presidente Aníbal Cavaco Silva possa de alguma forma contribuir para esta estabilidade política, para o surgimento de um novo cenário político, nomeadamente dissolvendo a Assembleia da República para que os portugueses tenham a oportunidade de escolher uma nova opção política que retire o país do beco sem saída em que se encontra, que permita a adopção de novas políticas e que permita sobretudo que o Sr. Engenheiro José Sócrates saia do poder e que termine o exercício das suas funções que tanto mal tem provocado a este país.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que a posição relativamente a este voto de saudação dos diversos partidos é perfeitamente livre.

Concordo com aquilo que disse que o Sr. Deputado Artur Lima. Acho que provavelmente a Sra. Deputada Zuraída Soares terá sido a mais coerente na posição que assume perante este voto.

Há uma coisa que é evidente. O país deu uma resposta clara de que se sente mais seguro e confiante tendo como Presidente da República aquele que foi Presidente da República ao longo dos últimos 5 anos. Esse é um facto que deve ser saudado.

Duas questões relativamente à declaração do Sr. Deputado Berto Messias.

As duas únicas coisas que eu salientaria são:

Primeiro, o facto de se ter referido no voto que os Açorianos manifestaram-se expressivamente a favor do candidato vencedor que recebeu na Região um apoio relativo superior à média nacional.

É um facto, Sr. Deputado e contra factos não há argumentos.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: Segunda questão, que não deixa de ser curiosa e que é demonstrativa da grande coerência do Partido Socialista (ouça Sr. Deputado Berto Messias, porque é importante):

Há 5 anos – o senhor não estava cá ...

Deputado Berto Messias (PS): Mas já tinha nascido!

O Orador: ... mas deveria ter tido o cuidado de ver o que é que se passou – no essencial, os senhores apresentaram um voto de saudação idêntico a este.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, não conhecíamos a criatura!

O Orador: Duas ou três palavras para a esquerda e uma ou duas palavras para a direita. Os senhores há 5 anos apresentaram um voto de saudação igual a este, apresentaram e votaram favoravelmente. Agora abstêm-se. Fraca coerência a do Partido Socialista!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado com 16 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 29 abstenções do PS, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos para o Voto de Congratulação pelo 75º aniversário do Club Náutico de Angra do Heroísmo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75º Aniversário do Club Náutico de Angra do Heroísmo

Datam de 14 de Outubro de 1935 os Estatutos que constituíram o Club Náutico de Angra do Heroísmo, cujos fins, conforme constam dos mesmos, “[se destinam] a promover a instrução náutica e o recreio náutico aos seus associados e, tanto quanto possível, à classe marítima”.

O Club Náutico de Angra do Heroísmo completou 75 anos de actividade dedicada à prática desportiva, à formação náutica e civil.

Fundado em 1935 constam como signatários dos seus Estatutos figuras ilustres de Angra do Heroísmo, entre elas, Bento de Brito do Rio Abreu, que foi o primeiro Presidente da Direcção, Alberto Moniz Pereira e Silva, Marcelo Borges Pamplona, Henrique Henriques Flores, Henrique Parreira, Eliseu Pereira Pato François, José Domingos da Silveira, Adriano Gomes de Figueiredo, José Correia Berbereia, Joaquim Inácio da Cunha Júnior e Henrique Brito do Rio.

Ao longo dos anos destacou-se na organização de provas regionais de vela, motonáutica, canoagem e vela de cruzeiro, sendo uma das entidades fundadoras e co-organizadoras da Regata Regional “*Atlantis Cup*”.

No entanto, não se dedicou exclusivamente à formação de atletas no âmbito dos desportos náuticos, como marcou presença em outras modalidades – ténis de mesa, andebol, atletismo e futsal, entre outras.

Presentemente, o Club Náutico de Angra do Heroísmo dispõe de classes de formação nas modalidades de canoagem e vela.

No ano de 2010 conquistou 5 títulos de Campeão Regional na modalidade de canoagem.

Conseguiu, também, junto do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., o licenciamento para a instalação de Escola de Formação Náutica, passando a ser uma das entidades a nível regional com idoneidade para ministrar cursos de formação para a obtenção de Cartas Náuticas de Recreio, nomeadamente, de marinheiro, de patrão local, de patrão de costa e de operador de rádio.

Actualmente, propõe-se à organização da Taça do Mundo de Quadriatlo.

Além da vertente desportiva, o Club Náutico de Angra do Heroísmo desenvolve também actividades de cariz social e ambiental.

Proporciona o contacto com os desportos náuticos a cidadãos portadores de necessidades especiais, e assegura a manutenção do Cais da Figueirinha, em parceria com a Câmara Municipal.

Tendo em conta a importância do Club Náutico de Angra do Heroísmo na formação náutica ao longo das gerações, importa recordar e saudar antigos e actuais sócios, atletas, treinadores e colaboradores e, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa, reunida no período legislativo de Janeiro, aprove um voto de congratulação pelo seu 75º Aniversário, dando conhecimento aos seus órgãos sociais.

Horta, Sala das Sessões, 26 de Janeiro de 2011

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Francisco César, José San-Bento, Domingos Cunha, Cláudia Cardoso, Hernâni Jorge, José Lima e António Toste.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vai associar-se este voto reconhecendo e valorizando o contributo social e económico que este clube tem prestado não só ao concelho de Angra mas também à Ilha Terceira e aos Açores.

Setenta e cinco anos é uma data que representa acima de tudo uma persistência de vida associativa que deve ser valorizada pelas actividades desenvolvidas, mas também este voto não se deve cingir só ao passado, deve ser, acima de tudo, um voto que projecte aquilo que são as ambições e as perspectivas deste clube náutico, designadamente nos seus compromissos assumidos, esperando que sejam cumpridos em tempo útil.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais intervenções.

Assim sendo passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao voto seguinte: Voto de Pesar pelo falecimento da Dra. Maria Odete Dourado, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento da Dra. Maria Odete Dourado

Faleceu no passado dia 9 de Janeiro, a Dr^a. Maria Odete de Abreu Silva Dourado, que desempenhou relevantes funções públicas e privadas, sendo uma cidadã muito honrada e considerada na sociedade açoriana.

Era Médica Veterinária de formação e deixou uma marca na defesa da qualidade alimentar, função que muito se interessou e empenhou denodadamente.

Exerceu funções públicas na Secretaria Regional do Comércio e Indústria e dirigiu o Serviço Regional de Classificação do Leite, tendo sido encarregue da sua organização e implementação, cuja sua competência foi determinante para que o SERCLA viesse a registar o sucesso que teve com a aceitação dos produtores e da indústria.

A Dra. Odete Dourado foi igualmente dirigente do Serviço de Inspeção Económica e formadora no INOVA, no âmbito do controlo de qualidade alimentar. Foi ainda a impulsionadora da Secção da Ordem dos Veterinários nos Açores, de que foi a 1.^a Presidente tendo sido distinguida com o reconhecimento de mérito pela Ordem dos Veterinários.

Maria Odete Dourado era uma profissional competente, uma açoriana de prestígio e uma autonomista convicta. Liderou o CDS/PP nos Açores, nos primórdios da democracia, tendo mais tarde aderido ao PSD, no qual também desempenhou algumas funções.

Assim, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo desaparecimento de Maria Odete Abreu Dourado, enviando o teor deste voto à família enlutada.

Horta, 26 de Janeiro de 2011.

Os Deputados: António Marinho e António Pedro Costa.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não existindo, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento do Professor Fernando Aires.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Nascido em Ponta Delgada em 1928, faleceu nesta cidade, no passado dia 9 de Novembro 2010, aos 82 anos, o professor Fernando Aires, cujo percurso académico e profissional sempre esteve ligado ao ensino e à investigação e produção literária.

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra, leccionou no antigo Liceu Antero de Quental, na Escola do Magistério Primário de Ponta Delgada e na Universidade dos Açores.

A sua actividade literária e cívica foi muito para além da docência, marcando a sua geração com a fundação, nos anos 40, do Círculo Cultura Antero de Quental, tendo sido membro da Direcção do Instituto Cultural de Ponta Delgada, entre 1978 e 1989.

Da sua autoria contam-se vários textos literários sobre figuras de relevo da sociedade açoriana, como foram Faria e Maia, Antero de Quental, José do Canto, Afonso de Chaves ou Alice Moderno.

Nas palavras de Daniel de Sá, Fernando Aires era exigente como professor e era bem capaz de dar uma má nota doendo-lhe a alma. Era exigente na qualidade do Português que deveria ser usado em livros, em jornais, em simples diálogos de circunstância, porque um povo que descuida a sua Língua e a sua História, destrói a Língua e a História.

A sua actividade literária foi reconhecida em muitos momentos, particularmente quando ganhou o concurso Literário, Açores 88, estando presente na Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa.

Entre os seus textos mais emblemáticos, há que referir “Histórias do entardecer” e “Era uma vez o tempo” de 1988, “Memórias da Cidade cercada” de 1995 e “A ilha de nunca mais”, de 2000. São também de referir os seus Diários, que ombreiam com outras obras do género.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de pesar pela morte do Professor Fernando Aires, do qual deverá ser dado conhecimento à família.

Nas palavras do próprio Fernando Aires, escritas a 25 de Janeiro de 1997 no seu diário V:

"Deve-se viver a vida como se monta a cavalo - agarrá-la bem pelas crinas, esporeá-la. Fazê-la galopar em frente no relinchar de sua natureza a imaginar que não tem fim. Não ligando muito quando o chão é de pedregulho e a água escasseia à nossa sede."

Sala das Sessões, 26 Janeiro 2011

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Francisco César, José San-Bento, Piedade Lalanda e Hernâni Jorge.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se mais um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Fernando Aires, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento do Prof. Fernando Aires

Palavras de Eduíno de Jesus, em memória de Fernando Aires

“As palavras meu Deus como são
imprecisas volúveis No entanto
elas só (enquanto os homens passam)
guardam para sempre o sinal do tempo
Delas nascem depois os avisos
as borboletas do ar as larvas da terra
elas próprias escavam os abismos
abrem as asas/e o voo (elas só afinal) desferem
Imprecisas? Volúveis? mas inamovíveis
elas lá ficam na página branca
à espera de um *Levanta-te e caminha*
de qualquer voz humana”

O Professor Fernando Aires faleceu no passado dia 9 de Novembro, de 2010, em Ponta Delgada. Foi o fundador do Círculo Cultural Antero de Quental e considerado como o precursor do movimento do modernismo nos Açores, conjuntamente com Eduíno de Jesus, Fernando Lima, Jacinto Soares de Albergaria, Carlos Wallenstein e Pedro da Silveira.

Autor de «Histórias do Entardecer», «Memórias da Cidade Cercada» e a novela «A Ilha de Nunca Mais», vencendo o concurso literário Açores 88. Ele fez parte da direcção do Instituto Cultural de Ponta Delgada, evidenciando-se nos meios culturais pelos seus ensaios sobre algumas das principais figuras da cultura açoriana, como Antero de Quental, José do Canto ou Alice Moderno.

Nasceu em Ponta Delgada em 1928, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas e foi insigne professor no antigo Liceu Antero de Quental, onde marcou várias gerações, merecendo ser recordado pela importância que teve como docente também da Universidade dos Açores e como escritor, fazendo parte de uma geração de ouro que marcou a vida cultural dos Açores.

Um intelectual e pedagogo de vasta cultura, era um analista da realidade político-cultural do seu tempo, com um notável espírito crítico. A personalidade literária de Fernando Aires revela-se num estilo personalista e excepcional, no qual a delicadeza da escrita é um dos traços que mais o caracterizaram.

Como memorialista de grande craveira, Fernando Aires consagrou-se com os seus diários “Era Uma Vez o Tempo” tendo um papel pioneiro dentro do género, na produção literária açoriana, onde assume uma forte componente autobiográfica, inscrevendo-se os diários entre o discurso poético e a narrativa ficcional, com incursões na crítica literária.

Assim, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de pesar pelo desaparecimento do ilustre escritor açoriano Fernando Aires, enviando o teor deste voto à família enlutada.

Horta, 26 de Janeiro de 2011.

Os Deputados: António Marinho e António Pedro Costa.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo, passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte: Declarações Políticas.

De acordo com a nossa lista, e porque o Bloco de Esquerda não pode apresentar hoje a sua declaração política, segue-se o Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Saúde constitui um dos pilares fundamentais de uma sociedade moderna. Ciente disso, o CDS-PP tem assumido um papel fortemente interventor nesta matéria, visto que os serviços e unidades de saúde a que a generalidade dos cidadãos têm acesso constituem um indicador essencial de civilização e desenvolvimento.

O Serviço Regional de Saúde atravessa tempos conturbados. Não temos dúvidas que pode estar em causa a sua sustentabilidade a prazo e a tendência de gratuidade constitucionalmente consagrada a favor de todos os cidadãos.

O CDS, de forma séria, responsável e construtiva, já há algum tempo manifestou esta preocupação directamente ao Senhor Presidente do Governo dos Açores. Porém, o nosso passado honra-nos.

Já chamamos a atenção para inúmeras situações que carecem de correcção e muitas têm sido as denúncias e críticas aos problemas estruturais que afectam o sector, feitas pelo CDS-PP nesta Assembleia.

Do acompanhamento constante que realizamos ao sector da saúde na Região constatamos que apesar das inúmeras e sucessivas promessas, planos e programas o sector está, no entendimento do CDS, a atravessar tempos conturbados com claro prejuízo para os Açorianos que são a razão primeira da existência deste Serviço. Pelo exposto consideramos fundamental e urgente a definição de uma estratégia para a saúde dos Açores e dos Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não é sustentável manter a política de construção de espaços físicos a pedido ou por interesses eleitorais.

Os investimentos na saúde são genericamente avultados pelo que têm que ser racionais.

Não podemos continuar a estimular, e muito menos promover, a duplicação e triplicação de serviços, em algumas ilhas, com todos os custos inerentes.

É urgente fazer um planeamento de médio e longo prazo de modo a que as ilhas sejam dotadas das unidades de saúde necessárias, com os recursos humanos suficientes para evitar a ruptura do sistema e com gestão rigorosa e eficiente.

Ademais o exemplo de gestão deve partir sempre do topo para a base.

O que assistimos hoje, infelizmente, também por culpa (e é bom que isto se diga!) do deficiente planeamento dos Directores de Serviços e dos Conselhos de Administração das unidades de saúde, que não abriram vagas a tempo e horas, nem acautelaram o número de médicos suficientes para os seus serviços, é à necessidade excepcional de autorizações para que 58 médicos reformados,

continuem a exercer a actividade, chegando-se ao cúmulo de alguns serviços vitais do Serviço Regional de Saúde dependerem quase exclusivamente de apenas um médico, com a agravante deste ser um dos aposentados (responsabilidades dos Directores de Serviço, do Conselho de Administração e, com certeza, da tutela).

Lamentamos, por outro lado, que a Ordem dos Médicos não tenha um papel mais activo no sentido de planear e apontar estas lacunas do SRS, preferindo somente manifestar preocupação por questões meramente financeiras, numa atitude de excessivo corporativismo.

Outra situação de extrema gravidade, e que tem sido transversal às sucessivas governações, diz respeito aos relatos de casos em que médicos especialistas abandonam a Região por pura perseguição de outros colegas ou dirigentes, apenas e só porque estes não querem partilhar o regime de prevenções atribuídas a cada serviço, tornando-se perverso o actual regime.

Neste sentido, aliás, há largos anos que o CDS-PP defende regras claras para a atribuição do regime de prevenções, não só relativamente à remuneração, mas também aos tempos mínimos de resposta (que com indesejável frequência não são cumpridos nem respeitados), para além de ser público que muitos dos médicos de prevenção demoram eternidades a chegar ao serviço e outros, depois de certas horas, se recusam pura e simplesmente a comparecer à chamada havendo até relatos de que alguns especialistas de prevenção já nem são chamados por habitual falta de comparência!

De preocupante gravidade, e merecedora do nosso mais veemente repúdio, são os casos dos médicos que fazem retaliação sobre os utentes, somente porque lhes foram retiradas horas de prevenção. Sob este aspecto, em particular, temos que afirmá-lo com toda a frontalidade que o Governo Regional tem falhado.

Falta uma actuação punitiva e severa relativamente a estes comportamentos de alguns médicos. A passividade dos Conselhos de Administração, com a anuência da tutela, tem como consequência que um pequeno grupo de clínicos acabe por manchar injustamente a reputação de toda uma classe, até porque no SRS são felizmente muitos os médicos que com zelo cumprem as suas obrigações profissionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Serviço Regional de Saúde é um bem inestimável!

Porque estamos profundamente preocupados com o futuro e com a sustentabilidade do SRS o CDS-PP de forma altruísta, descomplexada e rigorosamente séria, propõe um diálogo, com vista a um entendimento, entre todos os parceiros: Partidos Políticos, Governo Regional, Ordens Profissionais e demais entidades representativas do sector.

Queremos que se defina uma estratégia de médio-longo prazo para a Saúde dos Açores e dos Açorianos, independentemente do Governo que esteja em funções ou que possa vir a estar em funções.

A Saúde dos Açorianos tem que estar acima de qualquer interesse governamental, partidário ou pessoal, ou corporativista, e, por isso, estamos disponíveis, e aqui deixamos o desafio, para participar na defesa de tão inalienável valor social.

Aproveito também esta declaração política, Sr. Secretário Regional da Saúde, para que possamos esclarecer aqui a questão das evacuações aéreas e a questão da controversa Portaria. Gostaria que o Sr. Secretário nos esclarecesse sobre quem decide ou não as evacuações.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, segue-se o debate (já conhecem as regras). Cada grupo, a representação parlamentar e o Governo pode falar por uma só vez até 5 minutos, tendo o declarante o direito a ser o último e a encerrar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima, com a legitimidade que lhe assiste, volta a trazer a esta tribuna o problema da saúde na Região Autónoma dos Açores.

Dá os seus contributos, levanta as questões e aponta situações que nem sempre estão bem e que todos nós conhecemos, mas é bom que também se diga que um dos grandes objectivos do Governo e do grupo parlamentar que o suporta, é não só o diálogo mas também trazer contributos para que todos possamos melhorar aquilo que é possível corrigir.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece indiscutivelmente que há uma melhoria efectiva dos cuidados de saúde na Região graças à diferenciação e ao maior número dos recursos humanos, às condições dos próprios locais onde exercem as suas actividades (os Centros de Saúde, as Unidades de Saúde de Ilha e hospitais), como também os recursos técnicos e tecnológicos disponíveis a esses profissionais.

Todos os dias, na Região se ganha cuidados de saúde e melhora-se o bem-estar dos cidadãos que residem nesta Região.

Os investimentos que o Governo tem feito são criteriosos, tendo em conta a evolução do sector, a sua sustentabilidade e as evidências que todos nós conhecemos nesta matéria e nesta área específica.

O Sr. Deputado Artur Lima volta a trazer aqui uma questão que me parece importante e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista é fundamental que se conheça objectivamente, que é a questão dos relatos de casos que aqui referiu, como sendo casos de perseguição a profissionais de saúde, que os leva ao abandono da região, como os casos de retaliação desses profissionais de saúde aos doentes.

É importante que saibamos quem são esses profissionais de saúde, até porque não temos competência nessa matéria, mas há uma entidade com competência que é a Ordem dos Médicos.

A Ordem dos Médicos tem que conhecer quem são eventualmente esses profissionais de saúde que fazem retaliação junto dos doentes; quem são os profissionais de saúde, os médicos que neste caso não cumprem com o regime de prevenção que lhe está atribuído; quem são os médicos que promovem alguma guerrilha (a expressão é minha) que pode perturbar o actual Serviço Regional de Saúde, a própria sustentabilidade e sobretudo a credibilidade do Serviço Regional

de Saúde no sentido de se tornar atractivo à vinda de outros profissionais de saúde, particularmente médicos de medicina geral e familiar.

É indiscutível, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que a saúde nos Açores está melhor e continuará a melhorar.

Reconhecemos que nem tudo está bem. É preciso recuperar, dialogar e encontrar medidas que tornem este sector credível e sustentável.

É para isso que cá estamos e é para isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo estão todos os dias a trabalhar nesta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata começo por saudar o Sr. Deputado Artur Lima por mais uma vez ter trazido a esta câmara um debate sobre saúde, desta feita sobre a forma de uma declaração política.

É sempre um debate importante sobre uma matéria também importante para a vida dos açorianos.

O Partido Social Democrata partilha também de algumas das preocupações que o CDS/PP aqui expressou relativamente ao Serviço Regional de Saúde, as quais, aliás, temos vindo também a expressar periodicamente nesta câmara, nomeadamente no último debate sobre o Plano e o Orçamento.

O que é verdade é que todos constatamos que há um grave problema de gestão e de opção política em matéria do Serviço Regional de Saúde, como demonstram as recentes medidas que o Governo Regional tem tomado nesta matéria que, pouco tempo depois as tomar as revoga, altera, faz acordos sobre elas e coloca em causa aquilo que ele próprio decidiu, como aconteceu recentemente com as questões relativas às prevenções nas urgências hospitalares da Região.

Neste domínio em particular, há uma Portaria que está em vigor mas que ninguém cumpre, a começar pela própria Secretaria Regional da Saúde que, em articulação

com as administrações dos hospitais EPE, propicia, patrocina e permite acordos particulares feitos nos hospitais para que as regras da Portaria, relativamente às prevenções, não sejam cumpridas ou sejam cumpridas para lá daquilo que a própria Portaria define.

Esta é uma parte do problema do Serviço Regional de Saúde.

A segunda parte do problema do Serviço Regional de Saúde é um gravíssimo sub-financiamento das unidades de saúde da Região que o Partido Social Democrata já disse e estima em cerca de 700 milhões de euros no final deste ano de 2011, como aliás assinalou também o Tribunal de Contas no último relatório feito sobre uma unidade de saúde da Região em que diz que “os crónicos desequilíbrios financeiros resultam maioritariamente de falta de financiamento adequado à natureza, diversidade, complexidade e volume de produção desta instituição”.

O Tribunal de Contas, a entidade que zela e que vela pelas contas públicas e pela boa aplicação dos dinheiros públicos no país e nos Açores, assinala problemas de desequilíbrio financeiro nas unidades de saúde da Região que resultam do sub-financiamento destas unidades de saúde.

Terceiro problema, complexo e grave, do Serviço Regional de Saúde, ao qual o Governo Regional e os Governos Socialistas não têm dado resposta: os recursos humanos.

Não deixa de ser singular que um despacho do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional da Saúde, do passado dia 20 de Janeiro, tenha permitido uma acumulação de funções de médicos aposentados no Serviço Regional de Saúde. São 60 médicos aposentados que vão acumular funções no Serviço Regional de Saúde.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Se não há médicos!

O Orador: Esta, sendo uma medida de gestão correcta, é um sinal de uma enorme dificuldade de recrutamento de quadros no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Apresente uma solução!

O Orador: São médicos que estão aposentados que já não deveriam estar a exercer funções, mas que estão contratados para prestar serviço no Serviço Regional de Saúde.

A este número de 60 médicos, se juntarmos também todos os outros que estão em funções e que estão à beira da idade da aposentação, revela que há um problema grave de recursos humanos que o Serviço Regional de Saúde não soube, nem foi capaz de dar resposta, sobretudo e em particular naquilo que diz respeito aos cuidados de primários de saúde onde faltam nos Açores cerca de 60 médicos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Apresente uma solução!

O Orador: O Partido Socialista com a sua gestão já demonstrou que não tem capacidade de resolver os problemas que se colocam ao Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais uma palavra de congratulação ao Sr. Deputado Artur Lima pela intervenção que fez para falar num sector tão importante neste momento como o sector da saúde. É notório que tem sido bastante noticiado pela comunicação social todos os casos que têm acontecido relacionados com a saúde.

É claro que o Governo tem uma acção de defesa da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde. É isso que estamos a fazer quando fazemos um plano de redução dos custos dos hospitais. É isso que pretendemos. Pretendemos trazer “saúde financeira” aos hospitais e com isso diminuir a despesa que é excessiva nos nossos hospitais. É excessiva porque os hospitais são Entidades Públicas Empresariais e estão a ser financiados num montante igual àquilo que seriam hospitais privados, ou seja, se aplicarmos a tabela de facturação de subsistemas o montante que receberiam é exactamente o mesmo.

Se os hospitais estão a receber como se fossem entidades privadas a preços de mercado, se existe um desequilíbrio entre custos e proveitos, é porque os custos estão demasiadamente elevados.

Além disso, em 2004, o Tribunal de Contas concluiu que existiu um desperdício no Serviço Nacional de Saúde perto dos 25%. Não queremos ir tão longe. Admitimos que de 2004 até hoje houve melhorias de eficiência nos hospitais. Portanto, estabelecemos uma meta ligeiramente a baixo desta no combate ao desperdício.

Este tem sido um objectivo a ser travado em todas as frentes por parte do Governo Regional.

Relativamente à questão dos tempos mínimos de resposta em matéria de prevenções, no decurso desta discussão, já foi objecto de um despacho meu que obriga ao registo da hora em que é chamado o médico ao serviço de urgência e a hora a que o mesmo comparece.

Já estamos a receber na Direcção Regional de Saúde os registos efectuados pelos três hospitais.

Em relação às retaliações sobre os utentes que os médicos empreenderam nos Serviços de Urgência, é um facto que existiram situações que não dignificam os médicos. Sabemos disso. Tanto é que abrimos um processo de inquérito, no caso da psiquiatria no hospital de Ponta Delgada, precisamente para avaliar como foram atendidos todos os doentes num fim-de-semana em que os médicos pura e simplesmente deixaram um doente de um internamento compulsivo no hospital de Ponta Delgada.

Isto está a ser alvo de um inquérito e serão retiradas daí as devidas consequências, nomeadamente através de processos disciplinares.

Relativamente ao diálogo e à proposta de diálogo que propôs, obviamente que ela é bem-vinda. O Governo, na sua parte, está disponível para esse diálogo. Sempre esteve disponível, inclusive directamente com os profissionais de saúde, como esteve com a reunião com os Directores de Serviço e com as sucessivas reuniões que tem mantido com as administrações dos hospitais.

Em relação ao Sr. Deputado Pedro Gomes e àquilo que acabou por dizer, de facto tem havido uma melhoria na acessibilidade aos cuidados de saúde dos cidadãos.

Eu não vou até 1996. Vou comparar com o ano 2000.

O número de atendimentos a pessoas que se dirigem aos serviços de saúde aumentou em 350.000 por ano, quer em situações de urgência, quer em situações de consulta.

A nível do número de cirurgias, temos quase o dobro das cirurgias do que tínhamos em 1996. Em 1996 tínhamos 9.000. Em 2009 temos cerca de 17.000 cirurgias.

Em relação ao número de consultas por médico, que é um indicador da produtividade dos profissionais de saúde, tínhamos, em 2000, cerca de 670 consultas por médico e em 2009 temos 1.100 consultas por médico por ano.

Tem havido um esforço de rentabilização dos recursos humanos nesta matéria.

Ao nível do financiamento e do custo por utente, por exemplo, no ano 2000, um utente do Serviço Regional de Saúde custava-nos, por ano, 732 euros.

Em 2009 esse custo é de 1323. Há significativamente um aumento também dos recursos financeiros direccionados para o sector da saúde.

Em relação à questão do número de médicos, em 1996 tínhamos 351 médicos. Em 2009 temos 505 médicos, ou seja, mais 150.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quantos de medicina auxiliar?

O Orador: Temos o problema de recrutamento que existe a nível nacional e que existe, de resto, à escala europeia.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado em relação às evacuações aéreas, ainda bem que esta questão é debatida neste Parlamento, porque aqui, apesar de termos enviado uma resposta a um requerimento do CDS/PP, podemos esclarecer de facto o que é que está em causa.

Desde 1995, o que existia na redacção era o seguinte:

“O médico responsável pela urgência no hospital...”, todos os hospitais entendiam isto como o especialista que estava de prevenção para a urgência, “... contactado, depois de analisar a situação clínica do doente exposta pela unidade de saúde de origem, *decidirá* quanto à necessidade ou não da evacuação aérea com carácter de urgência e em caso afirmativo contactará de imediato o médico e enfermeiros escalados para o efeito”.

Portanto, ele decidia. Não existem dúvidas de que ele decidia!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E agora?

O Orador: Nós mudámos o funcionamento deste regulamento, precisamente porque fomos confrontados com uma situação em que os médicos tinham dificuldade em proceder à evacuação dos seus doentes. Porquê? Porque andavam de especialista em especialista.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Aquilo que fizemos foi dizer que o diálogo seria feito com o chefe de equipa do Serviço de Urgência do hospital contactado.

Já não é o especialista, é o chefe de equipa que está lá de serviço que procede à avaliação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Exactamente!

O Orador: É diferente proceder à avaliação de decidir.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não! Não!

O Orador: Comunicar uma avaliação não é comunicar uma decisão. É uma avaliação que tem que ir por escrito se for negativa.

Mesmo assim, a decisão caberá evidentemente a quem está a observar o doente e que pode fazê-lo.

Aliás, no 15-A, “compete ao chefe de equipa de serviço de urgência do hospital o estabelecimento de prioridades caso haja mais do que um pedido”. Isto não existia no anterior regulamento.

Portanto, se houver mais do que um pedido, ele tem que estabelecer e tem aí competência para estabelecer as prioridades. Quanto a nós, a leitura que faço é esta.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas está a fazer mal!

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos passar para o encerramento do debate, dando a palavra ao declarante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Julgo que o principal desafio que lancei hoje e que já tínhamos pedido uma audiência ao Sr. Presidente do Governo com este sentido, foi o de envolver todos nesta casa numa estratégia que se pode chamar uma estratégia para a saúde. Pelos vistos não fui bem sucedido.

Apenas uma resposta por parte do Partido Socialista.

A saúde, efectivamente, não tem partidos.

O problema é sério.

Se queremos a gratuitidade do Serviço Regional de Saúde e mantê-lo sustentável nesses moldes, há que tomar decisões e definir uma estratégia de futuro, de médio e longo prazo, independentemente de quem esteja ou não no Governo. Essa é uma opção de fundo e estrutural.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O Sr. Secretário disse que sim. O que é que o Sr. Deputado quer? Que façamos uma procissão?

O Orador: Não, Sr. Presidente.

O Sr. Secretário diz que sim ao que eu estou a dizer. O Sr. Secretário e o Partido Socialista disseram que sim. É isso que estou a dizer, Sr. Presidente. Se V. Exa. me tivesse deixado falar um pouco mais eu ia lá chegar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não tinha dito!

O Orador: Não senhor. Estava a referir-me ao Partido Socialista exactamente pela ordem das intervenções e também ao Governo Regional pela voz do Sr. Secretário. Para isso o CDS está disponível como V. Exa. muito bem sabe.

Agora é inegável, Sr. Deputado Domingos Cunha e concordo consigo, que houve – acho que toda a gente percebe – progressos ao nível dos cuidados de saúde, ao nível de várias áreas, quer pelo número de profissionais, quer pela melhoria das instalações, quer pelas determinantes em saúde sociológica, social, ambiental, etc., a melhor qualidade da água, melhor qualidade de habitação, os níveis de conforto... Tudo isso contribui para a saúde e tudo isso melhorou ao longo destes anos. Isso é evidente!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Uma boa gestão!

O Orador: Sempre disse isso, Sr. Deputado. Pese embora as críticas, sempre disse isso.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Nem todos percebem essa evolução!

O Orador: É preciso ver que isto acontece há muitos anos, não é de agora, com este Governo do Partido Socialista. Sempre aconteceu que nos hospitais, em alguns serviços, há cotadas, onde mais ninguém entra. O Governo e nós próprios não podemos permitir isso. A nós compete-nos a denúncia, e ao Governo naturalmente. Eu vejo entrevistas dos membros dos conselhos de administração. Falam aqui, falam acolá, como se não tivessem às vezes nada a ver para o assunto.

O regime de prevenções, que tem que existir com certeza e com regras, é definido pelo conselho de administração. É o que diz a Portaria.

Os senhores têm que ser responsabilizados nessa matéria.

Os Srs. Directores de Serviço têm que dar uma palavra sobre essa matéria.

Não é atirar tudo para cima. Há decisões intermédias, há chefias intermédias que têm que decidir. É preciso responsabilizá-los sobre essa matéria.

Uma coisa que acho que é fundamental, que se está a fazer agora e que concordo plenamente, é o Centro de Radioterapia em São Miguel, altamente especializado, centrado numa ilha. Muito bem!

Temos que garantir a acessibilidade dos doentes a essa ilha, como temos que equacionar a especialização eventual de outros centros altamente especializados e de excelência numa outra ilha, em vez de andarmos a dividir pelas ilhas, porque não é sustentável.

Há opções que se têm que tomar de futuro. Sei o que o Sr. Secretário da Economia está a pensar, mas não é bem isso.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Homessa!

O Orador: Temos que evitar também – já o dissemos – a despesa excessiva.

É claro que a saúde tem um preço e ele tem que existir. Agora é preciso racionalizar investimentos, racionalizar às vezes deslocações.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É o que estamos a fazer!

O Orador: Às vezes lemos coisas nos jornais que são absolutamente esclarecedoras sobre algumas matérias.

Temos feito investimento e temos áreas na saúde nos Açores que são exemplares a nível nacional, porque começou-se a investir desde o início. Uma área que se

começou a investir desde 2000 para cá foi na saúde oral, embora talvez não seja a pessoa mais indicada para o dizer, mas também não me inibo de o dizer. É reconhecido o nível nacional o investimento que se está a fazer. É preciso continuar nessa área com um rumo certo, que pelos vistos se tem mantido.

Concluindo, Sr. Secretário, vou ler-lhe o despacho. Isto é português, não há duas interpretações. Até lhe digo, se nesta matéria há dúvidas altere-se o despacho. Se há muita gente que tem dúvidas, e não somos só nós, altere-se o despacho.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não tenho registo de haver dúvidas, só do CDS/PP!

O Orador: O despacho diz o seguinte, Sr. Secretário:

“O chefe de equipa do serviço de urgência no hospital contactado, após analisada a situação clínica do doente, exposta pela unidade de saúde de origem...”, ou seja, o médico de origem expõe a situação ao chefe de equipa, “... procede à avaliação da necessidade ou não de evacuação aérea.”

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Procede à avaliação...

O Orador: Está aqui: *procede à avaliação da necessidade ou não de evacuar*. Quem avalia a necessidade de evacuar é o chefe de urgência do hospital contactado. Isto é tão claro quanto isto.

Mais à frente diz: “Esta avaliação é comunicada oralmente ao médico do serviço de origem. Nos casos de recusa de evacuação o chefe de equipa do serviço de urgência procede de imediato ao registo, remetendo por fax, justificando a sua rejeição. Portanto é este senhor que decide tudo.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar Sr. Presidente.

Isto é clarinho como água. É português, Sr. Secretário. Aqui não há duas interpretações. É português. Qualquer pessoa que lê isto, pode interpretá-lo.

Recomendo-lhe então que, como tem essa alínea 15-A perfeitamente clara, ponha a 15 muito clara (é uma recomendação que lhe deixo para acabar com as dúvidas): quem decide as evacuações é o médico do centro de saúde de origem. Escreva isso aqui e ficamos esclarecidos.

Assim, está muito confuso.

Digo-lhe mais. O que acontece hoje é que quem decide é o médico do hospital, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não há nenhuma rejeição desde que este documento está em vigor!

O Orador: Há sim senhor. Para lá vamos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminou o debate acerca desta declaração política. Vamos fazer um intervalo de meia hora. Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 11 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, pedia-vos o favor de ocuparem os vossos lugares para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os portugueses foram chamados, no último domingo, a eleger o Presidente da República.

Os resultados foram claros. Cavaco Silva venceu as eleições com quase 53 por cento dos votos expressos.

É altura, por isso, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista saudar o Presidente da República eleito, esperando e desejando que contribua, através das suas competências constitucionais, para que Portugal supere os desafios com que está confrontado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Era isso que estava no voto de congratulação!

O Orador: No rescaldo destas eleições, saudamos, também, os cerca de 4 milhões e meio de portugueses que exerceram o seu direito de voto e que, desta forma,

entenderam participar na eleição de tão importante cargo como é o de Chefe de Estado.

Um cumprimento caloroso, também, a todos os que se empenharam activamente nas diversas campanhas das diversas candidaturas, num verdadeiro exercício de cidadania que, tendo em conta o carácter unipessoal destas eleições e a normal despartidarização de uma campanha presidencial, extravasou a acção dos diversos partidos políticos que entenderam apoiar os vários candidatos.

Os portugueses pronunciaram-se e quiseram que tudo fique como está, que tudo fique como até agora, com Cavaco Silva na Presidência da República.

A democracia funcionou e, naturalmente, respeitamos a decisão da maioria.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Neste processo eleitoral assistimos ao reforço do fenómeno da abstenção, com principal incidência nos Açores.

Saber que menos de um terço dos eleitores açorianos, exerceram o seu direito e dever de votar é um facto que nos deve preocupar a todos, enquanto agentes do sistema político e, sobretudo, enquanto cidadãos.

Uma taxa de abstenção próxima dos 70% nos Açores é preocupante...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o fim do regime republicano!

O Orador: ... e todos temos de contribuir para diminuir este fenómeno e vem demonstrar, também, a pouca importância que os açorianos dão a esta eleição e ao entendimento que têm sobre a importância real dos poderes presidenciais e da sua influência na vida das pessoas.

Mas o fenómeno da abstenção deve-se, também, a um afastamento generalizado dos cidadãos face à política, originado por titulares de cargos públicos que, independentemente dos partidos em que militam, exercem de forma errada e abusiva os poderes que os cidadãos lhes conferem. São esses maus exemplos que

temos de combater com mão pesada, em nome da nobreza e da importância da causa pública.

A política é o espelho da sociedade.

Existem boas e más pessoas em todas as áreas da sociedade, incluindo, obviamente, na política. E todos devem perceber que bons políticos implementam boas políticas que potenciam mais desenvolvimento e mais oportunidades para todos e são esses, os bons políticos, que devemos valorizar porque felizmente (acreditamos!) são mais os bons do que os maus exemplos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É certo que os políticos têm responsabilidades acrescidas que não podem recusar, devendo concentrar-se no que verdadeiramente interessa e adaptar-se à evolução dos tempos e às necessidades das pessoas.

Mas também é certo que os cidadãos devem estar mais despertos para a importância da participação cívica e política.

Cidadãos mais atentos e mais participativos exigem mais dos seus agentes políticos que, conseqüentemente, têm de trabalhar mais e melhor responder aos desafios e às necessidades das populações.

Uma sociedade mais participativa será sempre sinónimo de uma sociedade mais desenvolvida.

O combate contra a abstenção e contra a baixa participação não pode ser um acto de contrição pós-eleitoral, tem de ser uma preocupação constante. É por isso que o Grupo Parlamentar do PS desenvolverá a curto prazo várias iniciativas que contribuam para um reforço da participação cívica e política dos cidadãos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Manuel Alegre foi, desde a primeira hora, o candidato presidencial apoiado pelo PS/Açores, com muito orgulho.

Quando ganha quem apoiamos, também ganha o PS, quando perde quem nós apoiamos, perdemos todos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Esta a nossa forma de estar na política.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O nosso património é feito de vitórias e de derrotas. As derrotas motivam-nos e as vitórias dão-nos alento.

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

O Orador: O PS/Açores respeita a vontade dos portugueses expressa nas urnas, que implica a obrigação de um relacionamento institucional e leal com o Presidente da República eleito.

É assim na vida política. Debate-se com vigor e empenho nas campanhas eleitorais, mas os cargos e as responsabilidades institucionais de cada um assumem primazia depois de conhecidos os resultados.

Os portugueses fizeram a sua escolha. A democracia funcionou e Portugal tem um Presidente da República reeleito para um segundo mandato, cumprindo-se a tradição da reeleição que vem desde Ramalho Eanes.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Espera-se, agora, que o Presidente da República reeleito respeite os Açores e os Açorianos.

Respeite as nossas especificidades, o nosso ordenamento jurídico-constitucional, os nossos órgãos de governo próprio e tenha a vontade e a capacidade de conhecer as dificuldades que a vida num arquipélago com grande descontinuidade territorial impõe.

Estamos certos que, à semelhança do que tem acontecido, os Órgãos de Governo Próprio dos Açores manterão sempre o respeito institucional devido ao Sr. Presidente da República.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas que não se confunda respeito com subserviência.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não peçam ao PS/Açores para mudar de opinião política em relação a Cavaco Silva. As nossas convicções não se alteraram. Temos, hoje, as mesmas

certezas sobre o seu comportamento em relação às autonomias do que tínhamos na sexta-feira passada.

Teremos total empenho num relacionamento institucional saudável com o Presidente da República, como se espera de um partido responsável, mas o nosso único limite para este relacionamento é claro: os interesses dos açorianos e dos Açores.

Como no passado, seremos intransigentes na defesa dos Açores e não nos vergaremos na sua defesa, qualquer que seja a ameaça e de quem quer que venha ela, seja de um Órgão de Soberania, seja de um partido político nacional porque aquilo que se exige é que no centro das nossas preocupações esteja sempre os Açores e os Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São várias as leituras que podem ser feitas dos resultados eleitorais. Sendo todas legítimas, umas serão mais acertadas do que outras.

A verdade é que, apesar de as eleições terem sido há apenas três dias, já são várias as tentativas do PSD Açores para fazer extrapolações e leituras desadequadas dos resultados eleitorais.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Não apoiado!

O Orador: Quem ouviu as declarações da Sra. Presidente do PSD Açores na noite eleitoral e algumas declarações de vários dirigentes deste partido, nos últimos dois dias, já percebeu a estratégia de tentar afirmar que, nas eleições presidenciais, estaria em causa mais algum sufrágio além das eleições presidenciais.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Fazê-lo é errado e demonstrativo das fragilidades de alguém que, não tendo capacidade para impor o seu projecto e as suas ideias nos momentos certos, só consegue alegadas e virtuais vitórias quando são outros a ganhar.

Deputados Francisco César e José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: Mas mais grave do que isso, afirmá-lo é passar um atestado de incapacidade aos açorianos que felizmente sabem perfeitamente diferenciar actos eleitorais e sabem identificar o que está em causa em cada eleição.

A história mostra-nos isso.

Basta um pequeno exemplo.

Em 2006, Cavaco Silva ganhou as Eleições Presidenciais nos Açores com 55% dos votos expressos.

Depois disso foram as eleições legislativas regionais que o PS ganhou com clara maioria absoluta, apesar de, na altura, o PSD dizer com grande vigor que a perda de votos do Partido Socialista era um claríssimo sinal de mudança que se adivinhava e que se aproximava – imagine-se! – um fim de ciclo.

O fim de ciclo tão apregoado pelo PSD afinal saldou-se por mais duas vitórias do Partido Socialista nos Açores em eleições autárquicas e nas legislativas nacionais para a Assembleia da República.

Deputado João Costa (PSD): Afinal quem é que está a extrapolar?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os políticos têm de ter a humildade e a coragem de assumir as derrotas e de saber estar nas vitórias.

As regras da democracia impõem isso mesmo.

Nós assumimos frontalmente, sem reservas e sem rodeios que o candidato que apoiámos perdeu as eleições e não atingiu os seus objectivos.

Tristes daqueles que não têm coragem para assumir e dar a cara quando perdem...

Deputado Francisco César (PS) e Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ... e fracos daqueles que não têm a maturidade política para comemorar uma vitória.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sobre isso é importante dizer também que estes delírios do PSD/Açores mostram bem o estilo de Berta Cabral: foge e renega as responsabilidades nas derrotas,...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... como se viu nas eleições autárquicas, e apropria-se a todo o custo das vitórias alheias, como se constatou domingo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Berta Cabral, já sabíamos desde as autárquicas, tinha mau perder. Sabemos, agora, que tem também mau ganhar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Devia ter dado, por isso, ouvidos ao seu líder Pedro Passos Coelho, que rejeitou – cito – “leituras partidárias” dos resultados eleitorais de domingo...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Ou ao Vice-Presidente Bolieiro!

O Orador: ... e sendo peremptório disse: “não eram os partidos da oposição nem o Governo que estavam a ser julgados nestas eleições”.

Foi uma declaração sensata e ponderada que contrastou com a ânsia de protagonismo fácil da Dra. Berta Cabral.

Aliás, é bom lembrar que no grande teste à sua liderança partidária – as eleições autárquicas de 2009 – Berta Cabral conseguiu um feito para o PSD/Açores: perder, pela primeira vez na sua história, o estatuto de maior partido do Poder Local nos Açores.

Deputado José Lima (*PS*): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Feitas as contas e as legítimas análises políticas de cada um, tudo ficou na mesma, mesmo que alguns teimem em criar realidades virtuais que não correspondem à realidade.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Apoiado!

O Orador: Da nossa parte, vamos continuar a trabalhar, com lucidez, empenho e determinação a defender sempre mais desenvolvimento para os Açores e para os Açorianos, porque é isso que verdadeiramente interessa.

Disse.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*):

Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo*)

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate, com as regras que todos já conhecem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Retiro várias ilações das últimas eleições presidenciais.

1º ilação: a crise profunda que vive o sistema republicano em Portugal.

A fraca participação dos eleitores, a paupérrima qualidade da campanha eleitoral e a forma como as populações se encontram desligados do funcionamento do sistema constitucional em vigor, demonstram que hoje em dia este sistema republicano se encontra perante uma crise profunda, uma crise de credibilidade, de funcionamento e que é sobretudo uma crise do ponto de vista daquelas que são as aspirações da população portuguesa.

Cada vez mais é importante que se discuta a questão do regime em Portugal. Não se trata apenas de alterar ciclos políticos.

Acontece que neste momento a Constituição portuguesa, o funcionamento constitucional deste país encontra-se profundamente desgastado. É por isso que as abstenções que se estão a registar têm que ter também uma leitura do ponto de vista da questão do regime em Portugal.

Eu considero que estes resultados, a fraca participação da cidadania portuguesa demonstra que existe de facto uma questão de regime em Portugal e que é importante discuti-la. É importante que esta questão de regime deixe de estar blindada na Constituição Portuguesa...

Deputado José San-Bento (*PS*): O senhor é suspeito para falar disso!

O Orador: ... que impõe, do ponto de vista constitucional, a República, independentemente da vontade da população portuguesa.

Nesse sentido o Partido Popular Monárquico tem vindo a defender que se deve realizar um referendo ao regime em Portugal, tal como foi prometido há 100 anos atrás pelos revolucionários republicanos que tomaram de assalto o poder neste país.

Deputado João Costa (PSD): Já não havia tanta abstenção!

O Orador: 2ª ilação: é claramente a derrota do PS/Açores neste processo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor esteve cá toda a manhã?

Deputado Francisco César (PS): Tinha jurado que o senhor não tinha apoiado o Prof. Cavaco Silva!

O Orador: Como se sabe, o Presidente do Governo Regional foi das personalidades do Partido Socialista com maior relevância nacional...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O Presidente do PS/Açores!

O Orador: O Presidente do PS/Açores foi das personalidades com maior relevância nacional no âmbito deste partido que apoiou esta candidatura.

Esta candidatura foi apresentada nos Açores. Existiu um forte empenho político por parte do Presidente do Governo Regional e também por parte do Partido Socialista.

Tanto é assim que eu nunca vi uma presença televisiva tão assídua por parte do Sr. Deputado Francisco César ao longo desta campanha.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não somos uma monarquia. Não se engane!

O Orador: Foi uma presença significativa...

Deputado Francisco César (PS): Muito obrigado!

O Orador: ... que demonstrou o empenho de V. Exa. e que demonstrou o empenho do Partido Socialista, porque evidentemente ter continua e diariamente o Vice-Presidente dessa bancada a apoiar a campanha de Manuel Alegre, foi uma demonstração inequívoca do forte empenho do Partido Socialista nesta campanha. Por isso o empenho foi seu e a derrota foi sua, naturalmente.

Deputado Francisco César (PS): E alguém fugiu à derrota?

O Orador: O Presidente do Governo Regional reconheceu com humildade democrática e até num registo que não é muito normal e frequente nas derrotas eleitorais...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É que é raro acontecer!

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Presidente do Governo está a referir-se a todo o período democrático?

O Orador: ... num registo menos crispado do que o habitual, num registo que eu até considerarei adequado e com a humildade democrática que este momento exigia, aquilo que é inegável: que era um dos derrotados da noite eleitoral.

Portanto, nesse sentido, apesar do discurso que o Sr. Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez aqui, é inegável que existe consequências e leituras políticas regionais, porque o Partido Socialista não conseguiu mobilizar o seu eleitorado, não conseguiu mobilizar o eleitorado açoriano, no sentido de permitir a vitória nacional de Manuel Alegre. Mais do que isso, registou um resultado a nível dos Açores um pouco humilhante para as expectativas, uma vez que registou menos de metade da votação do Prof. Cavaco Silva.

Essa é a conclusão inequívoca: o Partido Socialista nestas eleições presidenciais é um dos grandes derrotados, nomeadamente o PS/Açores.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já Sr. Presidente com estas duas ilações que são fundamentais: a derrota e o enfraquecimento do regime e também a derrota do Partido Socialista.

Por isso a conclusão que retiro, Sr. Presidente, é que são duas ótimas notícias.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que candidato é que o senhor apoiou?

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Ser não há inscrições, eu dou a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias para encerrar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Ahhhh!

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Estava tímido e acanhado!

(*) **Deputado António Marinho** (*PSD*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu parecia o Deputado José San-Bento, que já ontem circulava com os olhos pela sala a ver se alguém se inscrevia e depois avançou. Fiz exactamente a mesma coisa que o Sr. Deputado. Naturalmente não estamos “gelados”, inclusivamente eu diria que estamos muito confortados com uma boa “lareira” que existe desde domingo passado. Estamos “quentinhos”!

Em primeiro lugar, e relativamente à declaração política do Partido Socialista, queria mostrar alguma estranheza até a um terço do texto (não sei se é um terço, se é um quarto, se é metade).

Comungamos das preocupações aqui expressas pelo Sr. Deputado Berto Messias relativamente a um conjunto de preocupações e inclusivamente no que se refere à saudação que fez no início. A única coisa que causa estranheza é que invocando o Voto de Saudação, que apresentámos aqui há pouco, exactamente as mesmas questões, não tenham dado exactamente o mesmo tratamento a ele. Agora dizem praticamente a mesmas palavras. Foi mais uma incoerência. Estaremos um pouco no reino daquilo que o Partido Socialista se está a tornar especialista.

Comungamos de algumas dessas preocupações. Sabemos que há maus exemplos na política...

Deputado José San-Bento (*PS*): Há, há!

O Orador: ... e eles são cada vez mais evidentes, designadamente naquilo que dá origem a estes níveis de abstenção.

Relativamente à esperança por parte do Sr. Presidente da República no comportamento quanto às autonomias, isso estava expresso no voto, se bem se lembra.

Agora devo dizer que é bem importante que a Autonomia, que é algo que é tão caro aos açorianos, que é algo que é tão caro a todos nós, não seja utilizada ao longo dos próximos tempos de forma abusiva, desregrada, como foi utilizada ao longo dos tempos mais recentes que acabam por a vulgarizar e naturalmente acaba, acima de tudo, a ser utilizada não em benefício dos açorianos mas em benefício do Partido Socialista e eventualmente do Presidente do Partido Socialista.

É bom que não se utilize abusivamente a Autonomia, porque podemos estar a pôr em causa algo que é tão caro aos açorianos e que é tão importante para o desenvolvimento dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão da abstenção, naturalmente que ela nos preocupa. Esta abstenção (temos que nos lembrar também que é um fenómeno que não é recente) é um fenómeno que conhecemos, por exemplo, já das eleições regionais que deram origem a este Governo, ...

Deputado Francisco César (PS): Tem tudo a ver!

O Orador: ... em que tivemos 53% de abstenção. Portanto, é um fenómeno que persiste no tempo, que obriga a muita reflexão, que obriga a que pensemos se não pode começar a ficar em causa a qualidade da própria democracia com estes níveis de abstenção.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto preocupa-nos, como deve preocupar os senhores.

Devo perguntar-lhe, Sr. Deputado Berto Messias, se concorda com o Sr. Presidente do Governo que aquando desta discussão há cerca de um ano ou há um ano e qualquer coisa atrás, se manifestou, por exemplo, favorável à questão do voto obrigatório. Era importante saber o que é que o senhor pensa em relação a essa matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Diga-nos a sua opinião!

O Orador: Era importante, até para termos aqui as questões em cima da mesa.

Relativamente à perda de votos que o senhor falava em determinada altura, obviamente que esta reflexão, a avaliação, a análise de um processo eleitoral como

aquele que seguimos agora nos tempos mais recentes como dos anteriores, obrigam-nos sempre a retirar conclusões.

Há uma avaliação. Retira-se conclusões!

É legítimo retirar conclusões que às vezes são positivas, outras negativas, e quando são negativas devem ser indutoras de alguma alteração na nossa própria conduta. Essa é extremamente importante.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, diga-nos quem: é Berta Cabral ou Passos Coelho?

O Orador: Por exemplo, deixe-me dizer-lhe que quando fala em perda de votos se calhar os senhores, e não só os senhores, porque nisto estarão acompanhados de outros, devem pensar que a base de apoio do candidato Manuel Alegre, que agora foi apoiado pelo Partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda, pelo PDA, e não sei se mais algum...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E pelo MRPP!

O Orador: Exactamente, MRPP!

... uma base de apoio de 33.000 votos no processo eleitoral em 2006, ficou agora reduzido a 16 mil votos.

Os senhores devem pensar. Esta perda de votos deve-vos seguramente fazer retirar conclusões. É perfeitamente legítimo retirar conclusões e dar conta delas aos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): O seu líder nacional não concorda com isso, Sr. Deputado!

O Orador: Eu tenho a certeza absoluta que os senhores, se calhar na própria noite do dia 23 de Janeiro, reuniram-se numa salinha ao lado daquela onde o Sr. Presidente do Partido Socialista fez declarações – se calhar até antes de lá chegar – e retiraram conclusões. Dêem-nos a conhecer essas conclusões.

Os senhores fizeram, uma análise. Retiraram conclusões. Dêem a conhecer e façam aquilo em que os senhores se tornam especialistas: quando as coisas não vos correm bem, de políticos passam a comentadores políticos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Falam na abstenção, na dimensão da abstenção. Isso é para comentador político.

Fazem análises sociológicas do voto e exclusivamente comentários políticos.

Vamos pôr as coisas muito claras: os resultados foram óbvios. O Prof. Cavaco Silva ganhou aqui com 56% dos votos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O Prof. Cavaco Silva ou o PSD/Açores?

O Orador: ... e o candidato Manuel Alegre, apoiado pelo Partido Socialista, que é Governo, pelo Bloco de Esquerda e por todos os outros partidos, teve 25% dos votos. Os senhores têm que retirar conclusões disto.

Deputado Francisco César (PS): Conclusões que o seu líder partidário não tirou!

O Orador: Se calhar, Sr. Deputado Berto Messias, o senhor teria feito melhor se tivesse recordado as declarações do Sr. Presidente do Partido Socialista na noite eleitoral quando disse – peço desculpa se me faltar uma palavra ou outra – qualquer coisa do género: quando a pessoa que nós apoiamos ganha, nós ganhamos!

Foi o caso do PSD. Nós apoiámos o Prof. Cavaco Silva que ganhou, nós ganhámos!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ganharam sozinhos!

O Orador: E retirámos disso conclusões.

Mas disse mais, o Sr. Presidente do Partido Socialista: quando a pessoas que nós apoiamos perde, nós também perdemos.

Os senhores apoiaram o candidato Manuel Alegre. O candidato Manuel Alegre não chegou a ter 20%, a nível nacional, e nos Açores, depois de ter perdido 16 ou 17 mil votos em relação há 5 anos atrás, perdeu. O Partido Socialista perdeu. É a única conclusão possível. É tão claro como a água.

Por mais que os senhores façam análises sociológicas e olhem para a abstenção, não têm outra forma de chegar a uma conclusão. O Partido Socialista perdeu! O PSD e o CDS ganharam!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é tão claro como a água.

Por isso é legítimo que a Sra. Presidente do PSD/Açores, na noite eleitoral, tenha reivindicado uma quota-parte da vitória para o PSD. Estamos muito contentes. Não estamos “gelados”. Estamos perfeitamente reconfortados!

Quem está numa posição delicada são os senhores que levaram com uma derrota há 3 dias atrás.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda bem que tenho também oportunidade, no âmbito parlamentar, de explicitar a minha opinião sobre esta matéria, sobre as Eleições Presidenciais.

Não compreendi muito bem algumas passagens do discurso do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, mas percebi o que é que o PSD queria no dia das Eleições Presidenciais. É isso, fundamentalmente, que mais releva.

Em relação à intervenção que acabou de proferir, gostava de saber o que é que quer dizer “utilizar a Autonomia de forma desregrada”. É algo que não sei o que é que quer dizer. Não consigo perceber o que é que o Sr. Deputado quer dizer com tal afirmação.

Deputado António Marinho (PSD): É o que senhor tem feito nas últimas semanas!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os açorianos perceberam logo!

O Orador: A minha esperança é que o Sr. Deputado também não perceba o que disse.

Em segundo lugar gostava de dizer que não podemos fazer uma oposição de opinião dos açorianos em relação à Autonomia, ou seja, não podemos dizer que os açorianos votaram no Prof. Cavaco Silva porque não estão de acordo com as questões centrais que têm animado o debate autonómico dos últimos tempos.

Se fizermos essa avaliação, seria importante questionar por que é que o CDS/PP, que apoiou o Prof. Cavaco Silva, esteve também na primeira linha desses últimos debates autonómicos opondo-se precisamente às decisões que o Presidente da República tomou.

Ao contrário do que o PSD quis fazer parecer no dia das eleições, se há partidos que ganharam, foram os partidos que apoiaram o Prof. Cavaco Silva. Não foi apenas o PSD.

Deputado António Marinho (PSD): Não! Eu falei numa quota-parte!

O Orador: Não foi apenas a baixa vileza da líder do PSD ao dizer “PSD, PSD” vexando e humilhando um representante do PP, que estava ao seu lado, no dia da comemoração da vitória do Prof. Cavaco Silva.

Vozes dos Deputados da bancada PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, é preciso ter humildade.

A humildade é muito importante, quer nas derrotas, quer nas vitórias.

Deputado João Costa (PSD): Eu não o ouvi saudar o vencedor!

O Orador: O desafio é igualmente importante!

Devo dizer ao Sr. Deputado do PPM que apenas ele pode considerar que a minha reacção foi pouco habitual no dia destas Eleições Presidenciais, porque tem sido raras as ocasiões em que o Sr. Deputado me tem visto a comentar uma derrota eleitoral. Portanto, é natural que não me tenha visto comentar da forma como comentei.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Presidente está a falar antes ou depois de 96?

O Orador: Também gostava de ouvir o Sr. Deputado do PPM que o que aconteceu não foi uma derrota para a República, embora indirectamente o seja, mas em primeiro lugar foi, de certa forma, o lançar uma dúvida muito poderosa sobre o nosso sistema democrático. Isso é verdade!

Deputado João Costa (PSD): É lamentável não ouvir o Sr. Presidente do Governo felicitar o vencedor!

O Orador: Quando nos Açores votam menos de um terço dos eleitores (repito: menos de um terço dos eleitores!) ...

Deputado João Costa (PSD): Inscritos!

O Orador: ... há uma interrogação sobre a validade do nosso sistema democrático e de todos os instrumentos de mediação. Atente-se que nesta Eleição Presidencial estavam em causa candidaturas unipessoais, nem sequer eram candidaturas partidárias, o que quer dizer que faliram nesta eleição outros instrumentos de mediação como seja os instrumentos pessoais de mediação da vontade popular.

Temos à nossa frente um desafio muito importante, que é justamente o de requalificar o sistema democrático, validando e renovando todos os seus instrumentos de mediação, seja da mais simples associação que agrega a intervenção cívica, seja para eleições como esta que envolve a Presidência da República.

Quero tornar claro o seguinte:

Quando apoiamos um candidato que ganha, nós também nos sentimos vencedores!

Deputado João Costa (PSD): Isto é o Presidente do Governo a falar?

O Orador: Quando apoiamos um candidato que perde, nós também nos sentimos perdedores!

Não há nada a fugir sobre essa matéria.

Numa circunstância ou noutra temos que perceber o que é que ganhamos e o que é que perdemos.

Os senhores apenas ganharam porque o Prof. Cavaco Silva ganhou as Eleições Presidenciais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Isto significa que o PSD não pode fazer nenhuma extrapolação para outras eleições, porque o que aconteceu nas últimas Eleições Presidenciais em 2006 foi que o Prof. Cavaco Silva ganhou sensivelmente com a mesma percentagem eleitoral. Depois o PSD perdeu nas eleições legislativas para a Assembleia da República, perdeu nas eleições regionais e perdeu nas eleições autárquicas.

Se quiser fazer extrapolações, o que é que isto significa? É que ganharam de novo estas eleições Presidenciais. Perderão de novo nas próximas legislativas para a Assembleia da República, para as regionais e para as autárquicas!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, o PSD dos Açores só ganha eleições quando essas eleições não têm a ver com o PSD dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não me admira que assim seja, porque as grandes dúvidas que hoje se colocam ao sistema político e ao sistema democrático é justamente a necessidade da renovação da política, a necessidade da renovação dos políticos e esse é um desafio que todos nós temos que abraçar e empreender.

Em boa verdade, Sr. Deputado, quando eu olho para actos públicos do PSD, para cerimónias do PSD, para o Grupo Parlamentar do PSD fico com a sensação de que os senhores são o desfile de Donas Elviras.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado João Costa (PSD): Olhe para si!

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe para si e para a esquerda!

O Orador: Devo dizer-lhe mesmo: ainda não era eu candidato a Presidente do Governo e já a líder do PSD era membro do Governo Regional. Os senhores são mesmo o passado, muito passado, muita para trás.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Os senhores não oferecem nada de novo aos açorianos. A única coisa de novo que os senhores querem oferecer é justamente o vosso passado que não é nada de que se possam orgulhar.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Ficamos a saber que não tem espelhos no Palácio de Santana!

Mais uma vez não reconheceu a vitória, nem cumprimentou o vencedor!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, em nome do Bloco de Esquerda, de me associar a este debate suscitado pela declaração política do Partido Socialista, para dizer duas ou três coisas:

Primeiro, ao contrário daquilo que aqui foi afirmado, o Bloco de Esquerda não se sente minimamente numa posição delicada. O Bloco de Esquerda apoiou desde a primeira hora a candidatura de Manuel Alegre. Fizemo-lo com orgulho, com empenho e convicção.

Estávamos convencidos na altura que era o melhor candidato, aquele que melhores condições tinha para disputar uma segunda volta com o candidato Cavaco Silva, estávamos convencidos na altura e estamos convencidos agora, até porque os resultados nos deram razão.

Era sim senhor o candidato melhor posicionado para esse combate e para essa disputa.

O orgulho, o empenho e a convicção com que o apoiámos na primeira hora é exactamente igual àquele que temos neste momento, assumindo evidentemente, como o fizemos na noite das eleições, que não alcançámos os resultados a que nos propusemos.

Portanto, não há aqui nenhuma situação delicada. Há o ganhar e o perder, próprio de quem vai luta, de quem combate e de quem o faz em nome de princípios e de convicções. Delicadeza, absolutamente nenhuma.

Relativamente às afirmações menos ponderadas, menos cautelosas, feitas pelo PSD/Açores, através da sua líder, na noite das eleições, e (já agora também vale a

pena dizê-lo) pelo líder nacional do CDS, Dr. Paulo Portas, na própria noite das eleições, suscitam uma situação curiosa:

Os senhores tiveram imenso trabalho em convencer o povo português de que a candidatura de Cavaco Silva era uma candidatura supra-partidária, já para não dizer supra-política, porque parece, de acordo com afirmações feitas antes, durante e depois da campanha, que Cavaco Silva não pertence a nenhum dos mundos terrestres.

(Risos da Deputada Catarina Furtado)

Os senhores levaram meses a convencer o povo de que não havia uma candidatura que tivesse qualquer contaminação dos partidos. Era totalmente supra-partidária. Mas, no momento em que essa candidatura supra-partidária ganhou, a primeira coisa que fizeram foi agarrar-se a ela e dizer “fomos nós que ganhámos!”. Meus senhores, decidam-se! Ou é supra-partidária para o bem e para o mal, ou tem dias e se os dias são quando há vitórias, então alguma coisa está mal, não diria no reino da Dinamarca, mas neste caso no nosso próprio reino.

Já agora isto leva-nos para uma terceira questão, que será a última: o problema da abstenção.

Eu, pessoalmente, subscrevo a intervenção do Presidente do Governo Regional na análise que fez ao fenómeno da abstenção, mas permito-me acrescentar mais alguma coisa que o Presidente não disse e que acho que é importante. A abstenção também tem a ver, e se calhar tem muito a ver, com a desesperança que hoje atravessam os portugueses e as portuguesas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e, por maioria de razão, também os açorianos e as açorianas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: A falta de perspectiva de que amanhã é capaz de ser melhor do que hoje, a permanente instabilidade, precariedade, perda de direitos, décadas de lutas de direitos que estão dia-a-dia a ser enterrados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Isto é mobilizador, motivador, para a política? Isto traz crenças, esperança e traz uma ideia de que a política é uma coisa importante para a nossa vida e para a nossa qualidade de vida? Não! É exactamente o contrário.

Contribui para a abstenção, os políticos, os tais maus políticos de que falava o líder da bancada do Partido Socialista, Deputado Berto Messias?

Os tais maus políticos são aqueles que fazem promessas eleitorais que depois quando se encontram no poder dia-a-dia vão negando, destruindo e fazendo exactamente o contrário. Isto traz credibilidade e mobilização ao povo, aos cidadãos? Nenhuma!

Também contribui para a abstenção o facto de cada vez mais as pessoas se manifestarem. Lembro-me por exemplo da última greve geral. Não foi uma, nem foram duas, foram centenas de milhares de pessoas na rua a manifestarem-se e a dar a sua opinião nomeadamente sobre os sucessivos PECs a que estamos todos (e elas também!) sujeitas e ninguém liga nenhuma.

Não podemos pedir ao povo para se manifestar em determinadas situações, cronometradas, calendarizadas, que são aqueles que têm o poder, que controlam, e depois impedirmos que ele se manifeste, não ligarmos absolutamente nenhuma àquilo que dizem noutras situações, porque então a credibilidade da política e dos políticos está enterrada exactamente neste momento.

Quando podemos, temos a obrigação política, moral, democrática de reflectir muito bem sobre o permanente aumento da abstenção em sucessivos actos eleitorais, sejam eles quais forem, no país por inteiro e nesta Região também, é sobre o exercício da política que penso (o Bloco de Esquerda pensa!) que nós devemos reflectir.

A culpa não é das pessoas. A culpa é da forma como os maus políticos exercem a actividade política, o poder e a acção governativa.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Também para um contributo neste debate e dizer o seguinte:

É preciso pôr as coisas no seu devido lugar. A candidatura presidencial é uma candidatura unipessoal, de uma personalidade.

O CDS apoiou a candidatura do Prof. Cavaco Silva, que era, como ele se fartava de dizer – e bem dito! – variadíssimas vezes, supra-partidária.

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém deu por isso! Durante uma semana não pareceu!

O Orador: Ele apresentava-se como candidato com vontade pessoal, como aliás o pode fazer.

Foi apoiado por dois partidos: pelo PSD e pelo CDS!

Deputado José San-Bento (PS): Se não fosse o seu voto não tinha ganho à primeira volta!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, quer tomar um calmantezinho para me deixar falar?

Deputado José San-Bento (PS): Se não fosse o CDS não tinha ganho à primeira volta!

O Orador: O CDS empenhou-se desde o início e orgulha-se do contributo que deu para eleger o Prof. Cavaco Silva à primeira volta para Presidente da República Portuguesa.

Fizemo-lo com seriedade, com empenho, dentro das nossas possibilidades e daquilo que podíamos fazer para eleger aquele que achávamos que seria, ou que será, dentro do leque que tínhamos, o melhor Presidente da República, o mais capaz para exercer o cargo.

O mais capaz para exercer o cargo, em muitas perspectivas e numa latitude de perspectivas, nomeadamente sendo o Comandante Supremo das Forças Armadas,

...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... não podia ter na Presidência da República quem era contra a NATO, contra as Forças Armadas...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... e que tem o passado que tem nessa matéria.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: Somos institucionais. E um candidato que era apoiado por um partido que é contra NATO, que é extremista, da extrema radical, não poderia jamais ocupar esse lugar, porque teria de fazer concessões a essa extrema-esquerda radical.

Aí não temos dúvidas. Quem ganhou as eleições Presidenciais foi o Prof. Cavaco Silva, apoiado pelo PSD e pelo CDS. É tão linear quanto isto.

Há aqui uma questão muito importante que gostaria de fazer referência, porque não foi feita referência aqui: a abstenção.

Deputado Francisco César (PS): Ainda não foi feita referência?!

O Orador: Espere, Sr. Deputado. Já lá vamos.

Abstenção e José Manuel Coelho.

As duas juntas são o voto de protesto dos portugueses. É preocupante!

A abstenção foi o protesto pelas medidas draconianas que o Governo de Sócrates tem imposto ao país...

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e António Pedro Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... aliás, reconhecidas por Ana Gomes, clarissimamente. São esse protesto da prepotência, da imposição de perda de direitos sociais que nem nos tempos às vezes de outra senhora, que os senhores gostam de lembrar, se atreveram a cortar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E também José Manuel Coelho! Não só na Madeira.

É significativo o resultado de José Manuel Coelho na Madeira, porque se calhar é um protesto também contra a prepotência do Governo Regional da Madeira. Pode significar isso, mas também significa a nível nacional que teve quase tantos votos como o candidato da CDU.

Nos Açores teve mais do dobro dos votos da CDU, que é um partido democrata que nós reconhecemos.

É preocupante, quando um candidato com aquela linguagem extremista tem mais do dobro dos votos de um partido que existe há longas décadas. Isso é preocupante e o Sr. Deputado Aníbal Pires deve estar muito preocupado com essa matéria.

Deputado José San-Bento (PS): E o Sr. Deputado também está preocupadíssimo!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, são questões de princípio que estamos aqui a analisar.

É uma abstenção que significa no seu global, juntas essas duas variáveis, um protesto (é isso que eu entendo) e com certeza, e já foi aqui dito, uma certa alienação das pessoas da vida política, da falta de respeito pelos autores políticos. Isto aqui é muito importante, porque quando há suspeitas, Sr. Deputado José San-Bento, de que se participou em negócios ilícitos, que se beneficiou as famílias, ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a dirigir-se a mim mas eu não tenho voz! Nem sequer um submarino comprei!

O Orador: ... que se fez negócios menos claros, que se licenciou coisas menos claras, que se foi beneficiado, que se tem contas em *offshores* e por aí fora, Sr. Deputado José San-Bento, isso não serve de exemplo. É preciso trazer à vida política transparência, seriedade e esclarecimentos sobre todos os negócios públicos, investimentos públicos e dinheiros públicos. Isso desacredita o povo que não vê o exemplo a seguir.

Deputado Francisco César (PS): Diálogo institucional, coisa que o Prof. Cavaco Silva não fez!

O Orador: Isso está fazendo com que gente com valor, séria, com capacidade e honesta também não se sinta com vontade de dar o seu contributo à política.

Isso deve-nos fazer reflectir sobre o futuro de Portugal e da Democracia Portuguesa.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões presidenciais, introduzida aqui com a declaração política do Deputado Berto Messias, julgo que mais do que discursos de vitória ou de derrota, a nossa preocupação ou a nossa atenção se deve centrar nalguns indicadores que os resultados eleitorais, na sua globalidade nos indicam e devem

preocupar enquanto agentes políticos e representantes, neste caso, do povo açoriano.

Os resultados eleitorais do passado domingo têm, na nossa opinião, algumas indicações, como seja um crescimento muito acentuado dos votos em branco, que marcam efectivamente e neste caso uma posição de protesto...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Contra a República!

O Orador: ... de um conjunto de cidadãos que não se revêem neste sistema político e que encontraram dessa maneira uma forma de exprimir o seu protesto. Protesto não só pela falta de respostas que o sistema político lhes dá, mas protesto até face à forma como as campanhas eleitorais foram, ou pelo menos a generalidade delas, conduzidas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: A elevada taxa de abstenção tem, na nossa opinião, dois aspectos que são de considerar. Um deles, contra o qual o PCP se tem empenhado, que é um sinal de resignação, de acomodação, “não há nada a fazer, nada se resolve, portanto não vale a pena ir votar”, mas também encerra certamente uma posição política de protesto. Devemos ter isso em consideração e procurar fazer tudo para que se abram portas e caminhos para que os cidadãos se sintam a participar activamente e que as suas opiniões e reivindicações tenham eco na agenda política de cada um dos partidos aqui representados.

Neste contexto há duas candidaturas às quais não posso deixar de me referir e que tem a ver com a candidatura de Fernando Nobre e de José Manuel Coelho.

Relativamente à votação na candidatura de José Manuel Coelho e de Fernando Nobre, são formas que os eleitores encontraram de manifestar algum descontentamento, algum descrédito da vida política, mas são candidaturas completamente marginais, embora com diferenças acentuadas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas são legítimas!

O Orador: Eu não disse que não são legítimas, mas são efectivamente candidaturas marginais.

Uma delas utilizou, no meu entendimento, uma forma de comunicação populista, à semelhança de outras que aconteceram recentemente noutros países e que acabaram por aglutinar um conjunto de apoios que tem o seu significado.

No fundo, estas eleições são o retrato do país que temos, um país que está mergulhado numa profunda crise, com os contornos que tem, mas que é também uma crise valores e de alguma inversão de valores. Isso é preocupante.

Para não dizerem que eu não falei na candidatura que o PCP apoiou, gostaria de dizer o seguinte:

A candidatura do candidato apoiado pelo PCP, pelo Partido Ecologista Os Verdes e pela Intervenção Democrática, foi uma candidatura que trouxe ao debate político as questões da actualidade política, que têm a ver com aquilo que os cidadãos, que os portugueses, que os açorianos e as açorianas sentem, e que transportou consigo um projecto alternativo.

Teve a expressão eleitoral que teve. É uma expressão que não é de somenos importância, que dá esperança e força para que este projecto político que está associado à candidatura que apoiámos possa continuar a afirmar-se no espaço político regional e nacional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado não lê os artigos de opinião?

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: Vou já terminar.

Julgo que mais do que tricas à volta de vitórias e de derrotas partidárias, o que nos deve preocupar a todos é a globalidade dos resultados. Temos de olhar para eles como um grande sinal de preocupação e procurarmos dar um contributo sério na tomada de medidas de apelo à participação na vida política, no exercício de direito de cidadania.

Deve preocupar-nos também em termos da actuação que nós próprios temos, quer aqui no Parlamento, quer fora dele, porque também temos essa responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte:

A nossa declaração política foi muito clara sobre aquilo que entendemos ser realçado agora: respeito pelos resultados, a importância de respeito institucional que naturalmente terá que haver entre os órgãos de Governo próprio da Região e a Presidência da República, respeito esse que se quer recíproco, e também afirmar aquela que será sempre a nossa postura. Independentemente do partido a nível nacional, independentemente do órgão de soberania que esteja em causa, acima de tudo, para nós, estarão sempre os Açores e os açorianos.

Manifestámos também uma preocupação legítima e uma preocupação que deve ser não só nossa mas de todos, a questão da abstenção e do fenómeno crescente da abstenção, abstenção que foi anormal nestas eleições presidenciais, com especial incidência nos Açores.

É por isso também, porque não basta falar, é preciso agir, que já na próxima semana tornaremos públicas algumas iniciativas, algumas com impacto legislativo e outras no âmbito da nossa actividade enquanto grupo parlamentar, sobre esta matéria.

Repor também a verdade, porque é possível fazer várias leituras sobre estes resultados eleitorais, mas apesar das extrapolações e das tentativas de desviar as atenções, a verdade é que é possível dizer também que o Prof. Cavaco Silva perdeu 9.000 votos nos Açores, de 2006 para agora, e que Manuel Alegre teve cerca de mais 2700 votos.

Deputado João Costa (PSD): Foi com o vosso contributo!

Deputado António Marinho (PSD): E o Bloco de Esquerda não conta?

O Orador: Isto para dizer que há pouco não percebi as contas do Sr. Deputado António Marinho.

Deputado João Costa (PSD): É uma leitura perfeitamente legítima!

O Orador: Para terminar, dizer o seguinte:

Estas Eleições Presidenciais vieram sobretudo adensar e reafirmar as fragilidades que o PSD/Açores tem, de quem não consegue afirmar-se por si, de quem não tem

um projecto, de quem não tem ideias. Aliás, tentando extrapolar os resultados em contraponto com o que fez o Dr. Pedro Passos Coelho na noite eleitoral e até com o que fez o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, meu colega de debate durante a noite eleitoral, também ele dizendo e afirmando que não seria possível extrapolar os resultados das Eleições Presidenciais para qualquer outro tipo de eleição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ele não disse isso!

O Orador: Mas aquilo que fica muito claro e que estas eleições, apesar das tentativas frustradas do PSD/Açores de analisar e de fazer leituras enviesadas dos resultados, vem adensar profundamente as fragilidades da actual liderança do PSD/Açores.

Ficou mais uma vez claro que a Dra. Berta Cabral não assume as suas derrotas e tenta a todo o custo apropriar-se das vitórias dos outros.

Deputado Francisco César (PS): e **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, faltam 7 minutos para a hora regimental de encerramento para almoço. Creio que já não vale a pena entrar nas intervenções políticas.

Continuamos às 15 horas com a nossa Agenda. A todos um bom almoço e até logo.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para iniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

O primeiro ponto da nossa agenda é a **continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/2010 – “Cria a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores”**.

A apresentação do diploma foi feita ontem pela Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE)**: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos entre mãos uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores.

Nada mais justo! Nada mais razoável!

Com este título esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, só por si, teria a aprovação e a concordância do Bloco de Esquerda.

Em seguida, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional lembra que foi criada a Direcção Regional da Igualdade de Oportunidades a qual tem competências, designadamente em matéria de igualdade de oportunidades e não discriminação por questões de género, além da promoção e protecção dos valores da maternidade e da paternidade e ainda a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de mulheres e homens. Perfeitamente de acordo!

Lembra ainda o preâmbulo desta Proposta de Decreto Legislativo que a Direcção Regional da Igualdade de Oportunidades assume consequentemente as atribuições no domínio da promoção da igualdade, da Comissão Consultiva Regional para o Direito das mulheres, que se presume que foi agora extinta com a criação da CRIT. Certo! Não faz sentido que duas entidades se dediquem ao mesmo tipo de objectivos. Que procurem alcançar os mesmos desideratos.

Continua a Proposta de Decreto Legislativo Regional, até que na sua página 2 se lê:

“O Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2008/A, de 31 de Dezembro, procedeu também à integração da Inspecção Regional das Actividades Económicas na Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social, obrigando à reformulação

das respectivas competências e orgânica, bem como das comissões existentes à data da criação deste Departamento Governamental.”

Certo! Mas quem leu esta Proposta de Decreto Legislativo Regional até aqui e percebeu muito bem o tipo de preocupações de igualdade e de promoção de direitos da mulher, neste caso muito concretamente ao nível laboral, de combate a todas as formas de discriminação a que está sujeita, olha para esta situação das actividades económicas na Secretaria Regional do Trabalho e fica sem perceber o que é que uma coisa tem a ver com a outra. Duvida mesmo que tenha lido bem o título e o conteúdo.

Continua: “no âmbito desta reformulação pretende-se ainda extinguir a Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica transferindo as respectivas competências para o Inspector Regional com competência em matéria de actividades económicas”.

Muito bem! Provavelmente poderemos debater isto, mas, à partida, a primeira pergunta será: extinguir, mas extinguir porquê?

Não diz aqui.

Qual foi a avaliação que foi feita para esta extinção?

Também não diz.

Independentemente das questões que possam ser levantadas pela extinção desta Comissão, o certo é que ela nada tem a ver com o título desta Proposta de Decreto Legislativo Regional que é criar a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

O artigo 1º, o objecto desta proposta, diz que “através do presente diploma é criada a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego nos Açores e extintas a Comissão Consultiva Regional para o Direito das Mulheres...”, muito bem, e já agora, “... a Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica”.

Sra. Secretária Regional do Trabalho, duas questões, aliás uma delas levantada em sede de Comissão, como bem se lembra:

1ª – O Bloco de Esquerda pretende votar favoravelmente a criação da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, mas não quer votar favoravelmente a extinção da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria

Económica. Faz o quê? – é esta a primeira questão, ou o Bloco de Esquerda ou qualquer outro partido que se encontre nas mesmas circunstâncias.

2ª – O que é que a Comissão de Promoção da Igualdade no Trabalho e no Emprego tem a ver com a Comissão de Aplicação de Coimas?

Qual foi o tipo de associação, consciente ou inconsciente, feita pelo Governo Regional para pôr mulheres ao lado de coimas? – pergunta feita à Sra. Secretária em sede de Comissão.

A Sra. Secretária respondeu que foi uma questão de poupança de tempo. Havia que extinguir esta Comissão de Aplicação de Coimas por Decreto Legislativo Regional. Já agora, temos aqui um Decreto Legislativo Regional, o tal que cria a CRIT, tipo “barriga de aluguer” e para não fazermos um outro metemos-lhe à força a Comissão de Extinção de Coimas.

Está errado, Sra. Secretária, quer a explicação, quer a fundamentação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Já agora parece-me que é a pior forma de dignificar a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego nos Açores, considerando-a uma “barriga de aluguer” para a extinção de qualquer outro organismo, seja a Comissão de Coimas ou outra qualquer.

Finalmente, outra dúvida que nos assiste.

Em sede de Comissão perguntámos à Sra. Secretária como é que o Presidente desta Comissão seria eleito.

A Sra. Secretária respondeu da forma que esperaríamos que respondesse: que à semelhança de qualquer outra organização, diria mesmo até associação, o Presidente costuma ser eleito pelos seus pares. Uma vez organizados os membros que integram esta Comissão, o Presidente sai de uma eleição de pares. Disse muito bem, a Sra. Secretária. Mas o diploma diz exactamente o contrário.

Portanto, gostava de saber. Se realmente a Sra. Secretária tem razão, e tem do nosso ponto de vista, então o diploma tem um erro.

O diploma diz no artigo 4º, nº 1, a), que um representante da Direcção Regional com competência em matéria de igualdade de oportunidades preside. Portanto, há aqui alguma coisa que também não se entende e que gostaria que esclarecesse.

Finalmente, e voltamos ao artigo 8º, temos a extinção da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e a transição destas competências para o Inspector Regional que dirige a Inspeção Regional das Actividades Económicas.

Aqui volto a perguntar, porquê? Independentemente de fazer parte ou não e de ser lógica a sua introdução nesta Proposta de Decreto, porquê esta extinção? Qual foi a avaliação feita? Ela é publicamente conhecida ou não? Como é que surge?

E, por que não, já agora, arranjar outra “barriga de aluguer” que não fosse propriamente esta comissão? Provavelmente haverá outras que terão mais a ver com a matéria do que propriamente a Comissão de Igualdade para o Emprego e o Trabalho.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Está a câmara a apreciar a Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa criar a Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e Emprego nos Açores e, acrescento eu, extinguir a Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica.

Vamos ao primeiro aspecto deste envergonhado diploma.

Naturalmente que o Partido Social Democrata saúda a iniciativa do Governo Regional relativamente à criação de uma comissão que tem por missão as questões da não discriminação em matéria de género, promoção e protecção dos valores da maternidade e da paternidade, conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de mulheres e homens.

Estamos conscientes da importância destas matérias e valoramo-las. Gostamos que se crie nos Açores uma comissão com este objecto. Entendemos é que o Governo, que fez o papel de notário e copista da legislação nacional, não tenha sabido copiar em toda a sua extensão as soluções nacionais em matéria de promoção e protecção do género, em matéria de combate à discriminação entre homens e mulheres e em matéria de conciliação entre o regime de trabalho e a família.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Desde logo, o Governo (e a maioria que o apoia) copiou, mas não copiou alguns aspectos essenciais da legislação nacional que curiosamente foi publicada 8 dias depois da entrada deste diploma na Assembleia Legislativa.

Quando o diploma nacional – e gostaria de ouvir o Governo Regional sobre esta matéria – confere à Comissão Nacional idêntica autonomia administrativa e personalidade jurídica, definindo a sua actuação como uma actuação de natureza predominantemente técnica, o Governo Regional opta por criar uma Comissão que funciona na dependência do membro do Governo com competência em matéria do trabalho, solidariedade social e igualdade de oportunidades, ignorando a dimensão exclusivamente técnica desta comissão.

A pergunta que se faz aqui é: o que é que quer o Governo Regional desta Comissão? Quer uma Comissão cuja actuação seja de natureza predominantemente técnica como a Comissão nacional, ou quer, nos Açores, uma extensão política da sua actuação enquanto Governo Regional?

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, o Governo Regional (e a maioria que suporta este Governo), na sua função de copista da legislação nacional, não soube, não quis, ou por outra, quis não copiar alguns aspectos importantes que constam da legislação nacional. Desde logo, três aspectos que cumpre aqui esclarecer e identificar:

Por que é que o Governo Regional não transpõe e não propõe, para o âmbito das competências desta comissão, a organização e o registo de decisões judiciais que sejam enviadas pelos tribunais em matéria de igualdade e não discriminação de género?

Por que é que o Governo Regional não quer que esta Comissão tenha um sistema de recolha de dados, acompanhamento e monitorização, em articulação com outras entidades públicas, relativamente às matérias da não discriminação de género da igualdade entre homens e mulheres e da conciliação da vida profissional com a vida laboral?

Por que é que o Governo Regional não quer que esta Comissão faça, também nos Açores, a divulgação anual dos indicadores sobre o progresso da igualdade e da

não discriminação entre homens e mulheres no emprego e na formação profissional?

São perguntas legítimas que o Governo tem a obrigação política e substancial de dar resposta num debate desta natureza.

Estas questões, estas obrigações resultam da legislação nacional que regula a intervenção, as atribuições e competências da Comissão para a Igualdade no Trabalho no plano nacional.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Acho que o senhor vai escrever uma tese de doutoramento na matéria!

O Orador: Sra. Secretária Regional, eu poderei escrever as teses de doutoramento que quiser, não aquelas que V. Exa. desejar.

V. Exa., enquanto Secretária Regional, tem a obrigação de responder às questões que esta câmara lhe coloca.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É essa a sua obrigação enquanto Secretária Regional.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): E essas questões podem ser feitas de forma arrogante, que é o seu caso, ou de forma educada!

O Orador: Aquilo que V. Exa. fará na sua vida privada, os artigos ou os livros que escrever, são da sua vida privada. Politicamente V. Exa. está obrigada a responder perante este Parlamento.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Qual é a proposta que o PSD tem para esta matéria? Não extinguir a Comissão de Coimas!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes, faça o favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou continuar depois desta manifestação de estado de alma da Sra. Secretária Regional do Trabalho.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Olhe que coisa que não me falta é estado de alma!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Por último, era também bom que o Governo Regional pudesse explicar a este Parlamento por que é que tendo copiado um conjunto de atribuições e competências da Comissão Nacional, não fez diligência para integrar, na solução regional e na proposta que aqui apresentou, as competências relativas no âmbito do diálogo social, nomeadamente as competências para assessorar, quando a Comissão for solicitada para tal, os parceiros sociais...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Os parceiros sociais têm os seus juristas e as suas assessorias!

O Orador: ... e outras entidades com negociação colectiva no âmbito das matérias da não discriminação entre géneros e na conciliação do trabalho com a vida profissional?

Diz a Sra. Secretária Regional do Trabalho, em aparte, que os parceiros sociais têm juristas.

Sra. Secretária Regional, tanto têm assessorias nos Açores, como têm no Continente. Queria lembrar-se que este Decreto-Lei é de um Governo Socialista que, presumo eu, traz as preocupações sociais que tem V. Exa., a menos que cá nos Açores seja substancialmente diferente.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

O que é que nos interessa fazer igual ao Continente?

Umhas vezes interessa termos autonomia, outras vezes não interessa!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Por fim, seria bom também, aliás como já fez questão de assinalar aqui, e muito bem, a Sra. Deputada Zuraida Soares, que o Governo Regional explicasse a sua extravagante solução relativamente à extinção da Comissão de Aplicação de Coimas que aparece, sem que nada o possa fazer prever, para um leitor distraído desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, no artigo 8º, que prevê precisamente a extinção da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e a sua substituição pela aplicação de coimas através do Inspector Regional das Actividades Económicas.

Devo dizer que para além do espanto quanto à solução legislativa que combina de um modo caótico – eu direi mesmo parece uma “bimbi política” – aquilo que não é combinável, a matéria de igualdade no trabalho com a matéria de infracções económicas e de aplicação de coimas, por infracções económicas ou infracções para a saúde pública, há também uma outra estranheza política, é que da audição da Sra. Secretária Regional do Trabalho na Comissão de Assuntos Parlamentares não resulta um cabal esclarecimento quanto à solução que o Governo pretende adoptar para esta matéria.

A pergunta que se coloca é: por que é que o Governo Regional quer adoptar a extinção da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e transferir esta competência para uma única entidade, para o Inspector Regional das Actividades Económicas?

Em que é que esta transferência traz vantagens de transparência, de segurança para as empresas e para os cidadãos que são alvo de processos, processados e tramitados, na Inspeção das Actividades Económicas, e que são sancionados por uma coima aplicada pela Comissão das Actividades Económicas?

Esta é uma Comissão plural, composta por três membros, o que dá garantia também de pluralidade, de transparência na decisão.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É bom lembrar que estamos aqui a falar de infracções de natureza económica, de infracções de saúde pública que têm a ver, por exemplo, com questões relativas a instrumentos de peso e medida (balanças, metros e outros instrumentos) ou têm a ver com matérias relativas à saúde pública, com a qualidade dos géneros alimentares, com o controlo da qualidade dos géneros alimentares, com o controlo da aplicação do HACCP, que envolvem para os particulares e para as empresas elevados montantes de coimas.

É preciso que o Governo diga com clareza qual é a vantagem, para a segurança jurídica dos cidadãos e das empresas, que as coimas deixem de ser aplicadas por uma Comissão composta por três pessoas e passem a ser aplicadas por um Inspector Regional que é nomeado e depende directamente do Governo Regional?

Esta é uma outra pergunta que o Governo Regional tem a obrigação de responder neste plenário, já que não foi capaz de responder com clareza e com suficiência quando foi inquirido sobre tal na Comissão Parlamentar competente.

Deputado Hernâni Jorge (PS): O senhor não estava lá!

Deputado João Costa (PSD): Está no relatório Sr. Deputado!

O Orador: Sem resposta a estas perguntas, sem a clarificação das opções do Governo, naturalmente que o Partido Social Democrata não está em condições de poder votar favoravelmente esta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Rodrigues (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional: Começaria esta minha intervenção por um comentário à intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes que ouvi atentamente. Ouvindo a sua intervenção não consigo perceber como é que tão profunda reflexão apenas produziu as propostas de alteração que ontem deram entrada nesta Assembleia...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e que se resumem ao artigo 1º e ao artigo 8º da proposta.

Quem o acabou de ouvir esperaria um contributo mais sério e profícuo no processo legislativo em concreto.

Deputado João Costa (PSD): Mais sério em quê, Sra. Deputada?

A Oradora: Mais sério no sentido de que a crítica tem que ter consequência.

Deputado João Costa (PSD): Fique pelo prefixo, deixe o sério de parte!

A Oradora: Os senhores são Deputados nesta casa, são legisladores tal qual os deputados da posição.

Eu tenho resposta para essa pergunta. É que essa é a postura que o PSD adoptou ao longo de toda esta legislatura.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Em sede de Comissão os senhores nada dizem, abstenção com reserva para plenário, porque o que vale para os senhores é o bota abaixo e a procura de tempos de antena que depois fazem aqui, em plenário.

Quando toca a trabalhar e a construir os instrumentos de que a Região carece, os senhores têm falta de comparência. É preciso que se diga isto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Veja a quantidade de iniciativas! Veja o trabalho deste Grupo Parlamentar e do vosso!

A Oradora: Sr. Deputado João Costa, vou repetir. Talvez o senhor não me percebeu.

A intervenção que o Sr. Deputado Pedro Gomes fez abrangeu um conjunto de questões que não estão traduzidas nas vossas propostas de alteração.

Eu posso também tirar outra conclusão. Os senhores sabem fazer a crítica, mas não sabem qual é a solução. Então abstêm-se de a apresentar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sra. Deputada, os senhores é que sabem. Os senhores copiaram o diploma nacional! Grande trabalho!

A Oradora: Já lá iremos, Sr. Deputado.

Quanto ao diploma que estamos a apreciar, o seu artigo 1º é muito claro no que respeita ao objecto. Pretende-se, por um lado, criar esta Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, para a Região Autónoma dos Açores, e extinguir a Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica.

Portanto, não há qualquer dúvida aqui, mas adianto já que se isto causa assim tanto incómodo, ...

Deputado João Costa (PSD): Estranheza!

A Oradora: ... estamos disponíveis para, em sede de redacção final do diploma e nos termos regimentais, ou seja, com o acordo de todos os partidos, alterar o título do diploma. Não virá nenhum mal ao mundo por isso.

O que é um facto é que no artigo 1º está claro e transparente quais são os seus objectivos. Querer lançar confusão nesta matéria não traz nada que nos adiante.

Quer a legislação comunitária, quer a legislação laboral nacional têm apontado no sentido da existência de respostas focalizadas no combate à discriminação entre homens e mulheres no contexto laboral.

No caso da legislação nacional, desde a entrada em vigor do Código do Trabalho, que se demanda a existência de uma entidade que tenha como missão específica promover a igualdade e a não discriminação entre homens e mulheres em matéria de emprego e formação profissional, a protecção da parentalidade e a conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar. Esta iniciativa legislativa responde a esta necessidade.

Por outro lado, o Governo pretende extinguir a Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica. Contrariamente aos Srs. Deputados que expressaram dúvidas quanto à fundamentação que o Governo encontrou para esta decisão, eu estive na reunião da Comissão em que foi ouvida a Sra. Secretária e não me ficou dúvida nenhuma. As declarações que a Sra. Secretária prestou foram claríssimas.

Deputado João Costa (PSD): Claríssimas! Elas constam do relatório!

A Oradora: O Governo Regional, seguindo uma lógica de uniformização de procedimentos na Administração Pública e de racionalização de recursos, decide extinguir esta Comissão e atribuir a competência para aplicação dessas coimas ao Inspector Regional com competência relativa às actividades económicas.

Para o Partido Socialista esta é uma decisão razoável e acertada. Concordamos com ela.

Contudo, fomos sensíveis às dúvidas suscitadas em sede do debate em Comissão sobre alguma necessidade de clarificar o sentido da norma do artigo 8º.

Tendo sido sensíveis às dúvidas e às questões suscitadas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração à redacção deste artigo 8º que, estamos em crer, clarifica e resolve as dúvidas suscitadas quanto ao sentido da norma.

Para nós não há qualquer dúvida. A Sra. Secretária Regional explicou, e para nós foi muito claro, que a lógica de tratar ambas as matérias neste diploma foi uma lógica de adequação dos serviços dependentes da Secretaria Regional às suas novas

competência e à orgânica que surge precisamente como corolário dessas novas competências. Para nós isto faz todo o sentido.

Deputado João Costa (PSD): Já conhecemos essa estratégia!

A Oradora: Quanto à tarefa de copistas, Sr. Deputado Pedro Gomes...

Deputado Costa Pereira (PSD): No sentido nobre da palavra, entenda-se!

A Oradora: Com certeza! Nem outra coisa se esperaria da vossa bancada, que não fosse a nobreza das vossas palavras.

Deputado Mark Marques (PSD): E muito mais vindo do Dr. Pedro Gomes!

A Oradora: Existindo a nível nacional uma Comissão que tem as suas competências definidas de forma a responder àquilo que está na legislação nacional e comunitária, não vejo qualquer mal em que nos inspiremos nesse diploma.

Deputado Rui Ramos (PSD): Inspirar é uma coisa. *Copy/Paste* é outra!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Inspiraram-se ou copiaram?

A Oradora: O Sr. Deputado esquece-se de um pequenino pormenor. É que a proposta do Governo deu entrada nesta casa a 8 de Novembro.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu referi isso, Sra. Deputada!

A Oradora: A 17 de Novembro saiu um Decreto-Lei que altera a Comissão até então existente...

Deputado João Costa (PSD): Estava em segredo! Estava escondido!

A Oradora: Não, não estava escondido. Foi publicado a 17 de Novembro.

Deputado João Costa (PSD): Antes disso ninguém o tinha vista!

Secretário Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):
Quando é que o diploma deu entrada?

Deputado Pedro Gomes (PSD): No dia 8, Sra. Secretária. Eu disse!

A Oradora: Naturalmente que tendo em atenção as alterações produzidas na República o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou propostas de alteração que se centram no sentido de dotar esta Comissão de competências orientadas para a monitorização da actuação dos diversos agentes em matéria de igualdade de género no que respeita a trabalho, formação profissional, protecção da parentalidade e conciliação entre actividade profissional e vida pessoal e familiar.

É um facto que não fizemos uma cópia integral das competências que estão atribuídas à Comissão Nacional.

Deputado João Costa (PSD): Então foi parcial. Afinal houve cópia!

Deputado Rui Ramos (PSD): Já admitiu que houve cópia!

A Oradora: Fizemo-lo, desde logo, porque quando se atribuem competências a uma determinada entidade é necessário ter em conta o quadro a que se adapta essa realidade.

Relativamente à questão da estatística, das decisões dos processos judiciais, o Sr. Deputado sabe tão bem ou melhor do que eu que os tribunais não comunicam o teor das suas decisões, pelo que esta competência está na República mas na prática é inexecutável. Pode ser muito bonita, serviu para o Sr. Deputado fazer o seu número, com certeza...

Deputado Mark Marques (PSD): Número? Isto aqui não é nenhum circo!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu não faço números, Sra. Deputada!

A Oradora: ... mas na prática não serviria de nada.

Deputado João Costa (PSD): Na prática não serviria de nada, Sra. Deputada?!

A Oradora: Não, não serviria de nada, porque os tribunais não comunicam a ninguém o teor das suas decisões.

As estatísticas da justiça, infelizmente são publicadas sempre com algum atraso relativamente à data...

Deputado João Costa (PSD): Sabemos de quem é a responsabilidade!

A Oradora: Com certeza! Os senhores também por lá andaram. Essa é que é a questão.

Deputado João Costa (PSD): Pobre justiça que tem que apanhar com as culpas todas!

A Oradora: Quanto à questão de que as coimas eram aplicadas por uma Comissão e agora são aplicadas por um inspector, e às preocupações manifestadas pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, certamente que sentidas, senão não as teria manifestado, gostaria de lembrar ao Sr. Deputado e a esta Câmara, que sendo Portugal um Estado de direito, existem garantias processuais que asseguram ao visado a possibilidade de recorrer da decisão.

Deputado Rui Ramos (PSD): Que na prática não asseguram coisa nenhuma, como a Sra. Deputada acabou de dizer!

A Oradora: O Sr. Deputado podia inscrever-se mais umas vezes e encurtar os seus apartes. Assim era mais fácil!

Deputado Rui Ramos (PSD): Vou fazer-lhe esse favor!

A Oradora: Estas garantias não estão minimamente colocadas em crise com esta alteração que agora se propõe.

Antes de terminar a minha intervenção queria ainda referir a questão colocada pela Sra. Deputada Zuraída Soares relativamente à questão do Presidente.

Ou a Sra. Deputada em Comissão fez a pergunta sem ter lido o diploma, o que eu não acredito, porque sei que a Sra. Deputada prepara intensivamente todas as reuniões em que participa, ou a sua pergunta só pode ter decorrido de um lapso. Estávamos com certeza todos distraídos, porque ninguém na Comissão se apercebeu do lapso em que a sua pergunta se fundava e isso induziu em erro a resposta. Acho que nada de grave advém daí.

Deputado João Costa (PSD): Agora é que não percebi nada!

A Oradora: Se o senhor tivesse prestado mais atenção...

Deputado João Costa (PSD): Estava muito atento. Peço desculpa de não a entender!

A Oradora: ... ao que eu disse talvez tivesse percebido, mas estava muito entretido nos seus comentários

Deputado João Costa (PSD): Certamente V. Exa. tem um diálogo muito complexo para eu compreender!

A Oradora: Gostaria de relevar o seguinte:

Para um diploma que merece tantas críticas da parte da oposição, é muito pouco o contributo que os senhores dão no sentido de uma melhoria que os senhores reclamam.

Portanto, assim não vale!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muitas das questões que a intervenção da Sra. Deputada Isabel Almeida aqui abordou, parece que as explicou muito bem, daí que quase me retirou alguma margem de intervenção.

Não obstante disso, gostaria de fazer uma observação ao plenário que me parece mais que evidente. Eu já vi este PSD tantas vezes não aprovar diplomas nesta casa, porque o Governo propõe a criação de um ou outro serviço público. Foram várias as vezes. Não tenho aqui o levantamento, mas um dia poderei fazê-lo e veremos a quantidade de vezes que este PSD não aprovou diplomas porque o Governo estava a criar mais despesa pública.

Agora que o Governo propôs reduzir a despesa pública...

Deputado João Costa (PSD): Em quanto?

A Oradora: ... sem prejuízo de nenhum cidadão açoriano, este PSD também está contra.

Deputado João Costa (PSD): Diga quanto!

A Oradora: Afinal, Srs. Deputados, em que é que ficamos?

A Comissão de Coimas é presidida pelo Sr. Inspector Regional...

Deputado João Costa (PSD): Diga lá quanto é que vai poupar!

A Oradora: ... das Actividade Económicas e os outros inspectores regionais das outras inspecções da Administração Pública Regional aplicam também as coimas.

Deputado João Costa (PSD): Diga quanto é que o PSD quer contribuir para erário público!

A Oradora: Não é nada de estranho e estamos efectivamente a fazer uma poupança superior a 3.000 euros por mês, Sr. Deputado. Fica a saber que neste momento todos os euros, todos os cêntimos contam.

Deputado João Costa (PSD): E o controlo?

A Oradora: O controlo continua a ser exactamente o mesmo, porque o Inspector Regional, como sabe, Sr. Deputado, preside à Comissão de Coimas.

Portanto, “a montanha pariu um rato”, sinceramente!

Deputado João Costa (PSD): Muito gosta a Sra. Secretária dessa expressão!...

A Oradora: Para prestarem a esta casa este tipo de intervenção, quase que lembraria o meu colega de alguns anos: Boa noite! Até amanhã! Efectivamente nada saiu!

Muito obrigada.

Deputados Francisco César e Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O CDS/PP percebeu a intenção do Governo ao criar esta Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego nos Açores.

No entanto, na nossa opinião, não parece ser um diploma que venha servir bem a Região. Porquê?

Porque se temos um sector económico que na sua maioria vive de pequenas e médias empresas e até de microempresas, parece-nos que esta legislação agora criada, desde já, vai criar muito mais burocratização às empresas, sem qualquer dúvida.

Depois, porque é uma Comissão que apenas é composta por elementos de outras Direcções Regionais que nessas mesmas Direcções Regionais já deveriam fazer o seu trabalho. E até porque, e a Sra. Secretária acabou de frisar, isto nada altera e nada traz de novo.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Não foi isso que eu disse!

O Orador: Se nada tem de novo, de facto, não valia a pena criá-la, porque se ela é composta por Directores Regionais e por membros dos organismos do Governo, eles por si próprios, nesses próprios organismos poderiam fazê-lo de forma a não criar tanta burocratização às empresas que já são pequenas e têm inúmeras dificuldades.

Por outro lado, no entender do CDS/PP, isto pode vir até a afastar do mercado de trabalho destas pequenas e médias empresas o trabalho feminino. Afastam as mulheres de trabalhar nessas empresas, porque são empresas que têm poucos

funcionários, que trabalham muito no limite do número de funcionários e pode levar as empresas a querer fugir à empregabilidade do trabalho feminino.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é preso por ter cão e preso por não ter!

O Orador: Por outro lado, importa dizer que mais uma vez parece que nem o Governo, nem o Partido Socialista sabem bem o que é que querem.

Deputado Berto Messias (PS): Se se faz é porque se faz! Se não se faz é porque não se faz!

O Orador: Não sabem bem o que é que querem, porque num diploma que tem 10 artigos e que foi alterado pelo próprio Partido Socialista, em sede de Comissão, em sensivelmente 50% dos seus artigos, por sua vez o próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista já veio alterar as propostas alteradas em sede de Comissão. Isto só mostra que o próprio Partido Socialista não tem certeza do que é que quer em relação a esta Comissão. É esta a verdade e as alterações feitas em sede de Comissão e depois neste plenário pela bancada do Partido Socialista provam-no.

Por fim, dizer que não podemos concordar com a forma, como é a aplicação de coimas. Parece-nos que não é nada transparente atribuir isto a única pessoa, ao Sr. Director Regional das Actividades.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Como é nas outras direcções?

O Orador: No nosso entender não faz sentido estar a anular esta Direcção Regional para passar as coimas apenas para uma única pessoa, o Sr. Director Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional: Vou escusar-me de repetir alguns dos argumentos já utilizados que colocaram aqui algumas questões pertinentes e que, em nossa opinião, ainda não estão devidamente esclarecidas. A não vir a ser cabalmente esclarecidas, manteremos a posição de abstenção relativamente a este diploma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional: Intervenho apenas para esclarecer uma dúvida que aqui foi levantada pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Quando fiz a minha primeira intervenção reparei que a Sra. Secretária Regional do Trabalho percebeu muito bem aquilo que eu disse quando a confrontei com uma contradição entre a pergunta feita em sede de Comissão por mim e a sua resposta.

A Sra. Secretária abanou com a cabeça. Portanto, percebeu bem o que é que eu estava a dizer e recordou-se provavelmente dessa contradição.

Por isso tenho que dizer à Sra. Deputada Isabel Rodrigues que o confronto político faz parte da democracia. A lealdade com que se trava este confronto depende de cada um.

Para defender a Sra. Secretária Regional do Trabalho, a Sra. Deputada não precisava de vir pôr em causa ou em questão que na realidade a pergunta tivesse sido feita ou até que ela tivesse sido feita de boa fé. Não necessita disso, Sra. Deputada.

Bastaria que a Sra. Deputada tivesse defendido a Sra. Secretária com todas as armas que tivesse na mão, mas já agora, obedecendo à tal regra da lealdade no confronto político.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Percebeu mal o que eu disse. Disse precisamente o oposto!

A Oradora: Portanto, como a Sra. Secretária se lembra bem daquilo que afirmei é lamentável que a Sra. Deputada não se recorde, mas talvez no intervalo a Sra. Secretária e a Sra. Deputada possam trocar impressões e a Sra. Deputada possa ser lembrada daquilo que aqui parece ter posto em causa que tivesse acontecido e sobretudo tivesse acontecido de boa fé.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Não pus em causa!

A Oradora: Não lhe fica bem, nem para defender a Secretária, nem em termos de confronto democrático.

A pergunta mantém-se, a contradição mantém-se e a Sra. Secretária só tem que dizer “eu enganei-me”. É só isto. Mas não disse, nem sequer respondeu.

A Sra. Deputada Isabel Rodrigues fez o frete e a Sra. Secretária ignorou a questão e a pergunta.

Sra. Secretária Regional do Trabalho, voltamos à nossa conversa de ontem. É que para lá da lealdade, a humildade também fica bem. Mais uma vez a humildade fica bem.

Eu enganei-me.

Pelos vistos quem não estava bem preparada, mais uma vez para o debate, não era o Bloco de Esquerda.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Eu disse precisamente o contrário, que a Sra. Deputada estava bem preparada!

A Oradora: Quem não estava bem preparada para a defesa e apresentação do diploma era a Sra. Secretária, porque quando lhe fiz uma pergunta concreta ela respondeu-me como se o diploma dissesse exactamente contrário.

Portanto, quanto a preparação estamos conversados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Gostaria de começar por dizer que tenho um enorme respeito pessoal e político pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues. Esse respeito impede-me e nunca me levaria a dizer, sobre a intervenção dela ou da intervenção que ela está a fazer em nome da bancada do Partido Socialista, aquilo que ela disse acerca da minha intervenção e da intervenção da bancada do PSD neste debate.

Ficou claro que nem a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, nem a Sra. Secretária Regional do Trabalho foram capazes de dar resposta clara, suficiente e cabal, às questões suscitadas pela bancada do PSD neste debate.

A Sra. Secretária Regional do Trabalho que tem a obrigação política de prestar esclarecimento a este Parlamento sobre as opções legislativas que o Governo aqui propõe, não foi capaz de dizer com clareza por que é que nesta matéria, em matéria de aplicação de coimas quanto a infracções económicas e infracções relativas à

saúde pública, se extingue uma Comissão de Aplicação de Coimas e se substitui esta Comissão por um Inspector Regional das Actividades Económicas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Vou citar textualmente o relatório, pedindo à Mesa a amabilidade de descontar, no tempo atribuído ao PSD para este debate, o tempo que vou levar a ler o parágrafo:

“A Secretária referiu que se procede à extinção da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica, procedimento que também decorre das alterações à orgânica do Governo Regional e da uniformização de procedimentos ao nível das inspecções regionais. Acrescentou que as competências da referida Comissão passam para o Inspector Regional e que existe um serviço jurídico de apoio à decisão do Inspector Regional.” – fim de citação.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Não é uma justificação?

O Orador: Esta é a explicação formal. É assim porque o Governo acha que é assim e porque isto decorre da orgânica da Secretaria.

Lembro à Câmara e à Sra. Secretária que a Orgânica da Secretaria Regional do Trabalho previa que a Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica se mantivesse em funções até à publicação do Decreto Legislativo Regional que a haveria extinguir, Decreto Legislativo Regional que foi este que aqui foi apresentado.

Não há uma razão substancial, jurídica e de eficácia que possa justificar esta extinção...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Então não há?

O Orador: ... sobretudo quando esta extinção, a extinção de uma entidade com competência em aplicação de coimas, é completamente diferente daquilo que se passa no plano nacional.

Lembro que no plano nacional esta Comissão, que começou até por ser presidida por um magistrado, é hoje uma Comissão plural, cuja composição têm assento as seguintes personalidades: um presidente, o Inspector-geral da ASAE, o Director

Geral das Actividades Económicas, o Director Geral do Consumidor e o Presidente da Entidade Reguladora da Comunicação Social. Uma Comissão plural que tem na sua composição as mais altas entidades com competências de fiscalização em Portugal.

Na Região Autónoma dos Açores, por iniciativa deste Governo, uma Comissão plural é substituída pelo Inspector Regional das Actividades Económicas.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

E muito bem!

O Orador: Porque será? Com que objectivos é que o Governo está a fazer isto?

Certamente não é para garantir segurança aos cidadãos; certamente não é para garantir transparência nas decisões; certamente não é para garantir pluralidade na análise do processo...

Deputado Francisco César (*PS*): Então é para quê?

O Orador: ... e pluralidade no debate quanto à aplicação da coima a aplicar em concreto ao cidadão, porque nada disto garante a solução que agora se propõe da extinção da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e a transferência destas competências para o Inspector Regional das Actividades Económicas.

Sra. Secretária Regional do Trabalho:

Disse V. Exa. que esta medida era uma medida muito importante para poupar 3.000 euros por mês ao erário público. Pergunto-lhe: a segurança das empresas e dos cidadãos não vale 3.000 euros por mês?

Deputados Rui Ramos (*PSD*) e **Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

O Orador: 36.000 euros por ano é o preço de uma qualquer viatura oficial de um membro do Governo Regional.

Deputados Rui Ramos (*PSD*): Muito bem!

Deputados Duarte Freitas (*PSD*): E de um assessor de imprensa!

O Orador: Sra. Secretária, com tanta preocupação e poupança acho que V. Exa. deveria endereçar essa preocupação (sabe a quem?) ao Sr. Presidente do Governo Regional que num despacho recente, ao nomear o Sr. Carlos Alberto Martins Borges para seu assessor, através do Despacho 1152/2008, acabou por gastar mais do que aquilo que V. Exa. vai poupar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Informa a câmara que o Bloco de Esquerda já esgotou o seu tempo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Rodrigues (PS): Obrigada Sr. Presidente,

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por me referir à intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes e por um aspecto muito importante, que é retribuir o respeito e a consideração que por mim manifestou e que são da minha parte muito elevados como sabe, e por conseguinte, se de alguma forma se sentiu com as minhas palavras é porque eu não me expressei bem, porque nunca seria capaz de o ofender, em particular, e qualquer outro deputado nesta casa. Estou em crer que não o fiz.

Quanto à matéria da sua intervenção queria reiterar que as garantias dos sujeitos em nada saem beliscadas desta alteração. Elas existem, mantêm-se.

Queria também reiterar o apoio da bancada do Partido Socialista a esta decisão do Governo Regional que se fundamenta em critérios de racionalidade que fazem o maior sentido para nós.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Luís Silveira, devo dizer que me surpreendeu. Surpreendeu-me por dois motivos:

Primeiro, percebi (entendo que possa ter percebido mal, admito essa possibilidade!) que o Sr. Deputado tem algumas dúvidas quanto aos benefícios decorrentes da actividade desta Comissão em função da sua composição, mas é uma Comissão tripartida, à semelhança da Comissão que existe no território

Continental, com representantes do Governo, dos sindicatos e das associações de empregadores.

Contudo o que verdadeiramente me chocou na sua intervenção, devo dizer, é o Sr. Deputado entender que esta coisa de fazer com que as empresas cumpram o Código do Trabalho no que se refere à garantia da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, às garantias de protecção da parentalidade, às garantias da melhor conciliação entre actividades profissionais e vida pessoal e familiar, é mais um incómodo à vida das empresas.

Aquilo que depreendi, e agradeço que o Sr. Deputado me corrija se eu estiver errada, é que é melhor deixar as empresas sossegadinhas e não exigir o cumprimento destas coisas da igualdade. Isso choca-me profundamente.

Choca-me quando, não só nos Açores mas no país e em toda a União Europeia, sabemos que ainda temos um longo trabalho a fazer em matéria de igualdade entre homens e mulheres. Aliás, basta olhar para o lado de lá desta Assembleia para se perceber que isto é verdade.

Deputado Mark Marques (PSD): Para o lado de lá desta Assembleia?!

Por acaso desse lado está *fifty/fifty*?

Deputado João Costa (PSD): Olhe para os mandatários e líder do nosso partido nos Açores!

Deputado Duarte Freitas (PSD): A nossa Presidente por acaso é mulher!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Partindo do princípio que realmente a Câmara está interessada no esclarecimento desta parte relativa à Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica, gostaria de contribuir para o debate e tentar de certa forma contribuir para o esclarecimento da Câmara.

Em primeiro lugar e conforme já foi referido aqui, e aliás conforme o Sr. Deputado Pedro Gomes, ilustre jurista sabe perfeitamente, não está em causa a questão da defesa das empresas, da segurança das empresas, no que diz respeito à aplicação de coimas. Isso é um facto! Dizer o contrário é confundir aquilo que é a intervenção

em dois momentos de decisão. Porque uma coisa é decidir a coima, outra coisa é os meios que aquele a quem é aplicada a coima tem para reagir em função disso.

O que estamos a assistir neste debate, com toda a legitimidade, são as duas visões diferentes daquilo que devem ser as funções da aplicação de uma coima, ou que interesses é que devem ser tidos em conta no momento da aplicação de uma coima. Conforme o Sr. Deputado Pedro Gomes – e julgo que isso percebi bem – entende, é na fase da determinação da coima que deve haver uma concertação, chamemo-lhe assim, ou a consideração de interesses, porque aí é que se justifica o facto de haver essa representatividade tão alargada que, aliás, V. Exa. elogiou até naquela que é a solução nacional.

Mas essa não é a única solução e certamente reconhecerá que uma solução que centraliza apenas numa pessoa essa decisão de aplicação de coima, não invalida de forma nenhuma a segurança e a defesa dos interesses a quem é aplicada a coima.

Convém, não querendo maçar a Câmara com pormenores, lembrar que objectivos é que visa a aplicação de uma coima ou, colocando de outra forma, quais são os critérios que devem ser seguidos na determinação de uma coima.

Aquilo que a lei nos diz, é claro. Essa determinação faz-se em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa do agente, da sua situação económica e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação.

Aqui chegados há duas opções: ou a integração destes conceitos faz-se por votação, portanto numa comissão toda a gente vota para dizer qual é a culpa do agente; ou faz-se pela intervenção, naquela que é uma fórmula que me parece mais objectiva e mais correcta, de uma autoridade que tem a competência para aplicar essa coima, deixando então à fase posterior a defesa desses interesses, porque a defesa dos interesses da entidade ou do agente a quem é aplicada a coima só surge na fase posterior.

O primeiro aspecto que é importante salientar é aquilo que me parece ser, salvo o devido respeito a todos os intervenientes, alguma confusão entre aquilo que é o objectivo da aplicação de uma coima, que deve ser um acto no qual não deve haver a consideração de outros interesses de natureza corporativa, de natureza sectorial, a

não ser exactamente aqueles que a coima ou que a contra-ordenação no caso concreto visa servir.

Isso consegue-se não através de uma votação em Comissão que, sobretudo quanto mais alargada for, com a consideração e participação de representantes das áreas ou dos sectores de actividade, mais corre o risco de não servir o objectivo da coima que ela visa salvaguardar, mas sim de na sua determinação ter em conta exactamente esses interesses corporativos ou esses interesses sectoriais que são (e gostava de o deixar claro) inteiramente legítimos.

A questão não é esta, a questão não é dizer que são interesses ilegítimos. A questão é que não é no momento da aplicação da coima que esses interesses devem ser tidos em conta. É no momento posterior, é no momento da defesa, de consideração, de recurso até, e nada disto é alterado. Continua a haver essas possibilidades de defesa das empresas e de defesa dos particulares a quem seja aplicada a coima.

Deputado João Costa (PSD): Isso quanto é aplicada. E quando não for aplicada?

O Orador: Daí que esta solução que é defendida pelo Governo e apresentada a esta Câmara é aquela que, na opinião do Governo e conforme já foi referido pela Sra. Secretária Regional do Trabalho, melhor serve esses objectivos, porque é a solução que permite distinguir claramente dois momentos: o momento em que o que tem que estar em causa é apenas e tão só a consideração dos objectivos da coima e dos interesses que a contra-ordenação visa salvaguardar, e um outro momento, aí sim, onde deve ser tidos em conta todos os outros interesses que, nomeadamente, não são minimamente afectados por esta alteração.

A Câmara está apenas a decidir se a determinação, por exemplo, da culpa de um agente deve ser feita com os dados que estão no processo, e desse ponto de vista, por parte de uma pessoa individual, por uma autoridade, ou se deve ser feita por uma comissão e, portanto, por votação.

Vamos votar que culpa é que a empresa A ou B teve naquela contra-ordenação.

Quem diz este elemento da culpa diz outros elementos que integram a necessidade ou que visam servir a modalidade da aplicação de coima.

Considerado isto, parece-me que a solução de centralizar numa pessoa, com todas as possibilidades de defesa e de salvaguarda dos interesses, essa decisão, permite

que seja uma decisão potencialmente mais isenta, objectiva e imparcial, deixando para outra fase a consideração de todos os outros interesses legítimos que devem ser tidos em conta neste tipo de situações.

Era apenas este o contributo que gostava de dar para a discussão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta matéria da igualdade de oportunidades e não discriminação por questões de género, promoção e protecção dos valores da maternidade e paternidade e a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar das mulheres e dos homens é uma matéria que é muito cara ao Partido Popular Monárquico.

Deixem que vos diga que consideramos esta questão, uma questão civilizacional, uma questão absolutamente essencial naquelas que são as nossas preocupações, naquelas que são as preocupações do Partido Popular Monárquico em relação a esta questão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Passadas duas horas de debate e agora é que o senhor vem dizer isto!

O Orador: Sr. Secretário da Presidência, peço-lhe desculpa...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não posso fazer apartes?

O Orador: ... se não me entretenho em quezílias partidárias e se de facto me foco no assunto que é importante, porque estas questões da igualdade de género, da igualdade de oportunidades, são absolutamente fundamentais.

O Sr. Secretário da Presidência estava à espera de uma intervenção em que o Partido Popular Monárquico de alguma forma caísse neste desperdício de tempo que é estar com este tipo de quezílias partidárias. Mas não! Estamos a focar-nos no conteúdo e na matéria em apreço e é isso que os eleitores e os açorianos pretendem ver aqui discutido e não uma feira de vaidades e não retóricas vazias.

Estamos aqui concentrados no assunto que interessa.

Peço desculpa por este breve parênteses, mas os seus apartes estavam a incomodar-me em relação à discussão que estávamos aqui a tentar centrar.

Deixem-me que vos diga que em relação a esta matéria é necessário dar exemplos políticos.

Deixem dar-me também o meu testemunho pessoal em relação à questão da igualdade e não discriminação por questões de género. Por exemplo, o Conselho Nacional do Partido Popular Monárquico é constituído por 10 homens e 10 mulheres.

Deputado José San-Bento (PS): E homossexuais, não há nenhum?

O Orador: Consideramos que estes são exemplos políticos importantes que se devem dar à sociedade, às empresas, às organizações sociais. Deve-se dar este tipo de exemplo político. Eu olho para vossa bancada e não vejo isso.

O Orador: Vejo muitas deputadas com imensas qualificações do ponto de vista político e do ponto de vista profissional e vejo que a direcção da bancada é constituída integralmente por homens.

Considero que de facto não é um bom exemplo.

Os senhores querem dar exemplos às empresas, mas o funcionamento da vossa própria estrutura política e o funcionamento do vosso Grupo Parlamentar é pouco exemplar.

Que se diga à mesma coisa em relação à bancada do Governo, que é muito pouco exemplar. A presença dos homens é esmagadora como foi ao longo do vosso consolado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E a sua bancada só tem um homem!

O Orador: Meus senhores, o repto que vos deixo é que dêem exemplos concretos, exemplos políticos em relação às vossas práticas, porque senão o que parece é que os senhores têm pouca moral para introduzir estas questões na sociedade açoriana, nas empresas açorianas, nos organismos da sociedade açoriana.

Sei que as Sras. Deputadas do Partido Socialista me compreendem.

Mais do que isso, quero centrar-me numa questão técnica apenas, que é a seguinte: Não percebi qual é a explicação, qual é a lógica, qual é a racionalidade, nesta questão da criação da Comissão Regional para a Igualdade do Trabalho e no

Emprego dos Açores, de introduzir neste diploma a extinção da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica. Não é racional, nem compreensível. Tive a ocasião de ouvir as explicações de V. Exa. Não me convenceram, tal como não me tinha convencido também a explicação da Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade em sede de Comissão, porque dizia a Sra. Secretária quando foi confrontada com o problema:

“A governante disse tratar-se de um mecanismo de poupança de tempo.” Poupança de tempo, vejam bem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E o que é isso tem?

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Qual é o problema?

O Orador: Depois diz:

“Que a extinção de ambas as comissões se justifica no âmbito da reorganização do Governo, pelo que optaram por fazer tudo no mesmo acto legislativo.” Faz-se tudo, no âmbito do mesmo acto legislativo!

“Disse tratar-se de um acto de reorganização do próprio Governo e que não vê qualquer impedimento para a técnica legislativa utilizada.”

Meus senhores, eu vejo muito impedimento. Vejo que esta questão não é racional, vejo que esta questão da poupança de tempo é absolutamente ridícula.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Economia processual!

O Orador: Se a técnica pega, então por que é que os senhores, por exemplo, não acrescentaram neste diploma uma matéria sobre os ananases? Também o poderiam ter feito. Poupavam tempo e não havia nenhum impedimento técnico.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Se tivéssemos pensado nisso...

O Orador: É evidente que este tipo de opções, do ponto de vista da técnica legislativa, é absolutamente ridículo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Fala um jurista!...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): O senhor percebe tanto disto como a minha avó!

O Orador: O que vos posso dizer é que não poupem tempo em termos de produção legislativa. Trabalhem e façam a distinção entre assuntos que são de facto diferentes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma brevíssima e última intervenção para fazer um comentário que me parece importante, porque o Sr. Deputado Pedro Gomes dramatiza, utiliza belas palavras de retórica nestas coisas para enfatizar mais todas estas questões.

Eu queria dizer-lhe que isto é uma questão muito simples.

Se fossemos a seguir o raciocínio que o Sr. Deputado tentou conduzir o debate, quereríamos dizer que, como as outras Inspeções Regionais não têm comissões de coima isto significa que os direitos e garantias das pessoas e das empresas nos Açores não estão garantidos porque essas inspeções não têm comissões de coimas. Muito facilmente, perdoe-me, mas qualquer cidadão comum ao ouvi-lo teria esta interpretação, com legitimidade.

Quando se extingue a comissão de coimas não está em causa de maneira nenhuma, e isto tem que ficar aqui sublinhado para que todos saibam, as garantias das empresas e dos cidadãos e todos os objectivos que levam à actuação da Inspeção das Actividades Económicas. É mais ou menos meio milhar de processos anuais, que é o que tem acontecido nos últimos anos. Estão perfeitamente definidas as prioridades da Inspeção, estão perfeitamente garantidos os aspectos ligados à saúde alimentar e à defesa intransigente dos direitos das pessoas e das empresas.

Uma comissão composta por 3 elementos ter essa competência, ou essa capacidade, esse poder de decisão estar na pessoa do Inspector Regional, não há absolutamente diferença nenhuma.

Não quero crer, e nunca poderia admitir enquanto responsável por esta área, que existiria um Inspector Regional que por agora obter, ou por ter outra competência, passava a não exercer correctamente as suas competências. Aliás, na tutela desta

secretaria até há outra inspecção que levanta muitos mais processos contra-ordenacionais e levanta muitas mais coimas, como é o caso da Inspeção do Trabalho, que ultrapassou em muito um milhar de processos este ano. Não estão garantidos os direitos e os deveres desta Inspeção Regional.

É disso que se trata aqui, Sr. Deputado Pedro Gomes. Trata-se de uma medida que o Governo entendeu que pode efectivamente racionalizar custos, garantindo os mesmos direitos às pessoas e às empresas para que está criado este serviço público. Era isto que queria dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Isabel Rodrigues:

Antes de mais dizer-lhe que não é preciso ficar chocada com as minhas afirmações. Eu posso não me ter expressado da melhor forma e fiz com que percebesse mal aquilo que quis dizer.

Vou tentar explicar de uma forma diferente qual é a nossa posição em relação a esta matéria.

Não queremos, nem disséssemos que queríamos que deixassem as empresas sossegadinhas. Não foi isso que quis dizer.

O que queríamos dizer é que já há inúmera legislação criada, e bem, em defesa da igualdade no trabalho entre homens e mulheres.

O CDS/PP não é contra o aperfeiçoamento, o melhoramento ou a criação de mais legislação em defesa desta igualdade. O que eu disse, e se não percebeu agora vou clarificar, é que não podemos concordar que essa legislação seja criada a desenvolver inúmeros entraves a essas empresas que, como disse, na sua maioria são pequenas e médias empresas ou até microempresas, e que este processo tornava as coisas muito mais burocráticas para as empresas.

Este diploma pede inúmeros pareceres que têm que ser emitidos a essas empresas, pareceres e comunicados. As empresas têm que o fazer e isso cria a tal burocratização. Foi isso que quisemos dizer.

Há formas diferentes de o fazer.

Não dissemos que deixassem as empresas sossegadinhas e que não éramos a favorr da defesa da igualdade de trabalho entre homens e mulheres. Que isso fique muito claro.

Depois temos outra situação que tem a ver com a questão da fiscalização.

Se há Direcções Regionais na Região que já têm o dever de fiscalizar as empresas e o trabalho, seja ele precário ou de grávidas, que façam o seu trabalho e o Governo que faça com que essas Direcções Regionais o façam.

Não estamos de acordo que sejam as empresas a ter que o fazer, criando essa tal burocracia às empresas, que têm que enviar os tais relatórios, os tais comunicados, os tais pareceres que esta Comissão exige, à Direcção Regional. Não! Eles que fiscalizem, eles que procurem, vão lá, porque quando as pessoas se sentem prejudicadas, quando as empresas as prejudicam, procuram a fiscalização e pedem que eles intervenham.

Acho que nessa matéria não há que estar a sacrificar as empresas com a emissão desses comunicados e pareceres. Foi isto que quis dizer.

Que fique claro a questão das “empresas sossegadinhas”. Não há motivo para ninguém ficar chocado. De facto a senhora percebeu mal. Espero que agora tenha percebido.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) Deputada Isabel Rodrigues (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço os esclarecimentos que me prestou, Sr. Deputado Luís Silveira, mas de qualquer maneira penso que continuamos aqui a lavrar num certo equívoco.

O Código do Trabalho, que aliás procede à transposição de um conjunto de directivas da comunidade no que toca às matérias que são objecto da acção desta Comissão, exige a existência de uma comissão, com determinadas características, para exercer um conjunto de funções, o que significa que a seguir-se aquela que é a posição do CDS/PP e a não instalar-se esta Comissão, esse conjunto de normas do Código do Trabalho é inexecutável, porque não tem entidade que lhe dê execução.

Gostaria de lembrar que em causa estão situações como o despedimento de uma trabalhadora grávida, ou a recusa da entidade empregadora do funcionário ou funcionária em usufruir de um dos regimes de horário flexíveis para acompanhamento dos filhos. São apenas dois exemplos.

Deputado João Costa (PSD): Isso é o mais básico!

A Oradora: Não podemos de todo acompanhar o CDS/PP nesta sua posição porque ela implicaria a não aplicação de um conjunto de normas importantíssimas do Código do Trabalho, que não só correspondem a uma matriz do estado social, mas que correspondem também a compromissos assumidos no seio da União Europeia.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Creio que podemos passar para a votação na generalidade deste diploma. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Entramos agora no debate e votação na especialidade.

Para o artigo 1º há uma proposta de alteração do Partido Social Democrata que visa eliminar a eliminação, digamos assim e passe a redundância, da Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de Comissão advinda da Comissão e subscrita pelo PS para o artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração subscrita pelo Grupo Parlamentar do PS para o artigo 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 3º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração advinda da Comissão e subscrita pelo PS para o artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 4º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, para os artigos 5º, 6º e 7º não existem propostas de alteração.

Se não há oposição da Câmara colocá-los-ia à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Face à votação que mereceu a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD para o artigo 1º, creio que as propostas de alteração do mesmo partido para os artigos 8º e 9º estão prejudicadas porque visavam igualmente a eliminação da Comissão de Coimas.

Assim sendo, coloco à votação a proposta de alteração da CAPAT, subscrita pelo PS, para o artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 8º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 9º não temos propostas de alteração.

A solicitação da Câmara vamos votar separadamente a alínea b do artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea b do artigo 9º foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a restante proposta referente ao artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte restante foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 4 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votemos de seguida o artigo 10º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/2010 – “Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2009/A, de 30 de Novembro, que Cria o Vale Saúde”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para apresentar o diploma.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional visa sobretudo alargar o âmbito das entidades prestadoras da recuperação das listas de espera no âmbito do Vale de Saúde.

Anteriormente, o Decreto Legislativo Regional aprovado por esta Assembleia previa que a unidade de saúde privada teria de ser pertencente ao sector social, designadamente misericórdias, outras Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades de natureza Mutualista.

A nossa alteração é apenas a colocação de um *ou*, ou seja, a unidade de saúde privada **ou** pertencente ao sector social.

Já publicámos a convenção. Aderiu apenas uma IPSS, neste caso a Clínica do Bom Jesus.

O nosso objectivo é que Sociedades Comerciais também possam colaborar com este desejo de podermos reduzir as listas de espera cirúrgicas na Região.

É uma alteração bastante simples que aqui é proposta a todos os Deputados.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar contra a proposta do Governo, isto é, vai votar o *ou*.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Está concedido. Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 45 minutos.

Até já.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia o favor de se sentarem para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 52 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Membros do Governo, Exmos. Senhores Deputados:

O Governo Regional dos Açores tem tido uma atenção especial e permanente com a redução das listas de espera do Serviço Regional de Saúde.

As instituições de saúde da RAA e os seus profissionais de saúde estão a fazer um grande esforço para servir as populações.

As administrações das instituições públicas de saúde da Região retomaram a proposta de uma maior rentabilização dos recursos, como mais uma forma de controlar as listas de espera.

Nos hospitais da RAA estão a ser efectuadas diversas cirurgias de recuperação da lista de espera, após os horários laborais dos profissionais de saúde.

Sabemos que é muito difícil eliminar as listas de espera mas, podemos contribuir todos para diminuir o tempo de espera para períodos de tempo aceitáveis.

O “Vale de Saúde” tem por objectivo a redução das listas de espera cirúrgicas e destina-se exclusivamente ao pagamento de cirurgias sem carácter urgente, aos utentes do SRS, efectuadas por unidades de saúde privadas pertencentes ao sector social através de protocolo, contrato ou convenção celebrado entre as partes.

Esta iniciativa amplia o âmbito do DLR que criou o “Vale de Saúde” para incluir as entidades prestadoras privadas no processo de recuperação das listas de espera cirúrgicas e não ficar vinculado somente às entidades pertencentes ao sector de carácter social.

A alteração do artigo 2º consiste em acrescentar a palavra “OU”, no que respeita à entidade prestadora, passando a ser unidade de saúde privada ou pertencente ao sector social, esta inclusão destas duas letras será o suficiente para ampliar o leque de instituições de saúde com competência para executar as necessárias cirurgias.

A acessibilidade aos cuidados de saúde é uma permanente preocupação do Partido Socialista e do Governo Regional dos Açores.

Todos os mecanismos e procedimentos que possamos criar para diminuir esta espera, devem ser implementados com equilíbrio financeiro para melhorar os cuidados prestados aos utentes, especialmente nos casos onde o Serviço Regional de Saúde mostre alguma dificuldade nas solicitações.

Razão pela qual o Partido Socialista vai fazer aprovar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que “**Altera o DLR 19/2009/A, de 30 de Novembro, que cria o Vale de Saúde**” por ser uma medida complementar às já implementadas pelo Governo Regional dos Açores.

A Saúde dos Açorianos e das pessoas que optaram por viver nos Açores é um bem prioritário e muito importante para o Partido Socialista.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção não tão curta como a alteração que o Governo introduz nesta iniciativa que teve a sua génese no CDS/PP, que o Governo com boa fé acolheu porque a considerou meritória.

De estranhar é que, e isto tem que ser dito, apenas por causa de uma palavra haja um atraso de um ano e meio na aplicação deste diploma. Isto tem que ser aqui dito.

Já agora, Sr. Secretário, no espírito da boa colaboração, gostaria que me dissesse quantas cirurgias foram contratadas com Unidades de Saúde Social do Continente neste período que medeia a aprovação do diploma até agora.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de primordial importância que se assegurem os cuidados de saúde a todos os açorianos e açorianas.

A Região continua a ter listas de espera para a realização de cirurgias nos seus hospitais, tendo sido essa a razão que levou à criação do 'Vale Saúde', o qual possibilitou o recurso, por parte dos utentes, a unidades de saúde privada

pertencentes ao sector social, mais concretamente às Misericórdias, outras Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades de natureza mutualista, protocolada, contratada ou convencionada.

Um ano depois, vem o Governo Regional propor uma alteração ao Decreto Legislativo Regional que criou o 'Vale Saúde', a qual aumenta a abrangência do conceito de «entidade prestadora», passando a incluir unidades de saúde privada de carácter lucrativo, alegando a incapacidade das entidades privadas de carácter social em colmatar as insuficiências dos hospitais públicos da Região.

Partilhamos a preocupação do Governo Regional, em dotar os açorianos e açorianas, de serviços públicos de saúde de qualidade, mas entendemos que o recurso a unidades de saúde privada, deverá ser uma solução, não só transitória, mas, principalmente, o mais transitória possível e apenas em último recurso.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores votará favoravelmente a alteração proposta, pois entendemos que contribuirá para abreviar o tempo de espera dos utentes, sendo esse o critério prioritário. Contudo, gostaríamos de saber, através do Sr. Secretário da Saúde, em que moldes as unidades de saúde do sector social são financiadas.

Em nome de serviços públicos de saúde de qualidade, esperamos que esta alteração não implique que as 'listas de espera' na Região se tornem num negócio, 'atrasando', dessa forma, o seu 'combate' eficaz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer algumas questões que foram levantadas no âmbito desta discussão.

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Rosa posso dizer que mais de 200 cirurgias foram efectuadas por profissionais de saúde, vindos do Continente, nos hospitais da Região.

Posso dizer-lhe que desde que se iniciou o programa de recuperação de listas de espera cirúrgicas nos hospitais, já foram realizadas mais 3.600 cirurgias e de profissionais vindos do Continente, contratados para fazer cirurgias em hospitais da Região, mais de 200 cirurgias.

Relativamente ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, no que se refere ao financiamento e de haver o risco deste financiamento ser um negócio, creio que não haverá este risco, porque o que passará a haver é uma concorrência entre os hospitais, que neste momento estão no programa de recuperação de listas de espera, e as entidades privadas, estando o sector social ou não também na mesma recuperação de listas de esperas.

O financiamento é exactamente o mesmo. O preço que a Região pagará por uma cirurgia, quer seja feito no hospital ou noutra entidade convencionada, é precisamente o mesmo preço.

Portanto, existe transparência e existem condições para haver concorrência e uma diminuição das listas de espera.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa é simples. O Partido Popular Monárquico considera que faz todo o sentido aumentar e melhorar a eficácia desta medida muito positiva que é o Vale de Saúde.

Nesse sentido, permitindo alargar a intervenção neste âmbito, vamos naturalmente votar a favor desta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo, vamos passar para a votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos para a votação na especialidade.

O diploma tem dois artigos. Se não houver oposição da Câmara coloco à votação em conjunto os dois artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a proposta apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Projecto de Resolução n.º 38/2010 – “Visitas Estatutárias”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Vale a grelha de tempos que temos usado em todos os diplomas até aqui.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentar o diploma.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa iniciativa tem naturalmente uma natureza muito simples. Somos defensores da Autonomia dos Açores. No âmbito da Autonomia dos Açores somos defensores da descentralização, da defesa da realidade de ilha e da defesa da não discriminação das diversas ilhas que compõem a nossa Região, mesmo que umas

sejam maiores e mais poderosas do ponto de vista económico e outras mais pequenas e vulneráveis.

Nesse sentido os fundadores da nossa Autonomia criaram a figura das visitas estatutárias.

Eu considero que esta prática da Autonomia Açoriana é muito positiva. Aliás, acho que o país deveria seguir no sentido de que o poder central pudesse observar as diferentes realidades do país, que pudesse confrontar o desenvolvimento do litoral com a falta desse desenvolvimento e até relativo abandono no interior do país e de outras zonas mais desfavorecidas do país. É uma boa prática da Autonomia Açoriana.

Mas esta prática – e é para isso que estamos aqui, Parlamento dos Açores – não deve ser desvirtuada. Esta prática deve manter a sua essência inicial de privilegiar a deslocação do Governo Regional para junto da população das diversas ilhas, no sentido de poder presenciar os problemas, de ouvir as queixas da população e, por que não também, os incentivos quando está o Governo Regional (este ou qualquer outro) a desempenhar um bom serviço às populações.

Estas visitas estatutárias são, de facto, um óptimo mecanismo de descentralização, de valorização das diversas populações insulares.

Foi neste âmbito, tendo em conta o que sucedeu no âmbito da última visita estatutária do Governo à Ilha do Corvo, que eu considere que esta prática tão boa, tão benéfica e tão importante para a Autonomia dos Açores foi, digamos assim, de alguma forma desvirtuada.

O Governo Regional, na última visita estatutária que realizou à Ilha Corvo...

Deputado José San-Bento (PS): Isso já foi explicado!

O Orador: ... não fez uma visita estatutária, limitou-se a fazer um piquenique na Ilha do Corvo.

Deputado Mark Marques (PSD): Um piquenique?!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a comida era boa?

O Orador: No âmbito da visita estatutária à Ilha das Flores arranjou umas horinhas, um par de horas, para fazer uma “visita de médico” à Ilha do Corvo.

Ali, e eu pude presenciar, não tivemos uma verdadeira discussão alargada, não tivemos uma verdadeira atenção...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor não esteve no Conselho de Ilha? Não disse o que queria no Conselho de Ilha?

O Orador: ... por parte do Governo Regional em relação aos problemas locais. Nesse sentido, é uma má prática que de repente as visitas estatutárias sejam feitas ao magote, que, por exemplo, se venha a visitar a Ilha do Faial...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não há visita estatutária ao Faial!

Deputado João Costa (*PSD*): Não cumprem o Estatuto? Isso é uma confissão de que não cumprem o Estatuto!

O Orador: ...e na mesma semana e no mesmo contexto se encontra uma tardezinha para ir à Ilha do Pico. Ou que no âmbito de uma visita que se venha a realizar à Terceira, se encontre uma manhãzinha para ir à Graciosa e que no âmbito de uma visita de quase uma semana ao Grupo Ocidental, se encontre ali um pare de horas para ir também à Ilha do Corvo.

Não é esse o espírito do nosso Estatuto!

Não estão preenchidas as condições objectivas para a defesa da dignidade de cada ilha, para a defesa do Estatuto Político-Administrativo!

Surge aqui uma outra questão:

Tem ou não o Parlamento Regional legitimidade para poder recomendar ao Governo Regional que realize as visitas estatutárias dentro deste espírito que aqui propomos?

Eu considero que temos!

Temos, porquê?

Porque temos um sistema parlamentar. Quem é eleito directamente pelo povo açoriano somos nós, os Deputados deste Parlamento.

A legitimidade política do Governo Regional é uma legitimidade indirecta em relação à eleição dos seus responsáveis políticos. A legitimidade directa que existe é entre o Governo Regional e o Parlamento. Portanto, o Parlamento tem toda a legitimidade.

Reparem: não impõe, não é utilizada uma forma imperiosa. Recomendamos e os senhores farão se considerarem que o Parlamento defende neste âmbito uma posição justa. O Parlamento neste âmbito tem uma preocupação legítima. É uma recomendação.

Evidentemente não nos encontramos em sistemas políticos autoritários, em sistemas políticos fechados, em que o executivo se considera o supra-sumo de toda a construção política.

Encontramo-nos a funcionar num sistema parlamentar.

Portanto, mal seria se o Parlamento não pudesse recomendar ao Governo Regional sobre esta matéria ou qualquer outra da nossa vida estatutária, constitucional, social, política e económica.

Portanto, está dentro daquelas que são as competências deste Parlamento tendo em conta o funcionamento do nosso sistema político.

A questão que achei que o Partido Socialista levantaria (e também era essa a minha intenção, de que os senhores utilizassem esse argumento) era de que não existem neste momento condições, do ponto de vista da logística, para receber o Governo Regional. Foi essa a desculpa que eu achei que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que o Governo Regional viessem a utilizar.

Isso aí remete-nos para uma outra questão. Utilizando essa desculpa, de que há dificuldades logísticas, como é que os senhores explicam que se chumbe a proposta, já realizada pela Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, no sentido de ser criada uma Pousada da Juventude na Ilha do Corvo?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Uma Pousada da Juventude para as visitas estatutárias do Governo?

O Orador: Ou como é que explicam então que o projecto de recuperação do Centro Histórico no sentido de criar mais oferta de camas na Ilha do Corvo, não tenha sido adoptado por este Governo?

Considero que o Governo Regional não tem desculpa em relação a esta questão, porque se não há condições logísticas a culpa é do Governo Regional que não agiu e não foi por falta da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico ter chamado a atenção aqui para esse problema. Isso não é desculpa!

Se for desculpa só vos culpabiliza nesta questão de não terem agido sobre o défice cada vez mais evidente.

Por isso, compreendo que não o tivessem utilizado e se tivessem refugiado numa questão formal da competência do Parlamento.

Considero que essa competência não existe, porque em relação a esta iniciativa, o que o Sr. Presidente do Parlamento fez foi considerá-la válida e que cumpre a lei, está dentro daquelas que são as prerrogativas que os Deputados têm no âmbito do nosso Estatuto Político-Administrativo.

Não há nenhuma dúvida sobre a sua legitimidade e também não há nenhuma dúvida de que o Parlamento possa recomendar ao Governo sobre esta ou qualquer outra matéria.

Portanto, nesse sentido o Partido Popular Monárquico considerou que essas práticas são fundamentais no sentido de individualizar cada ilha. Não queremos visitas ao magote nas ilhas, em que as ilhas mais vulneráveis acabam por ser preteridas. Queremos visitas individualizadas.

Consideram que é pedir muito que o Governo Regional esteja pelo menos 24 horas em cada ilha? Que esteja 24 horas na Ilha do Corvo para que se possa aperceber daquelas que são as nossas dificuldades, daquelas que são as nossas potencialidades, que esteja a conviver com a população, no mínimo, 24 horas?

Eu considero que não é pedir muito.

Eu considero que é absolutamente lógico e justo que estas recomendações venham a ser adoptadas pelo Governo Regional, para que o que sucedeu o ano passado não se torne numa prática.

Para valorizar a identidade de cada ilha, para focalizar a intervenção do Governo em todas as ilhas (eu até considero que é um bom exemplo para corrigir algumas das assimetrias nacionais e deveria ser adaptada no âmbito nacional), o Parlamento não pode permitir que estas visitas estatutárias venham a ser, por este ou por aquele motivo logístico, ou por esta ou por aquela opção política, vulnerabilizadas e enfraquecidas naquela que é a tradição estatutária, naquela que é a tradição política dos Açores, uma óptima tradição que os senhores não podem, nem devem estragar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a brevidade que a intervenção do Deputado Paulo Estêvão acabou de justificar e naturalmente sem questionar a legitimidade política do autor desta iniciativa, porque é natural que tenham opiniões políticas sobre a acção do Governo, não pode o Governo deixar de manifestar, em relação a este diploma, estranheza e total discordância, de uma forma frontal, com os termos do projecto que temos em apreciação. Vou explicar porquê.

Estranheza porque a forma como o Governo efectua anualmente as visitas previstas no Estatuto às ilhas onde não estão sediados departamentos do Governo – aqueles exemplos que o Sr. Deputado deu do Faial e da Terceira são desadequados em função do que está no Estatuto – é matéria claramente da esfera competencial, da competência própria do Governo Regional, e diz respeito à organização e funcionamento do Governo.

Se há esfera ou leque competencial que é do Governo por direito próprio, é aquele que diz respeito à maneira como o Governo se organiza e funciona e é exactamente isto que acontece em relação ao seu projecto.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Isto é uma recomendação!

O Orador: O Sr. Deputado com certeza percebe e não entenderia que o Governo Regional, no âmbito de uma qualquer iniciativa parlamentar, decidisse determinar a forma como o Sr. Deputado gere e organiza a sua actividade política, ...

Deputado João Costa (*PSD*): Não é determinar! É recomendar!

O Orador: ... o número de visitas que o senhor faz às outras ilhas, quanto tempo é que pernoita ou quantas vezes é que pernoita numa ilha ou outra, que lhe dissesse que temas é que o senhor devia ter na sua agenda e que dessa forma procurasse determinar a forma como organiza a sua actividade enquanto parlamentar.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O senhor é fiscalizado pelo Parlamento e não o contrário!

O Orador: É exactamente isso que o senhor quer fazer em relação ao Governo Regional numa área de competência própria do Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é um sistema parlamentar!

O Orador: Portanto, estranheza.

Por outro lado, total e frontal discordância, porque o que o senhor pretende com esta iniciativa é, nas entrelinhas, fazer crer aos corvinos em particular e aos açorianos em geral que o Governo, quando no âmbito de uma deslocação estatutária ao Corvo não pernoita, teve menos atenção para com os problemas dos corvinos, desrespeitou as ansiedades e a sua acção política em relação aos habitantes da Ilha do Corvo.

Não podemos de forma nenhuma aceitar e como facilmente se percebe é pura demagogia, tem objectivos eleitorais seus com certeza, mas não diz respeito nem põe sequer em jogo nem em causa a acção e o papel que o Governo tem tido no desenvolvimento da Ilha do Corvo.

Sabe, Sr. Deputado, a acção do Governo não se mede nas horas de sono, mede-se nas horas de actividade do Governo e quando o Governo foi à Ilha do Corvo o senhor teve e tem tido a oportunidade de constatar que o Governo contacta as forças vivas, ouve a sua opinião no âmbito do Conselho de Ilha. O Sr. Deputado tem participado nesses Conselhos de Ilha, tem dito tudo aquilo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só posso fazer duas ou três perguntzinhas!

O Orador: Não é verdade, Sr. Deputado. O Sr. Deputado faz as perguntas que entende, é sempre o orador que toma mais tempo. Tudo o que perguntou foi-lhe respondido. Isso é que é relevante, não é o facto de se ter ou não pernoitado numa ou noutra visita.

Aliás o Sr. Deputado sabe também muito bem que o facto de ser deputado pelo círculo do Corvo, ou pela Ilha do Corvo, tem os seus condicionalismos logísticos, operacionais e por vezes até são esses condicionamentos logísticos e operacionais, são as condições meteorológicas, que determinam em boa medida, num caso ou noutro, num ano ou noutro, maiores ou menores dificuldades de pernoita na Ilha do Corvo.

Não tem nada de vontade própria do Governo, como não terá também nada a ver com a sua vontade própria, o facto de por vezes não conseguir sair ou regressar ao

Corvo quando pretende. Isso não tem absolutamente nada de política, é uma questão que tem a ver com as condições operacionais e meteorológicas.

Gostava, em suma, de lhe dizer que o Governo não tem naturalmente simpatia por esta sua iniciativa, não lhe reconhece mérito particular e perceberia muito melhor que o Sr. Deputado, por exemplo, fizesse um voto (isto é só uma sugestão!) a saudar o facto do Governo, além da obrigação estatutária que tem de visitar uma vez por ano cada uma das ilhas que não têm sede de departamentos do Governo, ter por sua iniciativa passado também a visitar e a contactar os concelhos e as Câmaras Municipais das ilhas onde existem departamentos do Governo e onde não se faz, por isso, visitas estatutárias. Isso seria, sim, um contributo e um reconhecimento à maneira como o Governo organiza a sua acção política.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): O senhor em aparte confessou que não cumpria o dever estatutário de visitar todos os anos cada uma das ilhas!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução da autoria do PPM recomenda ao Governo, por um lado, a individualização e, por outro, uma duração específica nas suas visitas estatutárias.

Recomenda! O que é que isto quer dizer?

Que fica na esfera de liberdade do Governo, por razões mais ou menos legítimas, mas que são legitimamente suas, ficar o tempo que muito bem entender, onde entender, sendo certo que o artigo 87º do nosso Estatuto não estipula – é omissa nessa matéria – nem a duração, nem o momento concreto dessas visitas.

Pensamos que esta decisão cabe, na esfera de liberdade organizativa do Governo Regional.

Outra coisa é os juízos, a apreciação, a avaliação que os cidadãos e as cidadãs, os eleitores de uma forma geral nesta Região, possam fazer nesta matéria como em todas as outras, económicas, sociais e políticas, das opções do Governo e das

prioridades do Governo. Isso é avaliado no mínimo de 4 em 4 anos e está tudo sobre escrutínio e sobre avaliação.

A forma de organização do Governo, a maior ou menor dignidade que deu às suas visitas, o maior ou menor tempo que esteve em cada ilha, onde e como, são da responsabilidade do Governo para o bem e para o mal, quer seja para dizer sim, quer seja para fazer a sua crítica.

Por isso, o Bloco de Esquerda entende que não cabe a esta Casa dizer e sobretudo impor ao Governo uma duração de visitas estatutárias, o local onde vai e como vai.

Pelo contrário, consideramos que o Governo é livre de decidir dentro da sua esfera de prioridades e de opções, como somos livres de avaliar e de agilizar, como deputados, e de pedir, quando for caso disso, justificação, e os cidadãos e cidadãs de agilizarem em cada acto eleitoral da maneira como muito bem entenderem.

Compreendo a indignação, quiçá o ressentimento, do Sr. Deputado Paulo Estêvão pela visita ao Corvo ter sido aparentemente tão curta e ainda por cima ao mesmo tempo que a visita às Flores.

Retiraria isso, do ponto de vista do Sr. Deputado Paulo Estêvão, alguma dignidade à visita estatutária ao Corvo?

Não estou de acordo, nem o Bloco de Esquerda está de acordo com essa avaliação. A dignidade de uma visita não passa pelo tempo de duração da visita, Sr. Deputado. Passa, na nossa maneira de ver, por outro tipo de critérios que não é a duração.

Posso estar 24 horas num sítio, e penso que o Governo também, sem que essa duração saia dignificada no seu trabalho ou na sua imagem pelo facto de ter lá ficado 24 horas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E se estiver meia hora?

A Oradora: Mas porque compreendo a sua indignação, provavelmente o seu ressentimento, compreendo eu e compreende o Bloco de Esquerda, vamos abster-nos. Compreendendo o seu ressentimento, mas não aceitando a cura para o ressentimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado do PPM e esta Câmara têm toda a legitimidade para recomendar ao Governo sobre esta e todas as outras matérias. Isso está fora de questão.

A Representação Parlamentar do PCP não pode dar o apoio a esta recomendação uma vez que ela é de tal maneira rígida que interfere completamente na própria organização do funcionamento e da actividade do Governo Regional.

Portanto, reconhecemos a bondade e a legitimidade do seu Projecto de Resolução, mas consideramos que a parte resolutiva é de tal maneira rígida que interfere claramente naquilo que é uma esfera de competência que só ao Governo diz respeito e que os eleitores avaliam de 4 em 4 anos.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): O Francisco Lopes teve 2 votos na Ilha do Corvo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado acabou de perder 2 votos no Corvo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD gostaria de fazer uma abordagem a três níveis relativamente a este Projecto de Resolução.

Primeiro – tem a ver com aquilo que foi a fuga encontrada pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional para votar contra esta proposta, com a alegada falta de competência do Parlamento para recomendar a este nível.

Na perspectiva do PSD o Parlamento tem competência óbvia para recomendar o que está aqui recomendado, porque estamos perante uma mera recomendação.

É recorrente esta tendência do Governo Regional e do Partido Socialista para pôr na boca dos outros aquilo que queriam que os outros dissessem.

Aqui não está dito, conforme o Sr. Secretário Regional da Presidência disse, determinar.

Uma recomendação não determina, Sr. Secretário. Uma recomendação recomenda! É isto que é importante que se perceba neste diploma.

O que está aqui em causa é uma mera recomendação e não há qualquer tipo de dúvida, até pela experiência parlamentar de anos em que este Parlamento recomenda a outras entidades um conjunto de posturas, de iniciativas, de comportamentos, à Assembleia da República, ao Governo da República, ao próprio Governo Regional. É da história do Parlamento recomendar a outras entidades, mesmo relativamente a competências próprias das entidades a quem é feita a recomendação. É esta a história deste Parlamento.

Não entendemos esta fuga, porque não está aqui em causa – e volto a referir – legislar, definir, estabelecer, determinar ou impor. Não está aqui em causa nada daquilo que poderia ter a ver com um outro acto típico do Parlamento que é legislar. Não estamos a legislar! Não estamos a estabelecer nada de novo, nem a impor o que quer que seja perante qualquer outro órgão.

Estamos aqui a utilizar uma outra faculdade do Parlamento que é a recomendação. Sobre esta matéria, e para que não existam mais dúvidas, entendemos que não há qualquer tipo de falta de competência deste Parlamento relativamente a esta matéria.

Devo dizer mesmo que é uma fuga muito fraquinha para quem não se quer pronunciar sobre aquilo que está aqui em causa.

Segundo: o objecto da Resolução.

Entendemos a preocupação subjacente a esta iniciativa. Entendemos a realidade que levou a que a Representação Parlamentar do PPM tivesse esta iniciativa. É, de facto, um sinal da forma fugidia como o Governo vai ao Corvo.

Terceiro: o Grupo Parlamentar do PSD entende que não pode reduzir-se às horas de estada do Governo numa ilha, nem pode reduzir-se a ser ou não individualizada a visita a esta ilha ou a outra, a questão das visitas estatutárias do Governo às ilhas. Entendemos que é minimizar algo que é muito importante, na prática a eficácia da visita do Governo, não pode ser reduzida a essa mera questão.

Entendemos, sim, que muitas outras questões que têm a ver com as visitas do Governo às ilhas devem preocupar este Parlamento, devem preocupar o Governo e certamente preocupam os açorianos e quem os representa nas várias ilhas.

Na nossa perspectiva, mais do que saber quantas horas fica o Governo numa ilha ou mais do que saber se essa visita é individualizada ou não, é importante saber-se que o Governo respeita efectivamente as ilhas nas suas visitas estatutárias. Isso, infelizmente, não tem acontecido.

Em muitos casos o que se vê é que o Governo faz como que uma desobriga.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor está a falar do quê?

O Orador: Vai lá, toque e foge e vai-se embora.

Muitas vezes foge aos esclarecimentos. As histórias dos episódios relativamente a esta matéria são recorrentes no passado recente deste Governo Regional do Partido Socialista.

A forma como o Governo Regional não esclarece, não responde, não vai com vontade de esclarecer, de perceber, de conhecer, de dar respostas, de fazer com que na visita seguinte os resultados já sejam diferentes da visita anterior.

O que mais se ouve por essas ilhas abaixo, até pelos órgãos de comunicação social quando fazem o relato prévio das visitas do Governo Regional às várias ilhas, é de que o Conselho de Ilha mantém o mesmo rol de queixas, o Conselho de Ilha mantém o mesmo rol de preocupações, o Conselho de Ilha mantém o mesmo rol de reivindicações, ano após ano.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que o Governo Regional não trouxe resultados efectivos àquilo que devia ser a sua obrigação governativa na relação com as várias ilhas.

Mais do que isso. Entendemos que as visitas estatutárias também deveriam ser um exemplo e uma demonstração de respeito do Governo Regional para com os vários órgãos políticos eleitos nas ilhas e nos municípios. Isso não tem acontecido!

O Governo, deslocando-se às várias ilhas, estando em vários municípios e não tendo uma relação de respeito e de dignidade com os órgãos autárquicos eleitos, com as Câmaras Municipais, isto é demonstrativo...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas está baseado em quê?
Isso são generalidades!

O Orador: Sr. Secretário, o senhor não chegou aqui hoje.

O Governo Regional relaciona-se com as Câmaras Municipais quando vai às várias ilhas? Reúne com as Câmaras Municipais? Quantas queixas ouvimos dos Presidentes de Câmara, dos Presidentes de Junta de Freguesia que não são ouvidos, não são respeitados, não são considerados.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É isso que está em causa.

O que nos parece essencial é que essa relação seja feita com base neste respeito institucional e público pelos órgãos políticos eleitos. Sabemos bem (todos sabem!) que isso não acontece.

Mais do que exigir que um candidato vá prestar vassalagem a um órgão eleito, mais do que isso, muito mais do que isso, é a obrigação política e institucional de um órgão com a representatividade pública do Governo Regional respeitar aqueles que são eleitos em funções públicas e institucionais e não em funções partidárias.

Acabo com isto mesmo: as visitas estatutárias têm servido muito para isso mesmo, para ter depois um braço partidário na noite em que o dia foi de ouvir e não responder como se deveria aos Conselhos de Ilha.

É essa a nossa preocupação que tem obviamente maior amplitude do que aquela a que está reduzida esta proposta. No entanto, por compreendermos o significado que ela também tem e o sinal que ela também é, o sentido de voto do PSD é de abstenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar de votar contra esta iniciativa pelas razões que estão explanadas no relatório da Comissão e que se prendem essencialmente com aquele que é o enquadramento constitucional, estatutário e institucional dos órgãos de Governo próprio.

Compete única e exclusivamente ao Governo Regional, no exercício do princípio de auto-organização dos poderes públicos, definir a sua estrutura orgânica e o seu funcionamento.

Isso para nós é essencial. Este é um princípio essencial de organização e do relacionamento institucional que deve existir entre os órgãos de Governo próprio.

Não nos podemos imiscuir, na esfera de competência exclusiva do Governo, quanto à sua organização e funcionamento, como não podemos nem devemos em circunstância alguma admitir também que se passe o contrário relativamente a este Parlamento.

É assim que defendemos as instituições; é assim que defendemos esta Casa; é assim que defendemos este Parlamento, votando contra iniciativas deste género como aquela que temos entre mãos.

A Constituição da República afirma-o de forma clara. Aliás o Prof. Jorge Miranda e Rui Medeiros são taxativos quando dizem que a Assembleia Legislativa está vedada de qualquer intervenção de natureza normativa que vise impor ao Governo qualquer questão relativa à sua organização e funcionamento.

Uma recomendação assumindo a forma de resolução que outra coisa não é do que um acto com natureza normativa que visa impor ao Governo algo que é da sua inteira e exclusiva competência.

Por isso e por aquilo que consideramos essencial, como já disse há pouco, no que diz respeito à organização e ao relacionamento institucional entre os órgãos de Governo próprio, votaremos contra, convictamente contra, este Projecto de Resolução.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP entende e percebe a intenção do proponente com este Projecto de Resolução.

No entanto, embora já tenha sido aqui explanado por outras forças políticas, somos da opinião que esta é uma matéria da competência directa do Governo Regional e, como tal, não nos devemos imiscuir nela.

No entanto, não nos parece que seja de todo descabido poder trazer aqui aquelas que são as preocupações das populações, através de que partido for, e que é legítimo fazê-lo.

Sendo esta uma matéria da competência total do Governo parece-nos que, aí sim, possamos (podemos e devemos) apelar e recomendar ao Governo que tenha uma atenção especial na medida do possível para que as visitas estatutárias sejam feitas individualmente a cada ilha.

Não nos parece que isso traga qualquer problema a este plenário, nem qualquer desconforto ao Governo.

Como já aqui foi dito é apenas uma recomendação. Pese embora, como já foi frisado por nós e por outros, seja uma competência directa do Governo, não vemos qualquer mal que se traga esta recomendação a esta casa e o Governo depois faça aquilo que entender dentro da legitimidade que tem. Se for possível fazê-lo não nos parece nada descabido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Considero que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional estão aqui a arranjar um grande imbróglio para o futuro.

Se tivermos essa visão restritiva no sentido da Assembleia, este Parlamento, não poder recomendar ao Governo Regional, ou por exemplo, à Assembleia da República, matérias que são da sua competência (da competência exclusiva da Assembleia da República), se não nos considerarmos competentes para recomendar ao Sr. Presidente da República um determinado comportamento, um determinado posicionamento em relação àquelas que são as competências exclusivas do Sr. Presidente da República,...

Deputado João Costa (PSD): Agora é que o senhor tocou na ferida!

O Orador: ... se não nos reconhecermos competência para recomendar ao Governo da República determinadas condições no âmbito do exercício daquelas que são as competências exclusivas do Governo da República, então vamos ser de futuro confrontados com esta situação.

Eu não tenho qualquer dúvida que não passará mais de um ou dois meses para eu poder aqui retribuir o argumento que é agora utilizado em relação à Representação Parlamentar.

Não tenho dúvidas que não passarão mais de 3 ou 4 sessões para eu poder retribuir o argumento que é agora utilizado em relação a esta iniciativa.

O que está em causa é uma simples recomendação ao Governo Regional, como podia estar em causa uma simples recomendação ao Governo da República.

O nosso sistema parlamentar não pode auto-limitar-se nesta matéria, porque de certeza absoluta que vamos sentir a necessidade política de agir em relação às competências própria de outros órgãos e é natural que o órgão com a legitimidade democrática do Parlamento dos Açores possa recomendar a outros órgãos determinadas políticas, determinadas prioridades. É perfeitamente natural e até é muito legítimo do ponto de vista do funcionamento democrático do nosso Estado.

Não colhe a desculpa do Partido Socialista em relação a esta questão.

Sr. Secretário da Presidência, deixe-me dar-lhe aqui um testemunho. É evidente que no âmbito das visitas e da minha participação nos Conselhos de Ilha eu tenho muitas mais questões para colocar.

Não vou aqui ser demagogo no sentido de dizer que não me deixam colocá-las.

Deputado Francisco César (PS): Não, não seja!

Deputado João Costa (PSD): Para isso está aí o senhor!

O Orador: Nunca sucedeu. Eu digo sempre a verdade.

É importante que perceba o seguinte:

Tendo eu necessidade de colocar certas questões também percebo que sendo o tempo limitado não posso tornar a situação desconfortável. Não veja isto como se eu tivesse todo o tempo do mundo. Veja isto como uma questão de educação. É não criar a todos os intervenientes destas reuniões uma situação que venha a ser

menos favorável e que tenha contornos de falta de educação, que é uma coisa que tento evitar na minha acção política e na minha acção social.

Sendo esta uma questão importante para o Partido Popular Monárquico, também lhe quero dizer que o Sr. Secretário Regional da Presidência faz uma leitura incorrecta do Estatuto, no âmbito disto e vou provar-lhe.

Veja bem o que diz o artigo 87º:

“Visitas obrigatórias do Governo Regional

O Governo Regional visita cada uma das ilhas da Região pelo menos uma vez por ano”.

Cada uma das ilhas!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas é que as outras, por definição, já lá está!

O Orador: Mas isso não está aqui escrito. Os senhores devem visitar a Ilha do Faial ou a Ilha Terceira.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Nessas já lá está!

O Orador: Não, não está integralmente.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor esquece o argumento histórico e o espírito do legislador!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Presidência, ouça uma coisa:

O senhor está a fazer lembrar-me determinados alunos em que por mais que se leia o texto...

O que é que quer que eu lhe diga?

Vou voltar a ler outra vez:

“O Governo Regional visita cada uma das ilhas da Região pelo menos uma vez por ano”.

Qual é a interpretação, diversa desta, que o senhor quer ter?

Deputado João Costa (*PSD*): O Sr. Secretário disse em aparte que não cumpre esse dever!

O Orador: Não pode ter!

Conversa terminada em relação a este assunto, porque não pode ter uma interpretação diferente. Perceba isso!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A única pessoa que tem essa interpretação é o senhor!

O Orador: Pelo amor de Deus!

Eu nem sequer vou perder mais tempo a discutir isto. Isto transforma-se num assunto ridículo.

O que eu lhe acabo de ler diz "... cada uma das ilhas". Portanto, são todas as ilhas, Sr. Secretário Regional da Presidência.

Não pode ler isto de outra forma, senão transformamos isto num diálogo e numa interpretação surrealista.

Vou concluir a minha intervenção, Sr. Presidente, voltando a reiterar que é muito importante manter visitas individualizadas a cada uma das ilhas, não cair na tentação e depois não ter aquela visão economicista de que vivemos tempos de crise, então vamos começar a fazer isto por grupos, de uma forma alargada.

Não, não! É importante manter esta posição, manter as visitas estatutárias individualizadas a cada uma das ilhas.

É para mim e para todos os corvinos, tenho a certeza absoluta, um prazer recebê-los pelo menos 24 horas por ano, na Ilha do Corvo.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Se é um prazer disfarça muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma curta declaração a este respeito.

Evidentemente estou de acordo com as observações que foram feitas sobre a forma usada para abordar esta questão, pelo que não a acho com oportunidade e com conformidade.

Gostava de lhe dizer o seguinte:

Uma sugestão ao Governo para pernoitar na Ilha do Corvo não é uma sugestão sacrílega, pelo contrário, é até bem-vindo, tão bem-vinda que não tem absolutamente nada de original, porque sempre foi assim que o Governo fez.

Há dois anos ficou duas noites.

Só este ano, por razões verdadeiramente excepcionais que se conjugaram também com motivos particulares, forçosos, de algumas pessoas, é que ela não teve esse formato habitual.

É bom que se diga, como aqui foi salientado, que é evidente que há um significado material dessas visitas, que não tem uma relação directa com o tempo de permanência nessas ilhas. Até tem uma relação muito maior com a metodologia que é usada para que sejam consultados os parceiros que nós consideramos estratégicos nessa audição anual que empreendemos.

Devo dizer que tenho muito respeito por todos, como é evidente, mas de forma especial pelos corvinos. Devo dizer-lhe que estive aqui a fazer uma conta por alto e antes de V. Exa. chegar ao Corvo já eu tinha visitado a ilha 23 vezes. Portanto, ainda tenho muitos créditos a meu favor...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e os corvinos sabem bem disso, como se deve ter apercebido nas últimas eleições regionais.

Gostava de dizer muito claramente no Parlamento que o Governo não só entende que as visitas que faz ao abrigo do Estatuto Político-Administrativo da Região são visitas necessárias, como entende que o saldo dessas visitas é extremamente útil do ponto de vista da correcção das nossas omissões, da correcção do nosso posicionamento em relação a vários problemas, do ponto de vista da transmissão de novas prioridades e até de rectificação de medidas que havíamos tomado anteriormente.

Isso tem acontecido de um modo sistemático, porque a governação não é um processo unilateral. É um processo dinâmico que se prende sobretudo com a capacidade de ouvir.

Há pouco um Sr. Deputado dizia que nós só ouvíamos de dia e falávamos à noite.

Nós ouvimos muito de dia. Em política é fundamental ouvir e às vezes nem é muito acertado falar, mas é fundamental ouvir. É isso sobretudo que fazemos nas nossas visitas.

Escolhemos como formato ter como órgão central das nossas audições a audição dos Conselhos de Ilha. Porquê?

Porque de acordo com a legislação em vigor esses conselhos concentram os parceiros essenciais, parceiros da representação económica, da representação social dos deputados que ali estão, das autarquias. Portanto, há um ambiente multi-institucional que nos permite ter uma visão de conjunto da realidade de ilha, porque nessas opções, em relação a essas ilhas, temos feito visitas a uma ilha e gostamos de ter a visão dessa realidade, sem privilegiar nesses casos a visão municipal. Ao invés, na Ilha de São Miguel, dada a dimensão dos concelhos, na Ilha Terceira e no Faial, por haver um único concelho, concentrámos mais a nossa atenção na audição dos respectivos municípios que são, como sabe, de diferentes formações partidárias.

Fazemo-lo com boa fé. Julgo que estas visitas são muito importantes para o Governo. Não são visitas de propaganda partidária. Apenas o poderão ser na medida em que o Partido Socialista apoia o Governo e os outros partidos contrariam aquilo que o Governo acabou de anunciar ou teve que corrigir.

Essas dimensões são próprias da dinâmica democrática com as quais nem nos deslumbramos, nem nos desgostamos. O nosso trabalho é feito nesse diálogo institucional. Vamos construindo a nossa forma de governar com base nesse diálogo. Uma vez aceitamos as sugestões que nos são feitas, outras vezes discordamos delas e não seguimos esse caminho. Mas consideramos que essas visitas são muito úteis, pelo menos na perspectiva do Governo.

Gostaríamos até que nalguns Conselhos de Ilha, que é algo que por vezes não acontece, os Deputados que são membros por inerência desses conselhos, embora não exerçam o direito de voto, fossem mais intervenientes, porque em algumas circunstâncias estamos nestas reuniões durante todo o tempo, eles não dizem absolutamente nada, mas mal estamos no carro a caminho do aeroporto, eles já estão a fazer uma conferência de imprensa sobre os temas ali tratados. Isso sim, achamos do ponto de vista do trabalho uma deslealdade manifesta.

Devo dizer (faça-se justiça, porque também assim deve ser feito) que não é o caso do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que é aliás um dos mais vivos e activos intervenientes das reuniões do Conselho de Ilha sempre que nós visitamos a Ilha do

Corvo, ao qual nós temos também procurado, dentro do nosso conhecimento, dar-lhe sempre as respostas com que nos questiona.

Sr. Deputado, a sua recomendação não tem conteúdo. Não tem conteúdo sobretudo porque recomenda aquilo que é uma prática corrente e não recomenda, do ponto de vista formal, de forma adequada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para deixar registado mais uma vez a aparente bonomia do Sr. Presidente do Governo e o seu discurso, que se tiver alguma cor é cor-de-rosa.

Este discurso, que parece muito bonito, de que tudo está bem, como a “Alice no País das Maravilhas”, não corresponde à realidade.

Quem tivesse chegado aos Açores de repente e ouvisse esse discurso, dizia que isto é uma maravilha, isto é um sucesso, essas visitas são a coisa mais útil, mais eficaz, toda a gente participa, resolvem-se os problemas. É uma maravilha!

Infelizmente, o Sr. Presidente do Governo e alguns membros do Partido Socialista continuam fechados na sua redoma, continuam fechados no seu discurso.

Quem vive nos Açores, quem sendo dos Açores e conhece a realidade açoriana, vai por essas ilhas abaixo, lê a comunicação social e vê a RTP/Açores nessas alturas das visitas estatutárias, a realidade é outra, é bem diferente daquilo que o Presidente do Governo quis aqui fazer transparecer. Isto tem que ficar claro.

Como disse na minha primeira intervenção, o que se ouve é que em cada ano os Conselhos de Ilha fazem o relato e o relato é igual ao do ano anterior, as queixas e as reivindicações são iguais às do ano anterior. O que é que isto quer dizer?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Que o senhor anda distraído!

O Orador: Que a visita do ano anterior não teve a eficácia e os resultados que pretensamente devia ter, isto é, que o Governo não cumpriu a sua obrigação.

O que mais se ouve são queixas de que as pessoas colocaram questões no Conselho de Ilha e o Governo Regional ou não respondeu, ou até às vezes responde com menos agrado, chama deprimentes às reivindicações das várias ilhas...

Deputado João Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: ... classifica com epítetos no mínimo desagradáveis e que não qualificam devidamente alguém com as responsabilidades do Presidente do Governo e do Governo Regional dos Açores.

Esta é uma realidade que deve ficar aqui vincada, porque se não disséssemos parecia que era a “Alice no País das Maravilhas”.

Uma nota final sobre os Conselhos de Ilha.

O Sr. Presidente do Governo, no seu discurso, refere que nos Conselhos de Ilha funciona tudo muito bem e que não é preciso reunir nos municípios.

Perguntar-lhe-ia, por exemplo, quantas vezes, nos últimos 16 anos, reuniu com a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, antes de mudar de cor política? Quem diz com Santa Cruz da Graciosa, diz com tantas outras.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Reuni várias vezes com o Presidente da Câmara!

Ele até foi a São Miguel ter comigo!

O Orador: Não há respeito e consideração pelas várias autarquias, indo à Ilha da Graciosa e reunindo nos Paços do Concelho.

O Sr. Presidente do Governo é muito afoite, é muito corajoso quando exige que um candidato a Presidente da República vá prestar vassalagem ao Presidente do Governo, mas quando o Presidente do Governo vai às várias ilhas não tem o respeito que devia ter para com os Presidentes das Câmaras Municipais e para com as Câmaras Municipais de cada uma das ilhas. É essa a verdade!

Deputados Duarte Freitas e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Nesta falta de coerência entre aquilo que se diz hoje e aquilo que se diz amanhã, e sobretudo entre aquilo que se diz e aquilo que se faz, está uma marca clara deste Governo e deste Partido Socialista.

Deputados Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado dizia, em relação aos Conselhos de Ilha: os Srs. Deputados deviam falar mais, deviam participar mais nos Conselhos de Ilha.

Sr. Presidente, acredito que a falta de memória não seja uma das suas faculdades. Os Deputados das várias ilhas, nos vários Conselhos de Ilha, quando começam a colocar questões, o Presidente do Governo utiliza expressões como esta (e estou a citar) “o Sr. Deputado tem um fórum próprio para falar, que é no Parlamento. Deixe falar as outras pessoas!”. Isto é dito pelo Presidente do Governo e há várias testemunhas disso.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não há um Deputado que possa dizer isso!

Deputado Mark Marques (PSD): Eu!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Tu? Tu nunca falaste!

O Orador: “Tu nunca falaste!”. O Sr. Presidente do Governo ao dirigir-se a um deputado desta casa com estes termos, mais uma vez revela o respeito institucional e público para com os órgãos eleitos, neste caso para com um deputado. Confirma a falta de respeito que tem para com os órgãos autárquicos que acabei de referir.

Outro exemplo: o Sr. Presidente do Governo que fala tanto no respeito por todos os membros do Conselho de Ilha, como é que suscita e participa numa reunião apenas com a mesa de um Conselho de Ilha, no caso da Terceira?

O Conselho de Ilha da Terceira é um órgão legítimo, público e institucional e o Presidente do Governo não reúne com o Conselho de Ilha onde estão os Deputados. Reúne apenas com a mesa que estão os eleitos da maioria partidária.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

O Orador: Agora tem a coragem, tem o descaramento de vir dizer que os Deputados deviam participar mais nos Conselhos de Ilha?!

Sr. Presidente do Governo, a sua incoerência e a forma como o senhor diz uma coisa hoje e outra amanhã começa a ser cada vez mais conhecida, mas sobretudo revelou hoje aqui que aquilo que o senhor diz não é aquilo que o senhor faz.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Mark Marques pede a palavra para?

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, pedi a palavra para defesa da honra, porque o Sr. Presidente do Governo disse que o Sr. Deputado estava a mentir e citou o meu nome dizendo que eu nunca falo no Conselho de Ilha, por isso queria defender a minha honra.

Presidente: Tem a palavra por três minutos.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aquilo que o Deputado Clélio Meneses acabou de referir é verdade.

O Sr. Presidente do Governo estava no Hotel São Jorge e o Sr. Deputado Rogério Veiros, que aqui está e com certeza vai levantar-se e desmentir-me, com o Sr. Deputado Aires Reis começaram a colocar questões.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Ah!

O Orador: Ah, o quê? É isso mesmo!

O Sr. Presidente do Governo que hoje “estalou o verniz”, estalou naquele dia. Disse: Srs. Deputados, os senhores têm um fórum próprio para debater essas questões. Deixem os senhores do Conselho de Ilha falar.

Desafio o Sr. Deputado Rogério Veiros a levantar-se, a pedir a palavra e a dizer que eu estou a mentir.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Presidente do Governo tem 3 minutos para responder ao Sr. Deputado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não! Eu não preciso defender a honra!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não contava intervir neste debate, mas depois da intervenção do Sr. Presidente do Governo, que subscrevo na generalidade o que aqui disse, permita-me que apenas precise aqui um ou dois pormenores, não da actuação do Governo, mas dos Conselhos de Ilha.

Foi efectivamente um órgão criado com algumas expectativas, que infelizmente não se vieram a concretizar ou que não se concretizam muitas vezes.

Eu próprio, queria dar o meu testemunho nessa matéria, porque fui várias vezes ao Conselho de Ilha (alguns Srs. Deputados que aqui estão também lá estavam), mas depois deixei de ir.

Queria dar o testemunho e enfatizar que fomos acusados (eu especificamente e o Deputado Clélio Meneses, que me lembra) de estarmos a transportar para o Conselho de Ilha assuntos do Parlamento, como se às vezes os assuntos não fossem transversais ao Parlamento e ao Conselho de Ilha e se acções não se interligassem!

Como depois percebi que também não tínhamos direito a voto, que íamos para lá e ainda saímos insultados, embora eu não seja de me deixar insultar por muita gente, entendi que o Conselho de Ilha da Terceira era um desperdício do meu tempo que poderia usar a fazer outras coisas, a bem dos eleitores e da comunidade, e efectivamente tenho muito mais que fazer do que ir para um Conselho de Ilha e ouvir “o senhor vá para o Parlamento dizer isso porque não tem que dizer aqui”.

Isso passou-se várias vezes comigo e eu deixei de ir ao Conselho de Ilha, da Ilha Terceira.

Espero agora que com a regulamentação do Estatuto possamos introduzir algumas regras que possam melhorar o funcionamento desse órgão.

Esse órgão devia efectivamente representar as instituições da Ilha, o sector social, cooperativa, produtivo, industrial, etc., em vez de representar interesses mera e quase exclusivamente partidários, como acontece.

Nesse sentido, repito e sublinho, não ponho lá os pés. Assumo frontalmente nesta casa, como já o assumi perante o Sr. Presidente do Conselho de Ilha.

Sr. Presidente, eu teria tido muito gosto, se V. Exa. tivesse pedido para reunir com o Conselho de Ilha na Terceira, em lá ir, dar a minha opinião e ouvir. V. Exa. também tinha ficado a perceber como às vezes funciona o Conselho de Ilha da Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de tecer algumas considerações a algumas afirmações que foram feitas e que não me parecem de todo correctas.

Primeiro, quando se diz ao Governo Regional que a reunião do Conselho de Ilha ou as reivindicações do Conselho de Ilha não serviram para nada, não é justo dizer-se, na medida em que em todas as ilhas, por toda a Região fora, há obra a ser feita.

A maioria das reivindicações dos Conselhos de Ilha são obras e por isso, se há obras a serem feitas, há reivindicações dos Conselhos de Ilha que estão a ter resposta.

Quando as reivindicações e as listagens elaboradas nos Conselhos são muitas das vezes superiores aos próprios manifestos eleitorais dos partidos que concorreram às eleições, é óbvio que de um ano para o outro nenhum Governo Regional consegue responder a todas as perguntas e todas as iniciativas que o Conselho de Ilha lhe pede para fazer.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação àquilo que o Sr. Deputado Mark Marques falou sobre uma reunião do Conselho de Ilha em São Jorge, gostaria dizer algumas coisas sobre essa matéria.

Primeiro: relativamente à figura do Sr. Presidente do Governo, que é o Presidente do PS/Açores, eu queria aqui dizer que tanto no plano político nas instituições públicas, como no plano partidário, o Presidente Carlos César é o homem democrata que sabe ouvir as pessoas e consegue ouvi-las.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não disse nada disso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mais, Sr. Deputado. Tomara a sua líder ter os mesmos princípios e a mesma visão da democracia que tem o Carlos César.

O que o senhor diz não é totalmente verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ahhhhh!

O Orador: Eu estava lá. O Conselho de Ilha estava a decorrer. Até determinada altura todas as perguntas que foram feitas ao Governo tiveram resposta por parte do Governo. A determinada altura eu e o Deputado Aires Reis, que ainda era Deputado desta Casa, começámos a entrar quase em debate...

Deputado Mark Marques (PSD): Foi isso que eu disse!

O Orador: ... por causa dos caminhos agrícolas, eu negando coisas que o Deputado Aires Reis afirmava e o Deputado Aires Reis respondendo à minha pessoa.

O Sr. Presidente do Governo o que disse foi, meus senhores isto não é nenhum plenário de debate, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ahhhhh!

O Orador: ... esse debate tem o seu espaço para ser feito, ou na Assembleia Legislativa ou na Assembleia Municipal.

Deputado Mark Marques (PSD): Não foi isso!

O Orador: Não mandou calar ninguém, nem deixou de responder às perguntas que foram feitas no Conselho de Ilha, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve, até porque nós começámos nas visitas estatutárias e já estamos no Conselho de Ilha. Vá-se lá saber onde é que isto vai parar!

Deputado Mark Marques (PSD): O Conselho de Ilha faz parte!

A Oradora: A intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses suscitou-me a obrigação de lhe contar uma história.

Eu vivo numa ilha desta Região. Chama-se São Miguel.

Quando fui eleita Deputada desta Casa pus-me à procura do Conselho de Ilha, porque acho que é um órgão absolutamente essencial e que qualquer Deputado, tendo ou não direito de voto dentro dele, deve ter a obrigação de lá estar cada vez que ele reúne para ouvir. É aquela coisa de que ouvir é muito importante.

Em 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, não houve Conselho de Ilha. **Deputado Clélio Meneses (PSD):** E o que é que eu tenho a ver com isso?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ele não tem nada a ver com isso. Não lhe toca!

A Oradora: Nunca! Nunca houve Conselho de Ilha!

Estou a falar-lhe de uma ilha, que por acaso é São Miguel, que de acordo com a legislação em vigor, é a maior autarquia de cada ilha que deve desenvolver todo o processo de constituição de um Conselho de Ilha.

Sr. Deputado, desde 2006 que na minha ilha não há Conselho de Ilha. Está a ver? Portanto, não há hipótese sequer do Presidente do Governo Regional ir lá e mandar calar ou não, seja quem for.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Falei daquilo que existia!

A Oradora: Quando temos pés de barro, às vezes é preciso ter algum cuidado. Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Volto a intervir para salientar as boas intenções da proposta do Sr. Deputado do PPM que nos permitiu um debate tão frutuoso e esclarecedor.

Desde logo esclarecendo esta questão à parte do Sr. Deputado Mark Marques, a regra geral, a regra dominante, inclusive no Conselho da Ilha de S. Jorge, é que os Deputados não intervêm nos trabalhos dos Conselhos de Ilha. É essa a regra em 90 e tal por cento dos casos. Imediatamente a seguir são os primeiros críticos ou analistas das decisões que entretanto são tomadas, até junto da comunicação social imediatamente após a realização desses mesmos Conselhos de Ilha onde não fizeram qualquer intervenção ou observação.

Deputado Mark Marques (PSD): Não se está a referir a mim!

O Orador: No caso em concreto, se bem me recordo, há uma diferença fundamental, é que o Governo está ali para ouvir, para ser criticado, para prestar informações, para prestar esclarecimentos e não para assistir a um debate parlamentar, desfocado, entre duas pessoas. A minha crítica, quer para o Deputado do PSD, quer para o Deputado do Partido Socialista, foi: meus senhores, estamos aqui a trabalhar nesta visita, não estamos a fazer um debate, que tem muito sentido que o façam, mas que o façam noutra sede, visto que não é este o ambiente de trabalho produtivo apropriado.

Todas as pessoas percebem perfeitamente esse contexto em que o Presidente do Governo diz, e com muita razão e bom aproveitamento, o que disse.

Também quero dizer-vos de novo uma coisa. Eu não atribuo grande importância ao comentário político anterior ou posterior às nossas visitas estatutárias, porque esse comentário é todos os anos o mesmo.

Deputado Mark Marques (PSD): Como os elogios!

O Orador: Não são as reivindicações das Câmaras ou dos Conselhos de Ilha que são todos os anos os mesmos. Todos os anos, os mesmos, são os comentários que antecedem a nossa chegada e que são feitos à nossa saída...

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: ... como aliás têm sido, nos últimos anos, os mesmos, os comentários que o povo soberano nos faz de 4 em 4 anos nesses mesmos concelhos em eleições regionais.

Não vou responder ao Sr. Deputado Clélio Meneses, porque já lhe dei o seu momento de glória. Sempre que falo ele gosta de se colocar como um anexo.

Deputado João Costa (PSD): V. Exa. é que interveio, Sr. Presidente!

O Orador: Eu dou-lhe com gosto essa oportunidade, embora por vezes tenha esse problema que ainda não corrigiu, que é entrar numa loja de porcelana como se fosse um elefante de tractor.

Deputado Mark Marques (PSD): Aqui ninguém está de trombas!

Deputado João Costa (PSD): Depois não quer que a abstenção aumente!

O Orador: Não quero criticar a sua forma. Prefiro atender ao seu conteúdo.

Quanto ao seu conteúdo o que eu tenho a reiterar é o seguinte:

O Governo tem muito respeito por este instrumento de trabalho que é as visitas estatutárias. Há 12 anos que entende que o modelo adequado para fazer esta audição institucional, favorecendo uma análise conjugada das diversas sensibilidades em presença, é no âmbito dos Conselhos de Ilha. Achamos que esse é que é o formato dinâmico e que permite essa interpretação mais integrada dos problemas de cada ilha.

Estou a referir-me em concreto ao Sr. Deputado Clélio Meneses para dizer-lhe que eu reuni-me com a Mesa do Conselho de Ilha, não por minha iniciativa. Tive um pedido de audiência do Presidente do Conselho de Ilha. Não sabia se era o Presidente do Conselho de Ilha, se era a Mesa do Conselho de Ilha ou se eram todos os membros do Conselho de Ilha. O meu Gabinete de Protocolo fez o que costuma a fazer, perguntou quantas pessoas eram para saber quantas cadeiras instalava.

Estavam instaladas as cadeiras correspondentes às pessoas que vinham. Tão-somente isto.

Como se sabe, também tomei a iniciativa de reunir com Câmaras Municipais. Ou seja, aquilo que o senhor me criticou por acaso até fiz no que diz respeito à ilha de onde é eleito. Reuni com a Câmara Municipal de Angra e reuni com a Câmara Municipal da Praia.

Também não é o Presidente do Governo que determina a composição da delegação que o recebe nas suas visitas.

O Governo cumpre a sua parte. O Governo adoptou uma metodologia na organização destas visitas estatutárias, que julga que é a mais produtiva ao interesse que o Governo prossegue, ou seja, a melhoria da actividade governativa e a audição dos parceiros em presença.

O senhor pode discordar que numa ilha tal aconteça isto, que noutra aconteça aquilo, mas do ponto de vista do Governo, do ponto de vista da estruturação que o Governo faz das suas visitas, entendemos que este é o modelo adequado.

De resto, não me parece que os Conselhos de Ilha façam aquilo que devam fazer em muitas circunstâncias. Acho que podiam convidar, porque não podem convocar expressamente, membros do Governo numa área de especialidade que entendessem importante a sua audição, a sua interpelação, para além daquele âmbito parlamentar em que o Governo é fiscalizado.

Portanto, são possíveis outras dinâmicas que têm muito a ver justamente com a dinâmica que as pessoas que integram esses conselhos transmitem ou não a essas instituições.

É possível melhorar este trabalho, talvez até se o debate não fosse tão superficial, tão trauliteiro, tão político-partidário essas instituições tivessem uma maior adesão das instituições que legalmente devem participar nelas, talvez devessem ter mais respeito até por parte das pessoas, talvez por via disso chegássemos a maiores participações em actos eleitorais.

Se nós pudermos contribuir dessa forma para que tudo funcione melhor, cada um fazendo o melhor que sabe e que pode nas instituições que integra, com certeza melhoramos a nossa situação nos Açores e melhoramos a governação, porque a governação é algo que não tem a ver com o Governo Regional X ou com o partido Y. É um acto que envolve todos os que directa ou indirectamente constroem o bem comum e gerem os assuntos públicos, tanto os Deputados, como os autarcas, como os governantes, como são todos aqueles que se interessam e que participam civicamente.

Apesar do desfecho que a proposta do Sr. Deputado do PPM terá, gostaria de lhe dizer que este debate manifestamente valeu a pena, porque permitiu falar de assuntos que são importantes, o empenhamento de todos na revitalização de

instituições como os Conselhos de Ilha e até ajudou-nos na reflexão sobre a metodologia que usamos nas visitas que fazemos às ilhas dos Açores.

Quanto ao julgamento, se fazemos bem ou mal, se cumprimos aquilo que prometemos, se não cumprimos, se pecámos por omissão ou pecámos por acção, esse julgamento tem sido feito pelo povo açoriano e tem sido favorável à acção governativa, independentemente dos erros que qualquer governo e qualquer agente político têm fruto da sua acção e não da sua inacção.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional d Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começo por tranquilizar o Sr. Presidente do Governo de que cada vez que intervenho nesta Assembleia ou em qualquer outro fórum político nunca é por qualquer prazer pessoal. É apenas e só no estrito cumprimento de um dever, de uma obrigação e de uma convicção. Que isto fique muito claro!

O contrário é o Sr. Presidente do Governo não gostar nada, mas mesmo nada, nada, de ser confrontado e de alguém que o contrarie.

Cada vez que o Sr. Presidente tem a oportunidade de ser confrontado ou contrariado revela logo o seu respeito e a sua consideração para com os outros agentes da vida pública açoriana.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Lá se foram as “porcelanas”, Sr. Deputado!

O Orador: Por outro lado, gostava também de dizer que por acaso quem interveio depois de quem, foi o Sr. Presidente do Governo que interveio depois de mim. Tenho a certeza que não foi por eu ter intervindo, mas há essa coincidência especial.

Também devo clarificar que não vou entrar por esse seu estilo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É uma pena, porque o senhor melhorava bastante!

O Orador: Não vou entrar, porque não o tenho.

Também o tranquilizo que o senhor com essa sua gargalhada pode estar descansado que não o vou comparar a animal nenhum. O senhor pode ter a certeza de que da minha boca nunca vai ouvir que eu o comparo a um animal. O estilo de comparar a animais é do Sr. Presidente do Governo.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma nota final para estranhar o tom da Sra. Deputada Zuraida Soares que não é habitual. Eu só encontro uma explicação que darei no fim, é de que reduzir a intervenção do Bloco de Esquerda, num assunto com esta dimensão em que se fala em visitas estatutárias, em que foi referido a questão dos Conselhos de Ilha, a uma pretensa crítica ao Conselho de Ilha de São Miguel e a uma autarquia de São Miguel, muito em especial e determinadamente falando até em pés de barro, que não percebi, eu só entendo isso num resquício alegrista.

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor está traumatizado. Isso é uma obsessão. Afinal os resultados foram piores do que eu pensava. Fizeram-lhe mal!

O Orador: Só entendo isso como o resto da campanha Alegre. Isso foi até Domingo, porque esse ataque que a Sra. Deputada Zuraida Soares fez especificamente à Câmara Municipal de Ponta Delgada só entendo nessa coligação alegrista e como o que restou da campanha Alegre.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é muito breve e tem a ver com a alusão aos Conselhos de Ilha (para repor um pouco a verdade e no que me toca) na intervenção do Sr. Presidente.

Por várias vezes me dirigi ao Sr. Presidente do Conselho de Ilha do Faial, porque queria ser convocado para as reuniões. Foi-me dito que tendo sido eleito pelo círculo de compensação não tinha assento no Conselho, embora tenha a minha residência nesta ilha.

Se o que interessa é a participação, isso não me foi permitido.

Participação política, cívica e no interesse desta ilha da Região não me tem faltado. Tenho estado mesmo presente como público e intervindo como tal na Assembleia Municipal da Horta.

Não é uma atitude alegrista. Neste caso é com tristeza que intervenho.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero que o Deputado Clélio Meneses vá mal disposto e zangado, alegremente zangado.

Vou tentar explicar melhor, já que provavelmente o fiz de uma forma metafórica e não fui directa ao assunto.

Primeiro, Sr. Deputado Clélio Meneses:

O Bloco de Esquerda não reduziu a sua intervenção e apreciação sobre o Projecto de Resolução do PPM, em relação às visitas estatutárias, aos Conselhos de Ilha. Faça o favor de se recordar que provavelmente nós fomos o primeiro partido a intervir explicando muito bem o nosso sentido de voto e a avaliação que fazíamos do diploma, logo após o proponente o ter apresentado.

Portanto, não reduzimos a nossa intervenção.

Agora, quanto aos Conselhos de Ilha, quando metaforicamente lhe falei nos pés de barro, era neste sentido:

O Sr. Deputado quer, e acho que muito bem e com toda a razão, que os Conselhos de Ilha sejam respeitados, independentemente por quem for, pelos seus membros e pelas outras instituições.

Aquilo que eu fiz foi lembrar-lhe que se quer que os Conselhos de Ilha sejam respeitados, vai ter que ter uma conversssinha, alegre, com a sua líder, que por acaso é Presidente da Câmara de Ponta Delgada, e dizer-lhe que esse seu respeito pelos Conselhos de Ilha tem que ser estendido também à Presidente da Câmara, porque alegre e respeitavelmente, a Presidente da Câmara de Ponta Delgada já

devia, há muito, ter criado e iniciado todo o processo para a existência desse Conselho de Ilha, na Ilha de São Miguel.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, é com toda a alegria e apreço que lhe dirijo este conselho. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para dizer o seguinte.

Considero que este debate foi bastante válido. Foi aqui discutido os formatos das visitas estatutárias e debatida a problemática em relação aos Conselhos de Ilha. São questões prementes do ponto de vista estatutário, da nossa vida colectiva, da participação política de todos e da interacção entre o Governo e os diversos organismos de âmbito local.

Devo dizer que retiro mais um efeito positivo. O Sr. Presidente do Governo Regional afirmou aqui que irá manter o formato das visitas estatutárias independentes a cada ilha e que o período de duração das mesmas será o normal, com excepção do último ano em relação à Ilha do Corvo e que aquela situação que se verificou é uma situação episódica.

Nesse sentido, considero que foi bastante útil a discussão que aqui se teve.

Para concluir, em relação à questão que o Bloco de Esquerda colocou, é uma daquelas questões que temos que alterar no âmbito da Comissão que está encarregue de operacionalizar as modificações estatutárias.

De facto, o que está previsto em relação ao Conselho de Ilha no âmbito da participação dos Deputados são os que foram eleitos pelo círculo. Como a legislação do Conselho de Ilha é anterior à modificação da legislação, é óbvio que aqui se trata de uma lacuna.

Penso que deve ser alterado no sentido de passar a incluir os Deputados eleitos pelo círculo de ilha e residentes à data da eleição nessa respectiva ilha.

Considero que esta será uma melhoria importante em termos do funcionamento do Conselho de Ilha e muitas outras que é necessário realizar.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): O senhor quando quer...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições vamos passar à votação deste Projecto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para...

Deputado Berto Messias (PS): Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 19 horas.

Até já.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 07 minutos.

Pedia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência que se aproximassem da mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Segue-se a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010 – “Regime Jurídico das Farmácias de Oficina na Região Autónoma dos Açores”**.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que é apresentada a esta Câmara visa estabelecer o novo regime jurídico das Farmácias de Oficina, na Região Autónoma dos Açores.

A actividade das farmácias é fundamental para os sistemas de saúde, porquanto as farmácias prosseguem um fim público, ou seja, asseguram a continuidade da prestação de serviços aos cidadãos e prosseguem uma actividade em saúde.

Este interesse público tem justificado que continua a haver protecção à actividade económica nas farmácias.

Por outro lado, a legislação a nível nacional alterou-se e foram estabelecidas outras regras que não aquelas que estão actualmente em vigor na Região.

Cumprindo no uso da competência legislativa desta Assembleia legislar sobre o Regime Jurídico das Farmácias de Oficina, sinalizando também a nível de interesse público qual é a actividade que essas farmácias devem ter.

A proposta do Governo tem necessariamente novidades em relação ao passado.

Desde logo, a questão da propriedade da farmácia. A propriedade da farmácia deixa de ser um exclusivo dos farmacêuticos. Qualquer pessoa poderá ser proprietária de uma farmácia desde que no seu quadro tenha um farmacêutico como director técnico.

Por outro lado, o limite de propriedade das farmácias deixa de ser um por proprietário e passa para quatro, ou seja, uma pessoa poderá, no máximo, ser proprietário de quatro farmácias na Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, foi introduzida uma novidade, precisamente com a introdução da unidade, ou seja, do interesse público que existe da Região Autónoma dos Açores, conferido por esta Assembleia, de que os medicamentos sejam dispensados em unidade nas Farmácias de Oficina. Daí que se tenha acrescentado este artigo a este articulado.

Em tudo o resto o diploma segue de uma forma ou de outra a harmonização legislativa que foi conseguida no território nacional.

O Governo, enquanto elaborou o diploma, não ouviu a Ordem dos Farmacêuticos ou a Associação Nacional de Farmácias, porque já sabia que iriam ser consultados no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e congratula-se por o diploma ter recebido algumas sugestões de melhoria, que podem ser utilizadas pelos Deputados desta casa nas suas alterações legislativas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, acabou de dar entrada na Mesa um requerimento de baixa à Comissão deste diploma, ao abrigo do artigo 134º do nosso Regimento.

Passo a ler o requerimento:

“Nos termos do artigo 134º do Regimento requiere-se que a proposta de Decreto Legislativo Regional – Regime Jurídico das Farmácias Oficina na Região Autónoma, baixe à Comissão competente com a finalidade de se auscultar mais entidades e de maior ponderação dos pareceres das entidades já ouvidas, dada a especial importância social e económica das medidas constantes desta proposta”.

Trata-se de um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

De acordo com o Regimento, sendo apresentado por um Grupo Parlamentar ou por um mínimo de 5 Deputados é votado este requerimento nos termos do artigo 87º, nº 2, ou seja, “admitidos os requerimentos, nos termos da alínea d) do artigo 22º, são imediatamente votados, pela ordem da sua apresentação, sem discussão, nem declarações de voto orais”.

Assim sendo, admito o requerimento porque ele está de acordo com as normas regimentais. Vou colocá-lo de imediato à votação tal como manda o Regimento.

Os Srs. Deputados que concordam com o teor do requerimento façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O requerimento apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para...

Deputado António Marinho (PSD): Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Isso atira-nos para as 19 horas e 50 minutos. Não sei se vale a pena retomarmos os nossos trabalhos.

Dou por terminados os nossos trabalhos. Recomeçamos amanhã com PTAP às 10 horas da manhã.

Lembro aos Srs. Líderes que temos agora Conferencia de Líderes.

Boa noite. Até amanhã.

Eram 19 horas e 17 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão)

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges **Almeida**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

() Texto não revisto pelo orador*

Listagem da correspondência

1 – Projectos de Decreto-Lei:

Assunto: Que modifica os prazos do período transitório e regime excepcional de regularização de explorações pecuárias e procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro - MADRP - (Reg. DL 519/2010).

Proveniência: Conselho de Ministros

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – 02– 07.

2 – Projectos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Regime jurídico da atribuição de bolsas de estudo e formação pela Região Autónoma dos Açores (N.º 2/2011)

Proveniência: PS

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – 02– 25.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício relativo ao Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Gerência de 2009)

Proveniência: Tribunal de Contas

Data limite do parecer: 2010 – 12– 20.

4 – Requerimentos:

Assunto: Ilha das Flores deve ter ligação no mesmo dia, Lisboa - Flores, uma vez por semana

Autor: José Francisco Fernandes (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.25

Referência: 54.03.08 – N.º 404/IX;

Assunto: Estaleiros na Madalena do Pico

Autores: Duarte Freitas e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.25

Referência: 54.03.06 – N.º 405/IX.

5 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: Distribuição da metadona em unidades móveis

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.24

Referência: 54.03.00 – N.º 390/IX;

Assunto: Parceria público-privada para concepção, construção e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.01.25

Referência: 54.06.00 – N.º 321/IX.

6 - RELATÓRIOS E PARECERES

Assunto: A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 01 – 25;

Assunto: Sobre o Projecto de Resolução nº 38/2010 (Ppm) – “Visitas Estatutárias

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 01 – 25;

Assunto: Sobre o pedido de autorização para o Deputado Artur Lima prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos de recurso (contra-

ordenação) nº 1330/10.9tflsb, que correm termos na 1ª secção do 1º juízo do Tribunal de pequena instância criminal de Lisboa

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 01– 25;

Assunto: Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 24/2010 – “Cria a comissão regional para a igualdade no trabalho e no emprego nos Açores”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 01– 25;

Assunto: A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 01– 25.

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco